

RELATÓRIO & CONTAS 2019



EPAL

Grupo Águas de Portugal



RELATÓRIO E CONTAS 2019



ÍNDICE

MENSAGEM	6
A EMPRESA	8
QUEM SOMOS	10
Missão, visão e valores	11
Descrição e atividades	13
Cadeia de Valor	15
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	15
Carteira de Participações e Sucursais	18
Síntese de indicadores	18
RECONHECIMENTO/PRÉMIOS/CERTIFICAÇÕES	20
DESTAQUES DO ANO/PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	22
O NEGÓCIO - RELATÓRIO DE GESTÃO	26
LINHAS ESTRATÉGICAS	28
ENQUADRAMENTO	32
- A Envolvente	33
- O Setor	38
- A Regulação	41
O NEGÓCIO	44
- Introdução	45
- Água em Alta	45
- Água em Baixa	45
- Outras Atividades	45
SUSTENTABILIDADE	48
- Enquadramento	49
- Stakeholders / Partes Interessadas	51
- Gestão do Risco	63
- Atividade Operacional	66
- Gestão do Capital Humano	91
- Financeira	94
- Investigação e Desenvolvimento / Inovação	102
- Eventos Posteriores ao Fecho	104
- Cumprimento das Orientações Legais	104
PERSPETIVAS FUTURAS	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	128
ANEXO AO RELATÓRIO ANUAL DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	130
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2019	132
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	134
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	198
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	204





MENSAGEM

José Manuel Sardinha - Presidente do Conselho de Administração

A EPAL atingiu mais uma vez resultados ímpares e de excelência, não só ao nível económico e financeiro, mas igualmente ao nível da qualidade do serviço público que presta. Os resultados líquidos do exercício, no montante de 52,5 milhões de euros, são o melhor resultado de sempre da história da EPAL, sem efeitos não recorrentes.

Com o valor anual de 12,2 milhões de euros, a execução do investimento centrou-se sobretudo ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas com a preocupação de recorrer a tecnologias limpa e ambientalmente corretas, cada vez mais eficientes na utilização dos recursos. Foi igualmente muito importante a contínua e efetiva articulação com o Município de Lisboa, na execução das obras de renovação da rede de distribuição da cidade.

Um dos fatores determinantes para o aumento da competitividade e da sustentabilidade passa por aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global, pelo que se deu continuidade ao inovador Programa EPAL 0%, o qual está alinhado com as metas nacionais e europeias, em termos de sustentabilidade ambiental e de neutralidade energética e carbónica. O nosso compromisso com a Sociedade constitui a grande motivação para este programa disruptivo, e acima de tudo urgente, no contexto da resposta às alterações climáticas.

No ano de 2019 foram lançadas as primeiras empreitadas e desenvolvidos os estudos que permitirão, no ano 2020, o forte

impulso do projeto colocando a concurso a construção de novas unidades de autoconsumo hídricas, fotovoltaicas e eólicas, ações na redução de consumos e implementação do Centro de Gestão de Energia e Emissões.

Mas os maiores desafios e as maiores oportunidades estarão no envolvimento dos quadros da EPAL, de modo transversal e integrando toda a organização. A capacidade de se aproveitar a mudança de paradigma energético, criando valor para sociedade, para a empresa e para os quadros, será a métrica de avaliação todo o programa. A aposta na formação na área das energias renováveis, com o lançamento de um inovador programa de formação avançada, representou um primeiro passo nesta gestão da mudança, começando pela aposta no reforço da qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, pois são, inequivocamente, o principal ativo da empresa.

Acreditando e apostando decisivamente na inovação e desenvolvimento da empresa e dos seus produtos e serviços, procurando sempre melhorar as suas competências e capacidades,

consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para a sociedade, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu *know-how*, em 2019 foi lançada a app H2O Quality, uma aplicação gratuita e pioneira no setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação, e que permite a qualquer cidadão ou turista aceder aos resultados da qualidade da água relativos ao local onde se encontra, na cidade de Lisboa, com informação atualizada diariamente.

Manter os clientes satisfeitos é um desafio diário para qualquer organização que queira prestar um bom serviço, e oferecer um produto de qualidade não é suficiente, pois o que os clientes pretendem é ter as suas expectativas superadas. Assim, a EPAL em 2019 apostou decisivamente na melhoria do relacionamento com os seus clientes, nomeadamente com a disponibilização de bens e serviços diferenciadores e inclusivos, como são exemplo a disponibilização de informações úteis em Braille e iniciado o processo de implementação que irá permitir a acessibilidade em língua gestual à comunidade surda. Foi ainda importante a disponibilização nas faturas da empresa a indicação do consumo de água em litros, de modo a que haja uma maior consciência responsável, incentivando assim a poupança.

Foi muito significativo para a Empresa a assinatura do contrato entre a EPAL e o SIMAS de Oeiras e Amadora, que formalizou os termos e condições da prestação de serviços de abastecimento de água em alta para os próximos 25 anos. Regista-se que a EPAL já efetua este serviço aos Municípios de Oeiras e Amadora desde 1944, pelo que a outorga deste acordo atingirá, no seu término, uma continuidade de cerca de um século de fornecimento e abastecimento de águas aos munícipes desses dois concelhos.

Como tem vindo a ser apanágio nos últimos anos, a EPAL desenvolveu-se em múltiplas e diversas ações quer no âmbito da educação e sensibilização ambiental, com o estabelecimento de parcerias com os municípios da área da sua atuação, clientes e outros stakeholders, assim, como prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural, tendo durante 2019 apoiado e patrocinado a realização de cerca de uma centena de atividades desta natureza.

Salienta-se ainda a participação da EPAL na missão humanitária de apoio a Moçambique na sequência do Ciclone Idai, onde o Governo e todo o povo Português se associaram a este apoio humanitário, tendo, em particular, a EPAL prestado o necessário auxílio no fornecimento de água potável, nomeadamente através do fornecimento de uma ETA móvel, que permitiu, rapidamente auxiliar as autoridades de Moçambique. Tratou-se de uma intervenção, num contexto de contingência particularmente difícil e exigente, envolvendo uma atuação articulada de diferentes empresas do grupo AdP, a qual permite otimizar a capacidade de resposta para fazer face a situações de emergência ambiental que possam ocorrer em qualquer parte do mundo.

Destaca-se ainda a consolidação do sucesso das ofertas formativas da Academia das Águas Livres, quer com o 4.º curso de Pós-Graduação em “Tecnologias e Gestão da Água”, que junta as competências de duas faculdades de referência nacional e internacional – a FCT, na área da engenharia sanitária, e a NOVA SBE, quer com a abertura do 1.º Curso Avançado em Energias Renováveis no Setor da Água, numa parceria com a ADENE, a AdP-Energias, a FCT, o INEGI, o INESTEC, o IST, a Lisboa e-Nova, a Nova SBE e a TÜV, para capacitar futuros líderes para a transição energética e descarbonização do Setor da Água.

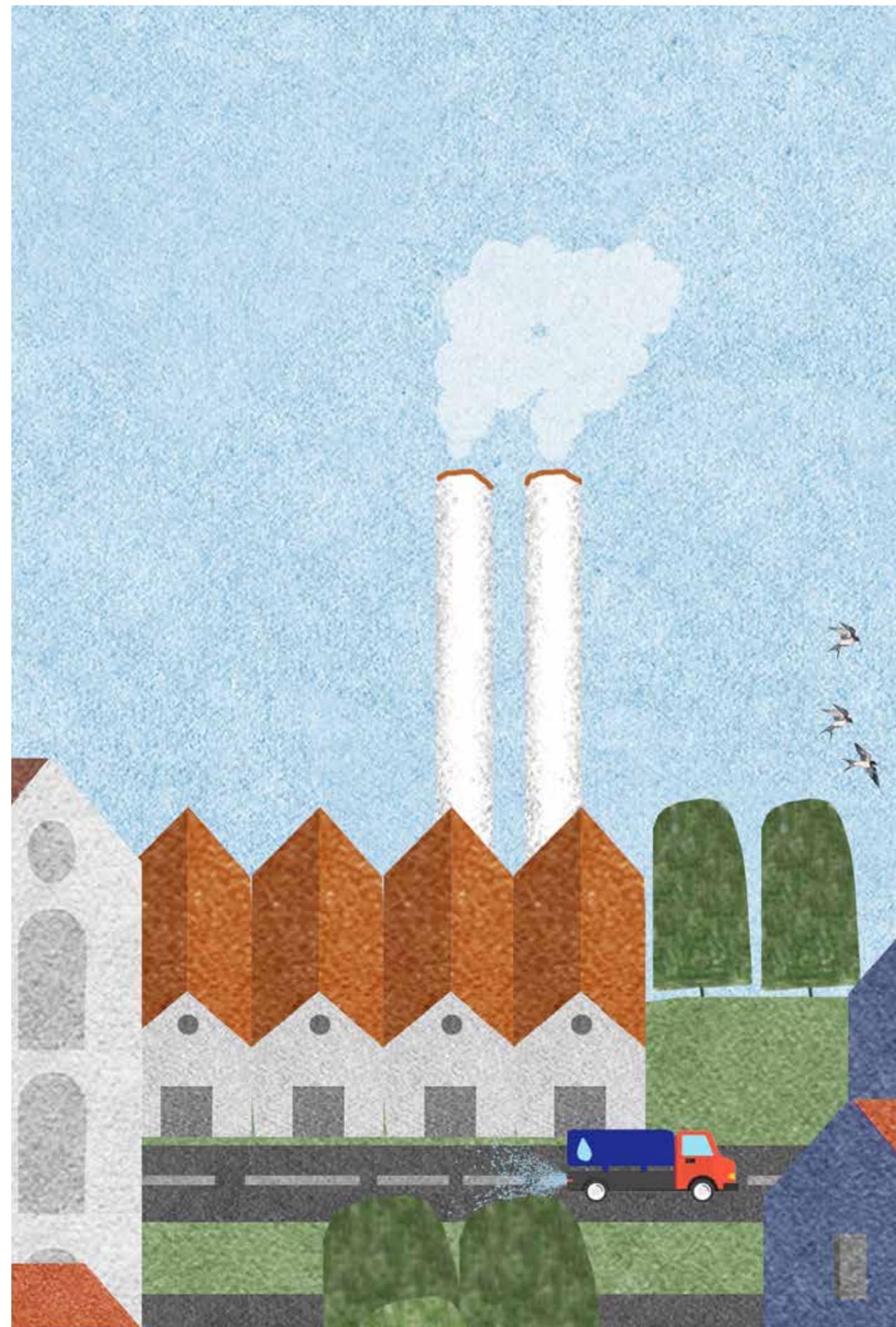
Relativamente a prémios e distinções externas, a EPAL foi agraciada durante o ano de 2019 por várias entidades, destacando-se:

- APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresas Pátio da Água, Categoria - Campanha de Responsabilidade Social Externa “Água sobre Rodas”
- Água e Ambiente / ERSAR Prémio de “Excelência dos Serviços de Água”, que distingue a qualidade do serviço aos Clientes diretos e Selo de “Qualidade em abastecimento público de água” (em alta e em baixa)
- Portugal Digital Awards (4.ª edição) Menção Honrosa na categoria Best Digital Strategic Tools a APP H2O Quality
- APDA – Associação Portuguesa de Distribuição de Drenagem de Águas Tubos de Ouro ENEG 2019, na temática “ Melhor ação de responsabilidade social” com a iniciativa “Água potável para Moçambique” Menção Honrosa ENEG 2019, na categoria de “Melhor estratégia de adaptação às alterações climáticas/economia circular” para a candidatura “Água circular por natureza”
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial Prémio de Sustentabilidade Ambiental, na categoria Responsabilidade Social/Ambiente e Redução de Impactes, pelo trabalho desenvolvido com vista à recuperação das condições ambientais do Rio Tejo.

Ainda em 2019 a EPAL aumentou a classificação em todos os critérios do ECSI – Estudo Europeu de Satisfação de Clientes, realizado pela Nova IMS, APQ e Instituto Português da Qualidade, tendo passado para 2º lugar no ranking das entidades participantes.

Uma palavra de agradecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da EPAL pela excelência do trabalho realizado o qual, com a permanente cooperação da empresa com os municípios envolvidos, e com a preciosa ajuda do Acionista, da Entidade Reguladora e da Tutela, nos permitiram alcançar excelentes resultados, ao nível económico, da sustentabilidade e dos indicadores de qualidade de serviço da empresa, afirmando-se como uma das principais referências, internacionalmente reconhecidas, do setor da água.

A EMPRESA



QUEM SOMOS

Missão, visão e valores

MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

POLÍTICA DE GESTÃO

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a dar cumprimento à legislação e normas aplicáveis e à missão, visão e valores, de modo socialmente responsável, económico e ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es, assumem-se os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, essenciais para a saúde pública e pre-

servação do ambiente, assegurando e disponibilizando os recursos necessários, nomeadamente a informação, o recurso a profissionais qualificados e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para atingir os objetivos e metas;

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover o reforço da satisfação, das necessidades e expectativas dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria dos serviços prestados e as interfaces existentes;
- Responsabilidade social - Apoiar, promover e desenvolver ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos/as seus/suas trabalhadores/as, através da implementação de práticas de organização do trabalho que potenciem a conciliação e o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Melhoria contínua - Desenvolver as atividades da Empresa de forma eficiente, eficaz e inovadora, otimizando os processos e os recursos necessários com o objetivo de promoção contínua do seu melhor desempenho;
- Conhecimento e Formação - Potenciar o conhecimento pessoal e a capacitação profissional das pessoas, através da adequação e atualização de competências, fomentando o seu envolvimento, criatividade e responsabilidade individual;
- Preservação da condição humana - Avaliar e controlar os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança das pessoas, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que melhorem as condições de trabalho, prevenindo a ocorrência de lesões e afeições para a saúde e a ocorrência de acidentes;
- Promover e implementar práticas para a igualdade de género – Garantir a participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais, ao abrigo de políticas adequadas, como fator de desenvolvimento e de contributo ativo para a evolução da empresa, e da sociedade;
- Integridade, transparência e ética – Promover e assegurar práticas íntegras e transparentes de acordo com os princípios do pacto global das nações unidas e instruções nacionais e internacionais aplicáveis;
- Desenvolvimento sustentável – Contribuir ativa e responsabilmente para um futuro sustentado, promovendo a proteção do ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e os acidentes ambientais em todas as atividades e contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica e para a preservação da biodiversidade. Melhorar o desempenho energético e hídrico global, nomeadamente o uso e consumo de energia e a eficiência energética, promovendo a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes, bem como reduzindo ou mantendo as perdas em níveis aceitáveis;
- Reforço da resiliência – Promover a adequada proteção e a segurança das infraestruturas críticas, identificar e avaliar oportunidades e ameaças, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a potenciar a gestão dos riscos e de crises, para poder responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio;
- Segurança da informação - Gerir, adequadamente, o risco dos sistemas de tecnologias de informação, contribuindo para uma utilização mais segura dos sistemas que suportam o negócio, de forma a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação da empresa e dos seus clientes.
- Gestão de Ativos – gerir os ativos numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos e de exploração, da maximização do ciclo de vida dos ativos, garantindo um equilíbrio entre o seu custo, risco de falha e da melhoria da eficiência hídrica e energética;
- Envolvimento da cadeia de fornecimento – Fomentar os fornecedores e prestadores de serviços a partilharem os mesmos valores, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes.

Descrição e atividades

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de abril de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo Águas de Portugal.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles apenas na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.



Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem de água (captação) até à distribuição ao cliente final.

Operação - Água



Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

ESTRUTURA ACIONISTA

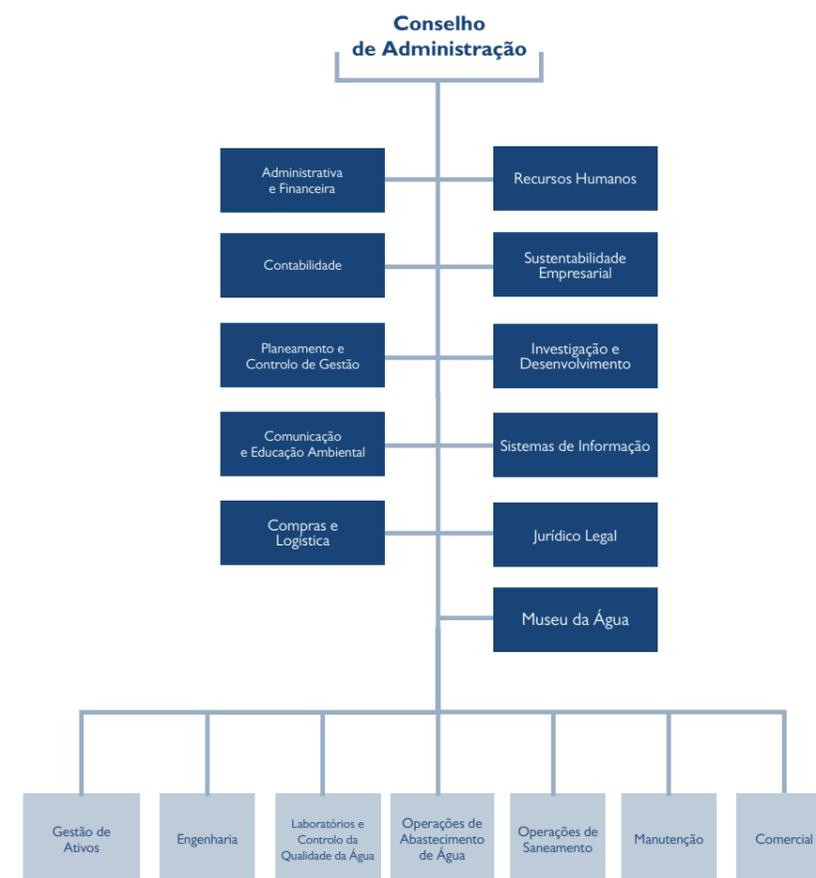
A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A Águas de Portugal, SGPS, SA, foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, com 81%, e a Parcaixa, SGPS, SA., com 19%.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da empresa, que contempla as atribuições resultantes da gestão delegada do sistema da AdVT, é a seguinte:

- Direções com funções de suporte
- Direções com funções técnicas e operacionais



Os pelouros no final de 2019 eram os seguintes:

Presidente – José Manuel Leitão Sardinha

- Secretário da Sociedade
- CEA – Direção de Comunicação e Educação Ambiental
- DID – Direção de Investigação e Desenvolvimento
- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- MDA – Direção do Museu da Água

Vogal – Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial
- JUR – Direção Jurídico-Legal
- LAB – Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água

Vogal – Ana Sofia Pereira da Silveira

- DCL – Direção de Compras e Logística
- DSI – Direção de Sistemas de Informação
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Vogal – Barnabé Francisco Primo Pisco

- ENG – Direção de Engenharia
- MAN – Direção de Manutenção

Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DCM – Direção Comercial
- DCT – Direção de Contabilidade
- DRH – Direção de Recursos Humanos

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

Vice-presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente | José Manuel Leitão Sardinha

Vogal | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Ana Sofia Pereira da Silveira

Vogal | Barnabé Francisco Primo Pisco

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Secretário da Sociedade

Efetivo | Luís Durão

Suplente | Bruno Cortes Lopes

Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal | Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal | Eduardo José Santos Clemente

Vogal Suplente | Luis Miguel Barros Martins Damas

Revisor Oficial de Contas (ROC)

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.

ROC Efetivo | João Rui Fernandes Ramos

ROC Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

Comissão de Vencimentos

Presidente | João Nuno Marques de Carvalho Mendes (apresentou renúncia às funções em novembro de 2019)

Vogal | Paulo Jorge Pinto da Silva (apresentou renúncia às funções em julho de 2019)

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Carlos Pimenta (apresentou renúncia às funções em 2018)

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2019, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

Síntese de indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

Indicadores de Atividade

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Volume de água vendida (milhões m ³)	204,3	195,4	200,0	4,6	2,3%
Clientes diretos (n.º)	356.094	357.452	358.670	1.218	0,3%
Clientes Municipais (n.º)	17	17	17	-	-
Clientes multimunicipais (n.º)	2	2	2	-	-
Municípios abastecidos (exclui Lisboa) (n.º)	34	34	34	-	-
Consumidores (1)	2.850.476	2.859.927	2.868.753	8.826	0%
Área abastecida (2)	7.095	7.095	7.095	-	-

(1) INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2018)

(2) Área em Km² (ano de referência 2018)

Indicadores Financeiros

		2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	150,0	-	-
Capital Próprio	(milhões EUR)	612,9	621,3	634,9	13,6	2,2%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	862,1	853,7	853,1	(0,6)	(0,1%)
Passivo Total	(milhões EUR)	249,1	232,4	218,2	(14,2)	(6,1%)
Volume de Negócios	(milhões EUR)	159,3	158,2	167,0	8,7	5,5%
CMVMC	(milhões EUR)	1,8	1,8	1,8	-	(0,6%)
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	30,9	32,3	32,9	0,6	1,7%
Gastos Operacionais / Vol. Negócios	n.º	0,55	0,57	0,55	(0,02)	(2,9%)
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	16,3	12,4	12,2	(0,2)	(1,5%)
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	133,4	117,6	101,7	(15,9)	(13,5%)
EBITDA	(milhões EUR)	99,3	95,4	102,8	7,4	7,7%
Margem EBITDA	%	62,3	60,3	61,6	1,3 p.p.	2,1%
Endividamento Líquido / EBITDA	n.º	0,5	0,3	(0,0)	(0,3)	(107,3%)
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	50,1	49,1	52,5	3,4	6,9%
ROCE	%	9,6	9,2	10,0	0,8 p.p.	8,4%
Evolução do Número de Trabalhadores	n.º	1.007	1.030	1.030	-	-
N.º de Trabalhadores (EPAL)	n.º	647	656	656	-	-
N.º de Trabalhadores (AdVT)	n.º	360	374	374	-	-
Prazo Médio de Pagamentos	dias	42	36	32	(4)	(11,1%)
Prazo Médio de Recebimentos	dias	48	51	51	-	-

RECONHECIMENTO PRÉMIOS/CERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2019 a EPAL foi distinguida com os seguintes prémios e reconhecimentos:

■ **APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresas**

Pátio da Água, Categoria - Campanha de Responsabilidade Social Externa "Água sobre Rodas"

■ **Água e Ambiente / ERSAR**

Prémio de "Excelência dos Serviços de Água", que distingue a qualidade do serviço aos Clientes diretos e Selo de "Qualidade em abastecimento público de água" (em alta e em baixa)

■ **Portugal Digital Awards (4.ª edição)**

Menção Honrosa na categoria Best Digital Strategic Tools a APP H2O Quality

■ **APDA – Associação Portuguesa de Distribuição de Drenagem de Águas**

- Tubos de Ouro ENEG 2019, na temática " Melhor ação de responsabilidade social" com a iniciativa "Água potável para Moçambique"
- Menção Honrosa ENEG 2019, na categoria de "Melhor estratégia de adaptação às alterações climáticas/economia circular" para a candidatura "Água circular por natureza"

■ **Associação Portuguesa de Ética Empresarial**

Prémio de Sustentabilidade Ambiental, na categoria Responsabilidade Social/ Ambiente e Redução de Impactes, pelo trabalho desenvolvido com vista à recuperação das condições ambientais do Rio Tejo.

DESTAQUES DO ANO

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O ano de 2019 fica marcado por um desempenho económico e financeiro de especial relevo que se reflete no reforço da estrutura financeira da empresa e no apuramento do melhor resultado de sempre da história da EPAL, sem efeitos não recorrentes, tendo sido atingido um resultado líquido de 52,5 milhões de euros, o que representa um aumento superior a 7% face ao período homólogo. Também o crescimento do EBITDA em cerca de 8%, atingindo o valor de 102,8 milhões de euros, consubstancia-se no melhor resultado da história da empresa

O investimento global, em 2019, foi de 12,2 milhões de euros e a sua execução centrou-se sobretudo ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas. Destaca-se neste âmbito, a conclusão do parque de armazenamento temporário de lamas desidratadas da ETA de Vale da Pedra, no valor de 1,1 milhões de euros, e a reabilitação das condutas da rede de distribuição em Lisboa, correspondendo a cerca de 1,5 milhões de euros e traduzindo os esforços realizados para assegurar uma contínua e efetiva articulação com o Município de Lisboa na execução das obras de renovação da rede de distribuição da cidade.

Procedeu-se ainda durante o ano ao lançamento de um importante conjunto de concursos de empreitadas, totalizando globalmente cerca de 20 milhões de euros de investimento, dos quais se destacam a Duplicação do Troço I do Adutor de Castelo do Bode, a Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV e na ETA da Asseiceira, ao abrigo do “Projeto EPAL 0%”, às empreitadas de beneficiações para redução do consumo de energia e produção de energia e para a conceção/construção de Mini Central Hidroelétrica.

A propósito do referido projeto “EPAL 0%”, e sendo um dos fatores determinantes para o aumento da competitividade e da sustentabilidade aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global, e a taxa global de melhoria da eficiência energética, o projeto visa, entre outros, tornar a maior estação de tratamento de água do país, a ETA da Asseiceira, numa instalação energeticamente autossuficiente, através da concretização de medidas de produção de energia com recurso à instalação de mini centrais hidroelétricas, bem como na redução de consumos e flutuações.

Ainda em termos de eficiência energética e promoção de energia renováveis, foram impulsionados vários projetos, preparando ainda os estudos de viabilidade técnico/económico de pormenor, iniciando-se ainda a preparação dos processos de concurso de lançamento de centrais fotovoltaica de diversas instalações da Empresa.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 9,8%, que representa uma redução de 0,6 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior. Os valores absolutos e relativos de água não faturada, tanto total como individual ao nível da rede de distribuição e do sistema de produção e transporte, apresentam o desempenho mais favorável do último triénio, mantendo-se assim num nível em que permita à EPAL afirmar-se como uma das empresas líderes mundiais na área da gestão eficiente dos recursos hídricos e das boas práticas para a redução de água não faturada.

A EPAL, embora sendo uma empresa com mais de 150 anos, continua diariamente a apresentar uma forte apetência para uma contínua aposta na inovação e desenvolvimento, procurando sempre melhorar as suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para a sociedade, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu know-how.

A app H2O Quality é um exemplo dessa constante procura na inovação, tendo sido lançada em 2019 esta aplicação gratuita e pioneira no setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação, e que permite a qualquer cidadão ou turista aceder aos resultados da qualidade da água relativos ao local onde se encontra, na cidade de Lisboa, com informação atualizada diariamente.

Ao nível do relacionamento com os seus clientes, as faturas da EPAL, desde o início de 2019, passaram a indicar o consumo de água em litros. Esta nova modalidade contribuiu para tornar mais claro para o consumidor qual foi o seu consumo, de modo a que tenha uma consciência mais precisa de quanto pode poupar e contribuir para um uso responsável, incentivando assim à poupança. No âmbito de uma política sustentável, regista-se o contínuo processo de desmaterialização da fatura em papel, substituindo pela fatura eletrónica, onde se verificou que cerca de 37% das faturas emitidas durante o ano de 2019 já o foram feitas eletronicamente.

A pensar nos clientes com necessidades especiais, a EPAL disponibilizou ainda um folheto com “informações úteis” em Braille, tendo ainda iniciado o processo de implementação que irá permitir a acessibilidade em língua gestual à comunidade surda.

É de salientar ainda a outorga do contrato entre a EPAL e o SIMAS de Oeiras e Amadora, que formaliza os termos e condições da prestação de serviços de abastecimento de água em alta para os próximos 25 anos, e que a EPAL já efetua desde 1944 aos Municípios de Oeiras e Amadora.

Apraz igualmente registar o contínuo desenvolvimento do Aquamatrix no mercado, sendo que no final de 2019 regista uma quota de mercado nacional de cerca de 38%, com cerca de 2 milhões de clientes finais, representando um aumento de 3% face ao ano anterior. Com a entrada de quatro novos clientes em 2019, estamos presente em 38 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 85 municípios.

Tendo em conta que a Igualdade de Género e a não discriminação constituem direitos humanos fundamentais e que a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e de mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro, a EPAL tem vindo a dedicar atenção a esta temática, sendo que aderiu em 2019 ao Pacto para a Conciliação no âmbito do Programa 3 em Linha (Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal).

Múltiplas outras ações ainda foram concretizadas durante o ano de 2019, destacando-se:

- Apoio técnico, consultivo e logístico feito pela EPAL, para facilitar o consumo de água da torneira a bordo do Navio Sagres, para a realização de uma viagem que se enquadra na execução do programa das Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação de Fernão de Magalhães, que se iniciou em 2020, tornando assim a viagem mais sustentável;
- No âmbito da educação e sensibilização ambiental, estabeleceram-se parcerias com os Municípios da área de atuação da EPAL, clientes e outros stakeholders, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores. Em todas as ações desenvolvidas ao longo do ano, o objetivo visou dar a conhecer a missão da Empresa e o papel fundamental por ela desempenhado na gestão do Ciclo Urbano da Água, sensibilizando para o uso eficiente e para o consumo da água da torneira, comportamento sustentável a ser adotado por todos;
- Prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural apoiou e patrocinou a realização de cerca de uma centena de atividades de natureza científica, tecnológica e sociocultural;
- Foram desenvolvidas inúmeras campanhas de responsabilidade ambiental, como são exemplo as Campanhas de Incentivo do Consumo Água da Torneira em 85 Entidades Públicas e Privadas, as iniciativas dos Pátios da Água, as Campanhas Aguadeiros 2019, a Campanha com a Delta e a Waterstar.

Com o objetivo primordial de partilha de know-how da EPAL enquanto empresa de referência no setor, e aprofundamento das relações institucionais e internacionais entre entidades, a EPAL recebeu em 2019 diversas comitivas internacionais, com destaque para as empresas angolanas EPAL Luanda, Águas do Huambo e Empresa de Águas e Saneamento do Uíge, a Thames Water, a Irish Water, as Águas de Santiago, bem como de diversos grupos empresariais e universitários.

Salienta-se ainda a participação da EPAL na missão humanitária de apoio a Moçambique na sequência do Ciclone Idai, onde o Governo e todo o povo Português se associaram a este apoio humanitário, tendo, em particular, a EPAL prestado o necessário auxílio no fornecimento de água potável, nomeadamente através do fornecimento de uma ETA móvel, que permitiu, rapidamente auxiliar as autoridades de Moçambique, em particular, o concessionário estatal moçambicano, FIPAG, a assegurar o abastecimento de água potável, a cerca de 5.000 famílias.

Destaca-se igualmente a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, que presidiu à sessão de abertura do 1.º Curso Avançado em Energias Renováveis no Setor da Água, numa parceria com a ADENE, a AdP-Energias, a FCT, o INEGI, o INESTEC, o IST, a Lisboa e-Nova, a Nova SBE e a TÜV. Este Programa visa capacitar futuros líderes para a transição energética e descarbonização do Setor da Água, representando mais uma opção no já vasto catálogo de formação disponibilizada pela Academia das Águas Livres, que durante o ano de 2019 realizou 120 ações de formação, abrangendo quase 1.500 formandos, num total de quase 29 mil horas de formação.

Ainda em 2019 a EPAL aumentou a classificação em todos os critérios do ECSI – Estudo Europeu de Satisfação de Clientes, realizado pela Nova IMS, APQ e Instituto Português da Qualidade. A empresa alcançou uma pontuação superior a 8 em seis das nove variáveis em análise evidenciando uma impressionante subida e classificações nunca antes obtidas nos estudos realizados desde 2008. Em virtude deste desempenho, a EPAL elevou-se de 3º para 2º lugar no *ranking* das entidades participantes.

Regista-se por fim que durante o ano de 2019 a EPAL foi alvo de diversos prémios e galardões, destacando-se os seguintes:

■ **APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresas**

Pátio da Água, Categoria - Campanha de Responsabilidade Social Externa “Água sobre Rodas”

■ **Água e Ambiente / ERSAR**

Prémio de “Excelência dos Serviços de Água”, que distingue a qualidade do serviço aos Clientes diretos e Selo de “Qualidade em abastecimento público de água” (em alta e em baixa)

■ **Portugal Digital Awards (4.ª edição)**

Menção Honrosa na categoria Best Digital Strategic Tools a APP H2O Quality

■ **APDA – Associação Portuguesa de Distribuição de Drenagem de Águas**

Tubos de Ouro ENEG 2019, na temática “ Melhor ação de responsabilidade social” com a iniciativa “Água potável para Moçambique”

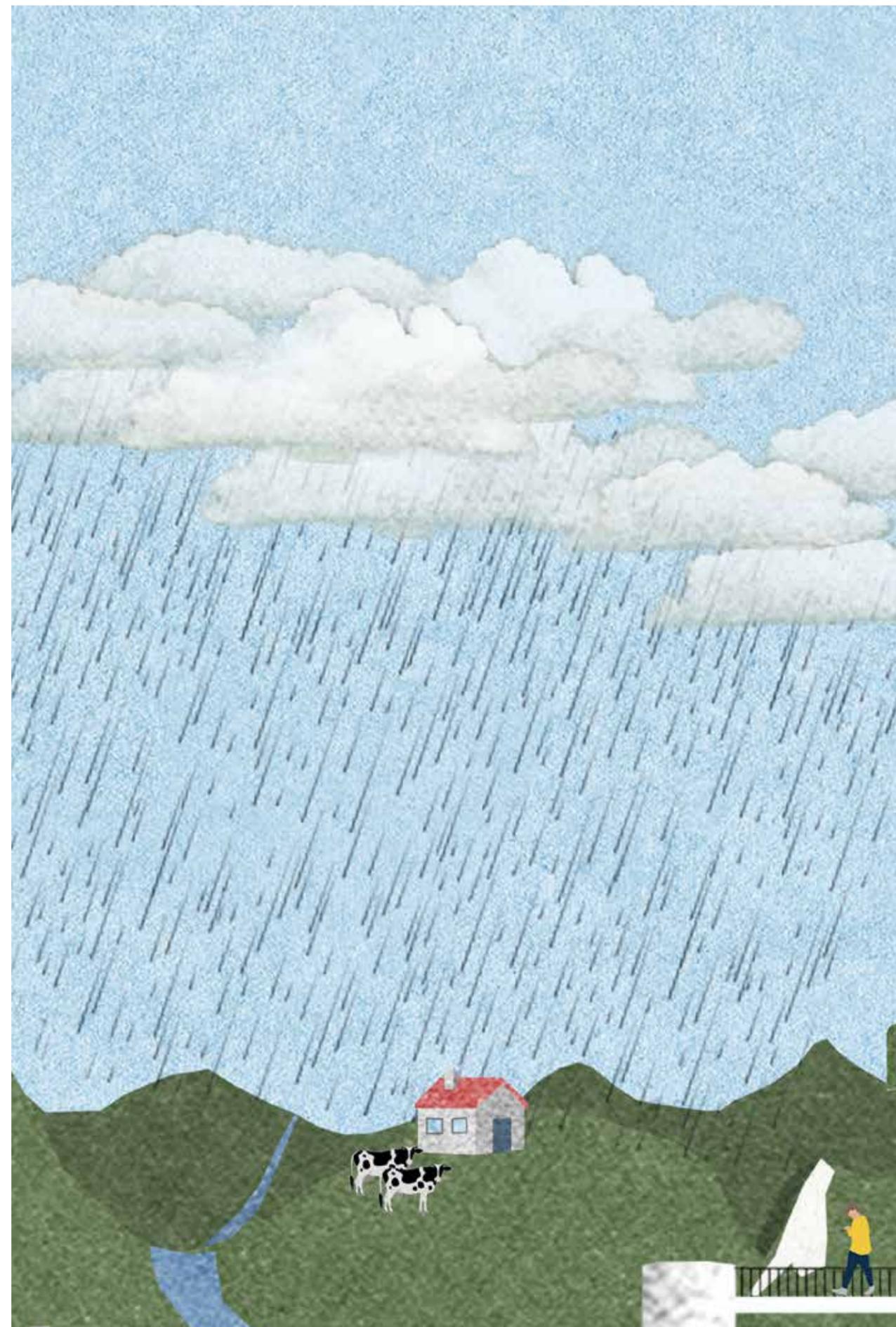
Menção Honrosa ENEG 2019, na categoria de “Melhor estratégia de adaptação às alterações climáticas/economia circular” para a candidatura “Água circular por natureza”

■ **Associação Portuguesa de Ética Empresarial**

Prémio de Sustentabilidade Ambiental, na categoria Responsabilidade Social/Ambiente e Redução de Impactes, pelo trabalho desenvolvido com vista à recuperação das condições ambientais do Rio Tejo.

O NEGÓCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO



LINHAS ESTRATÉGICAS

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal. Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. As orientações da tutela setorial ao Grupo AdP são igualmente aplicáveis, com as devidas adaptações, às empresas que o integram, como é o caso da EPAL. As orientações estratégicas gerais e específicas para o mandato de 2016/2018 do Conselho de Administração, bem como os objetivos de gestão, foram aprovados por Deliberação Unânime por Escrito, em 22 de setembro de 2017, na sequência da aprovação das orientações estratégicas fixadas para o Conselho de Administração da AdP SGPS, e que produz efeitos à data de eleição dos membros do Conselho de Administração da EPAL.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

No que respeitas às orientações estratégicas gerais, o Conselho de Administração deverá assegurar que a EPAL, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

Relativamente às orientações estratégicas específicas, o Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a EPAL, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- 1. Aprofundar a colaboração com os Municípios**, através nomeadamente da:
 - 1.1** Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.2** Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- 2. Promover o desenvolvimento regional**, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:

- 2.1 Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - 2.2 Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
 - 2.3 Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
- 3. Assegurar elevada eficiência**, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
- 3.1 Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - 3.2 Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - 3.3 Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - 3.4 Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
- 4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança**, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
- 5. Assegurar a gestão das infraestruturas**, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
- 5.1 Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - 5.2 Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - 5.3 Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - 5.4 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - 5.5 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - 5.6 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- 6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais.**
- 7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais e internacionais.**

[página em branco]

Conforme já referido, as orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram aprovados por Deliberação Unânime por Escrito de 22 de setembro de 2017.

Atendendo que o acionista ainda não procedeu à nomeação de novo Conselho de Administração para o mandato subsequente, os atuais membros do Conselho de Administração mantiveram-se em funções, conforme decorre do disposto do n.º 2 do artigo n.º 29 dos Estatutos da Sociedade, publicados no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio. Por esse motivo, a avaliação dos indicadores de gestão do Conselho de Administração será efetuado pelos Acionistas, de forma qualitativa, na Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2019.

ENQUADRAMENTO

- A Envolvente

Contexto macroeconómico ¹

Global

O crescimento mundial em 2019 está estimado em aproximadamente 2,4% (ligeiramente inferior ao ano 2018, que foi de 3%), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2020 e 2021 situam-se em 2,5% e 2,6%, respetivamente, as quais refletem uma continuada redução na taxa de crescimento das economias avançadas e das economias emergentes.

A incerteza sobre o impacto do Brexit e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

Zona do Euro

Após um fraco crescimento no segundo e terceiro trimestres de 2019, o crescimento real do PIB deverá permanecer moderado no curto prazo. Os indicadores de sentimento económico declinaram, refletindo principalmente a fraqueza contínua no comércio global em ambiente de incertezas globais contínuas (relacionadas ao aumento do protecionismo, desaceleração na China e um Brexit sem acordo). No entanto, os indicadores mais recentes sobre a indústria mostra alguma estabilização, enquanto o sentimento no setor da construção e a confiança do consumidor demonstrou mais resiliência e a situação do mercado de trabalho permanece favorável. A moderação do crescimento real do PIB, de 1,2% em 2019 para 1,4% em 2022, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) ascendeu a 1,2% e deverá aumentar gradualmente até 1,6% em 2022.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2019 são os seguintes:

	Estimativa 2019	Ano 2018
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,0%	2,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,3%	1,2%
Taxa de desemprego	6,3%	7%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,75%	1,84%

Segundo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,7% em 2020, 1,6% em 2021 e 1,6% em 2022) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

externa dirigida a Portugal em 2019-21. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2020-22, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado e da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa um crescimento da taxa de inflação até 1,4% entre 2020 e 2022.

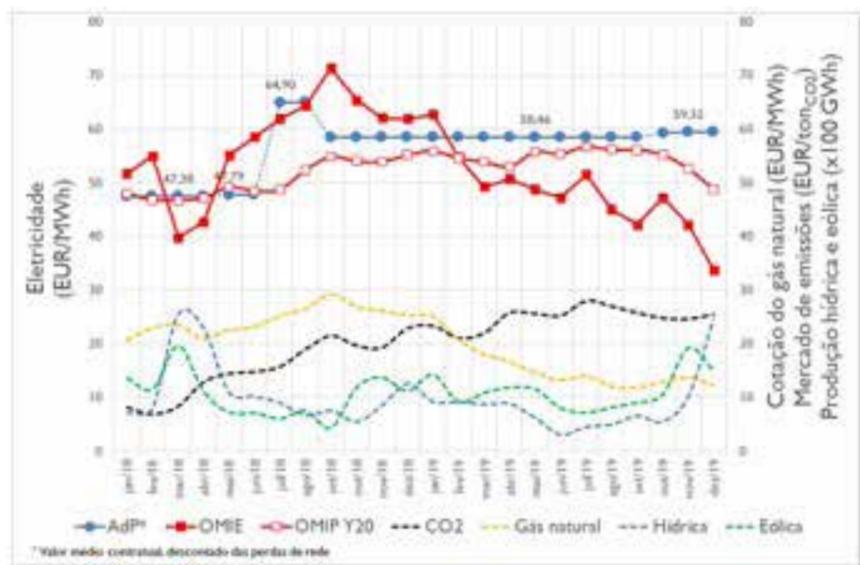
No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2022 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, em 0,4%, em 2019; 0,3%, em 2020; 0,4% em 2021; e 0,6% em 2022. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

A energia no Grupo AdP - Preços e consumos

No ano de 2019 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 47,87 €/MWh (foi de 57,45 €/MWh em 2018). Esta descida face a 2018 resulta de vários fatores combinados, de onde se destacam o efeito da descida continuada do preço do gás natural e da descida das cotações do mercado de emissões de CO₂, uma e outra com principal incidência a partir da segunda metade do ano.

Recorda-se que o valor médio registado em 2018 correspondia ao valor mais elevado desde 2008, e que aquela subida resultou do efeito combinado do aumento das cotações do petróleo e do mercado de emissões de CO₂ que, face a 2017 apresentaram um aumento de 30% e 149%, respetivamente.

A produção renovável, componente endógena que influencia a cotação da eletricidade, foi em 2019 cerca de 8% inferior à verificada em 2018, apenas teve impacto nos mercados nos últimos 2 meses do ano, onde a produção média mensal foi 76% superior à média de 2019.



Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2019/ 2018
Portugal	-17%
Alemanha	-15%
França	-21%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2020, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2019/ 2018
Portugal	+9%
Alemanha	+14%
França	+11%

No ano de 2019, o consumo nacional foi de 50.345 GWh, inferior em 0,2% face a 2018. O consumo foi satisfeito em 49% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 52% verificados em 2018. A produção térmica, entre 2018 e 2019, apresentou um crescimento de 15% no gás natural e de 3% na cogeração, enquanto a produção com base em carvão reduziu-se em 54%. O saldo com o exterior foi importador em 7% do consumo, ao contrário do verificado em 2018 que teve um saldo exportador de 5%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2019 foi 1,3°C superior a 2018, o que terá ajudado a reduzir as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica baixou de 1,05 em 2018 para 0,81 em 2019, com impacto na produção hídrica que se reduziu em 25% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do deficit tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Sem embargo, em 2019 manteve-se a dinâmica de descida das TAR - 2018 foi o 1.º ano dos últimos 5 em que se verificou uma redução das TAR - correspondente a -12,0% face a 2018, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP.

Contudo, importa referir, esta redução não se irá manter em 2020, uma vez que as TAR voltaram a ser fixadas com um incremento médio de +1,2% para todos os níveis de tensão, quantificando-se num crescimento médio de +1,5% face a 2019, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP (sendo as TAR cerca de metade do preço da energia final, o seu efeito será de aproximadamente +0,7% no crescimento médio do custo global).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2019 foi cerca de 102,86 €/MWh (foi de 105,36 €/MWh em 2018), correspondendo a uma redução média de -2,4% face a 2018, representando o custo de aquisição de energia 61% (versus 55% em 2018). Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,55 e 58,27 €/MWh, para 2019 e 2018, respetivamente (+7,3%).

Refira-se que os valores apresentados têm por base valores reais de consumo até novembro - alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) -, com extrapolação até ao final de 2019.

Os custos totais da energia elétrica em 2019, para além de refletirem a descida das TAR incluem também a redução excecional da potência contratada que, conseguida em 2018, teve aplicação plena no decurso do exercício de 2019.

Para o ano de 2020 (contratado até 31 de dezembro de 2020, com exceção da BTN que foi contratada até 31 de dezembro de 2021), o valor médio deverá situar-se em torno dos 103,60 €/MWh (versus 102,86 €/MWh em 2019), o que representa um aumento de +0,7% face ao ano anterior, praticamente influenciado pela subida das TAR fixadas para 2020.

O valor médio de aquisição de energia nos mercados de 62,30 €/MWh, que comparando com o valor de 62,55 €/MWh em 2019, representa um decréscimo médio de -0,4%.

Os valores estimados para 2020 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP, pelo que eventuais alterações no perfil terá efeitos no preço médio da energia, por empresa e no Grupo.

Registo ainda para os consumos de energia. De acordo com os dados recolhidos, ainda preliminares, o consumo de energia em 2019 deverá aumentar em 1,6% face ao verificado em 2018 (728,7 GWh), que associado ao ligeiro aumento da atividade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais registados nas empresas do Grupo AdP (+0,5%), deverá induzir um ligeiro ajustamento do consumo específico face ao registado em 2018 (0,6580 kWh/m³).

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados preliminares de 2019 permitem perspetivar uma produção de mais de 33 GWh/ano (+8,6%), em linha com o aumento de produção registada em 2018 (30,4 GWh/ano). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,5% do seu consumo total de energia. Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 15.644 toneladas, representando uma redução de -4,4% face a 2018.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2019, os 127 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP (com 1.430 viaturas) percorreram mais de 2 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 173 mil litros de combustíveis de origem fóssil, que representa uma redução de 582,7 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de 57,5% (-85,1 tep), e o consumo elétrico foi de 293 MWh. Importa referir que, em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada foi de 326 toneladas, representando uma redução de -70,3%.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Tal como verificado anteriormente, continua a não ser possível prever a variação do preço da energia elétrica para os próximos anos – o mercado de aquisição de energia para os próximos anos tem vindo a apresentar uma descida importante em função da produção registada a partir da energia eólica -, mantêm-se as incertezas e as fortes dependências dos preços em função da variação da economia mundial e das origens de produção no setor.

Acrescem os efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias, terão sobre o preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e o condicionam, e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável passará necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, I de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução

de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, dos quais se destacam:

- Descarbonizar a produção de eletricidade, eliminando a produção de eletricidade a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema electroprodutor até 2050, apostando nos recursos endógenos renováveis;
- Concretizar a transição energética, aumentando muito significativamente a eficiência energética em todos os setores da economia, apostando na incorporação de fontes de energia renováveis endógenas nos consumos finais de energia, promovendo a eletrificação e ajustando o papel do gás natural no sistema energético nacional;
- Descentralizar e democratizar a produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao papel do consumidor enquanto parte ativa do sistema energético;
- Descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, através do seu reforço e da descarbonização das frotas, apoiando soluções inovadoras e inteligentes de mobilidade multimodal, ativa, partilhada e sustentável, bem como a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões;
- Promover a transição energética na indústria, a incorporação de processos de produção de baixo carbono e as simbioses industriais, promovendo a inovação e a competitividade;
- Alterar o paradigma de utilização dos recursos na produção e no consumo, abandonando o modelo económico linear e transitando para um modelo económico circular e de baixo carbono;
- Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, reforçando a aplicação da taxa de carbono e promovendo uma maior tributação sobre o uso dos recursos, reciclando as receitas para a descarbonização e transição justa;
- Redirecionar os fluxos financeiros para a promoção da neutralidade carbónica, fomentando designadamente o desenvolvimento de um quadro favorável ao financiamento sustentável e um maior envolvimento do sistema financeiro, bem como a respetiva monitorização;
- Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.

Nesse sentido merece destaque o projeto relativo ao desenvolvimento de Estudo de Implementação de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a considerar não deve ser apenas a energia elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos não passam apenas pela produção própria de energia elétrica, tendo, igualmente e em primeiro lugar, a ambição de redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção devem ser baseadas num mix, considerando essencialmente sistemas baseados em solar fotovoltaica, solar térmica, eólica, hídrica e cogeração a biogás, procurando maximizar produção;
- Deve-se maximizar o escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética;

- Devem ser previstas soluções de storage de energia, retirando partido de infraestruturas existentes do Grupo AdP, alterando a filosofia de exploração das mesmas, tal como sucede com os atuais reservatórios dos sistemas de abastecimento;
- Devem ser dimensionadas e orçamentadas as intervenções, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma provisional, considerando, como prioritários, os projetos com TIR mais elevada e com maior nível de autoconsumo;
- Devem ser calculados os valores de redução de emissões de CO2 que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal;
- Deve ser aproveitada a oportunidade para aprofundar matérias como a coesão territorial, uma vez que o Grupo AdP tem, desde sempre, essa estratégia no seu ADN, como é também uma das suas missões.

Este importante projeto de desenvolvimento, que teve o seu início em janeiro de 2020, constituirá uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da *United Nations Global Compact* - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

- O Setor

O setor a nível mundial ²

A água tangencia todos os aspetos do desenvolvimento e está ligada à maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, uma série de desafios — lacunas no acesso a água e saneamento, a rápida urbanização e o crescimento populacional, a poluição, os impactos climáticos e padrões de crescimento que fazem uso mais intensivo da água — tornam a insegurança hídrica numa das maiores ameaças ao progresso económico, ao alívio da pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Para que exista segurança hídrica à escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos na agricultura. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos extremos climáticos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

A falta de acesso a (melhores) serviços de abastecimento e saneamento impõe grandes custos à sociedade, designadamente nas regiões mais pobres. Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Pouquíssimas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

Apesar do reconhecimento da importância da água para o desenvolvimento, segundo o Banco Mundial, um grande número de países indicaram não ter financiamento suficiente para atingir as metas nacionais estabelecidas relativamente ao acesso a água potável. As incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

Ajudar os países a alcançar maior inclusão e sustentabilidade no setor da água, pressupõe investimentos nas instituições que promoverão a construção e/ou a melhoria das infraestruturas existentes, apostando na acessibilidade universal ao serviço e na gestão eficiente dos recursos.

Com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, têm sido promovidas várias iniciativas e estabelecidas parcerias a nível global:

- *World Bank Water Global Practise*, que constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no setor da Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas;

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>

- *Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP)*, através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- *2030 Water Resources Group (2030 WRG)* destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países;

O abastecimento e o saneamento em Portugal ³

A crescente disponibilidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais urbanas em todo o território nacional, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis constitui um importante fator de desenvolvimento do país do ponto de vista da saúde pública, qualidade e segurança para a vida das famílias portuguesas, bem como da sustentabilidade ambiental.

O setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Nos últimos anos tem-se verificado uma evolução significativa no setor e a maior parte da população portuguesa tem acesso a um bom serviço de água e saneamento.

Panorama Nacional	
Abastecimento de água	Saneamento de águas residuais
9,6 milhões de habitantes servidos	8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem
96% de alojamentos servidos	85% de alojamentos servidos
192 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,4985€/m ³	84% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,70%	1,7 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5296€/m ³

Dados RASARP 2018 - ERSAR

Constituindo o instrumento estratégico para o setor no sentido de promover junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, continua em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

Em novembro de 2019 realizou-se a sexta reunião da Comissão Permanente da Seca, onde foi avaliado o ponto de situação meteorológico, hidrológico e regadio público, bem como das medidas que têm vindo a ser implementadas à evolução da seca. Foi acordada a constituição de dois grupos de trabalho para elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, integrando os organismos da administração e os setores mais representativos em cada região.

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

O Grupo AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro, e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias, que culminou com a publicação do Decreto-Lei n.º 160/2019 de 24 de outubro que procede à escolha das entidades gestoras e aprova as condições e os termos especiais dos contratos de concessão de atribuição da gestão de infraestruturas hidráulicas.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se em julho de 2019 a assinatura do contrato de parceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. A Águas do Alto Minho iniciou a sua atividade operacional em 1 de janeiro de 2020.

Através do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Energias foi designada como a entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais que terá como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, foi publicado o Decreto-Lei 119/2019 de 21 de agosto que define a estratégia e os objetivos nacionais quanto à água para reutilização. Durante o ano de 2020 o Grupo AdP levará a cabo um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte

entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente, desenvolvendo projetos de assistência técnica em parceria com diferentes países.

A Águas de Portugal (AdP) reafirma o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal estar, pela primeira vez, representada no board da Water Europe, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

- A Regulação

Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que compõem o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessão e delegação) e nos segmentos “alta” (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM) e parceria Estado-Autarquias) e “baixa” (EPAL e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor da água.

As entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente no que diz respeito à regulação ambiental.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, parceria e gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifas contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

O Grupo AdP manteve em 2019 a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Durante o ano de 2019, o Grupo AdP continuou a manter a sua participação no âmbito das consultas públicas promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira.

Destaca-se, a este propósito a participação na consulta pública relativa à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e respetivo Documento Complementar n.º I, em março de 2019, cujo procedimento se iniciou em 14 de dezembro de 2018 pela ERSAR.

Este importante regulamento constituirá uma ferramenta muito relevante para o setor das águas, em matéria de regulação económica e na sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, bem como em matéria de equidade tarifária e eficiência de preços.

Em 2019, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso. Instrumentos muito relevantes no quadro de definição dos regulamentos tarifário e de qualidade de serviço.

EPAL

O modelo de exploração da EPAL, pertencente ao universo do Grupo AdP, assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em “alta” a 35 concelhos e em “baixa”, no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Em 2015, foi delegada à EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, concessionado à AdVT.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: (i) refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada; (ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado; e (iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela AdVT e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma componente tarifária acrescida (CTA) a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela AdVT.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015–2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em “alta” e que é repercutida nos clientes em “baixa” da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à avaliação e emissão de parecer por parte da ERSAR.

Durante o ano de 2019, as tarifas e a CTA aplicadas na faturação pela EPAL foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2018.

Regulação da qualidade do serviço

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em novembro de 2019, foi divulgado o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pela entidade gestora, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2018.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A EPAL que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a EPAL deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a EPAL implementa o PCQA, e comunica as situações de incumprimento dos valores paramétricos às entidades competentes.

Em 7 de dezembro de 2018 o PCQA de 2019 referente à Alta da EPAL foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA aprovado, em 2019 foram efetuadas 18.030 análises, sendo que foram detetados 48 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,69% (Indicador da ERSAR – Água Segura).

Em 21 de novembro de 2018 o PCQA de 2019 referente à Baixa da EPAL foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA aprovado, em 2019 foram efetuadas 13.238 análises, sendo que foram detetados 82 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,17% (Indicador da ERSAR – Água Segura).

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor realizado pelas entidades gestoras são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2019, foi publicado e divulgado o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2018, e cujo acesso é público.

Regulação da interface com o utilizador

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a EPAL dispõe de livro físico de reclamações. Também é disponibilizado no sítio da internet da EPAL o livro de reclamações eletrónico.

O NEGÓCIO

- Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e n.º 34/2017, de 24 de março.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.

Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo

A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Outras Atividades

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;

-
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
 - Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
 - Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
 - Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
 - Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres, atividade que conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

[página em branco]

SUSTENTABILIDADE

- Enquadramento

É com um compromisso para com as gerações atuais e futuras que o Grupo AdP desenvolve a sua atividade de interface entre a sociedade e o ambiente contribuindo para a resolução de questões que melhoram a qualidade de vida das populações.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, o Grupo AdP integra a Sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão e como potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

Continuámos a dar passos largos no combate às alterações climáticas, apostámos forte na inovação e na economia circular, e continuámos empenhados nas políticas sociais sempre alinhados com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A destacar este ano o forte contributo do Grupo AdP na ajuda humanitária a Moçambique no âmbito das calamidades provocadas pelos Ciclones IDAI e Kenneth. Respondemos na primeira hora com a missão de apoiar as autoridades Moçambicanas no restabelecimento do fornecimento de água potável às populações das zonas afetadas.

A EPAL enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade.

Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água;
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos;
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas;
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento.

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo.

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável.

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade.

Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.

Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento;
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

- Stakeholders / Partes Interessadas

A EPAL está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.



Deveres especiais de prestação de informação

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

No ano de 2019 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela empresa no âmbito da sua relação com os principais *stakeholders* da empresa, designadamente:

Foram desenvolvidas diversas iniciativas de aproximação à comunidade e aos clientes, merecendo destaque:

- **Campanha de Incentivo do Consumo Água da Torneira em Entidades Públicas e Privadas**
O desafio do compromisso com o consumo de água da torneira abrangeu em 2019 cerca de 85 entidades públicas e privadas, as quais passaram a consumir, exclusivamente, água da torneira nas áreas comuns das suas instalações.

Neste ano, que duplicou praticamente para o dobro dos 45 aderentes de 2018, aceitaram este desafio diversas entidades de relevo como a Presidência da República, a Transtejo, a Polícia Judiciária, a RTP, o Grupo Renascença, bem como diversas escolas e universidades que manifestaram, assim, o seu compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Na área da saúde, aceitaram o desafio a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa e a ainda a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

Outras entidades aderiram e celebraram também parcerias para a realização de ações de sensibilização ao longo do ano de 2019, como os SSAP - Serviços Sociais da Administração Pública, com a qual a EPAL promoveu diversas palestras de sensibilização sobre o consumo sustentável.

De referir ainda a parceria com a ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, com quem a Empresa firmou um protocolo para divulgar a campanha por todas as Juntas de Freguesia em 2020.

- **Campanha Incentivo ao Consumo de Água nos Centros de Congressos**

Para promover o consumo de água da torneira nos Centros de Congressos, Hotéis, Universidades e Restaurantes de Lisboa, mostrando a quem visita a cidade que Lisboa dispõe de infraestruturas e água de excelente qualidade, a EPAL lançou a garrafa Lisbon Tap Water Bottle.

Em 2019, aderiram à campanha a Fundação Champalimaud, 13 Estabelecimentos de Ensino Superior e 24 Restaurantes.

- **Pátios da Água**

Os Pátios da Água regressaram a Lisboa durante o verão de 2019, pela primeira vez, sob a forma de fixo e itinerante, com uma carrinha de roadshow que passou por algumas das mais importantes artérias da capital. Os dois projetos, distintos na forma, mas comuns no objetivo, pretenderam promover o consumo de água da torneira e realizaram-se em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e com a Lisboa E-Nova.

O Pátio fixo reabriu junto à Sede da EPAL, na Avenida da Liberdade, e a versão móvel “Água Sobre Rodas”, iniciou a sua viagem no jardim da Torre de Belém e terminou na Rua do Carmo.

Este ano, e inserido no projeto LISBOA A COMPOSTAR da CML, os pátios dispunham de uma área de compostagem tornando-os 100% sustentáveis.

Os Pátios contribuíram para a redução do CO₂, para a eliminação do plástico no meio ambiente e para o acesso à água da torneira por parte dos cidadãos e turistas como opção mais amiga do ambiente. Os resultados falam por si:

- Cerca de 100 mil copos de água oferecidos;
- Evitámos a produção do mesmo número de embalagens representando 813 kg de plástico;
- Foram poupados 29.650 litros de água no processo de fabrico do plástico;
- Reduzimos a emissão de CO₂ equivalente em 5,9 toneladas.

- **Campanha Fatura em Litros**

No início do ano de 2019 as faturas da EPAL passaram a indicar o consumo de água em litros. Esta nova modalidade contribuiu para tornar mais claro para o consumidor qual foi o seu consumo, de modo a que tenha uma consciência mais precisa de quanto pode poupar e contribuir para um uso responsável.

O objetivo é que o cliente possa verificar, regularmente, se está a consumir mais ou menos litros de água no lar, incentivando à poupança.

As famílias passaram, ainda, a poder consultar, na fatura, o seu consumo em litros e dividir pelo número de pessoas do agregado para saber se estão a gastar a mais ou a menos do que a média. Esta medida foi acompanhada de uma campanha de informação e sensibilização no sentido de promover a poupança do consumo da água.

- **Campanhas Aguadeiros 2019**

No decorrer do ano de 2019 realizaram-se 27 ações com aguadeiros, tendo como objetivo incentivar o consumo de água da torneira, sensibilizando para a excelência deste bem essencial.

A EPAL participou em várias iniciativas de Rua, Corridas e Feiras, tendo oferecido um total de 34.600 copos de água da rede pública.

Uma das iniciativas inéditas foi o apoio ao WBT – World Bike Tour 2019, a maior corrida de bicicletas da cidade, merecendo também relevo a colaboração nas Olímpiadas, Feira da Saúde, Nova Medical School, Festival Visão Júnior Fest, Moda Lisboa e Corrida da Água e São Silvestre.

Outra iniciativa de relevo foi a “A Rua é Sua”, promovida pela CML onde os aguadeiros sensibilizaram para o consumo de água da rede pública milhares de pessoas.

- **Campanha Novo EPALnet**

A pensar nos seus Clientes, a EPAL melhorou o EPALnet, o balcão digital que permite ao cliente fazer a gestão do seu contrato. Com um interface totalmente novo, está agora mais user-friendly, mais intuitivo, mais rápido e com funcionalidades mais fáceis de utilizar.

- **Campanha Delta**

As embalagens de açúcar da Delta serviram de suporte a uma campanha de divulgação de mensagens de sustentabilidade

A água da torneira é de qualidade, segura e de confiança, a melhor amiga do café, uma excelente opção para o chá, e que é 0% plástico e amiga do ambiente, foram alguns dos conceitos transmitidos. Na dimensão do uso racional, alertámos para o seu uso responsável, pelo planeta.

Esta campanha levou ao quotidiano dos Portugueses o valor deste produto e a sensibilização para o seu uso responsável, promovendo a defesa do meio ambiente em benefício de todos.

- **Campanha “Torne a sua Água mais irresistível”**

A EPAL lançou o primeiro livro de receitas com Água da Torneira para tornar a mesa mais colorida e a hidratação mais divertida com a adição de frutas, ervas aromáticas e especiarias.

O evento de lançamento contou com a presença de mais de 40 parceiros da EPAL entre elas a Direção-Geral da Saúde, os Serviços Sociais da Administração Pública, a Direção-Geral da Administração Escolar, a Fundação Portuguesa de Cardiologia, a APEMETA, a Associação da Hotelaria de Portugal, a Secretaria Geral do Ministério da Justiça, o Ministério da Economia e a Câmara Municipal de Lisboa.

O livro está disponível nas plataformas digitais da EPAL.

- **Campanha de Lançamento da Garrafa Cool**

A EPAL lançou a garrafa de barro COOL - água naturalmente fresca, totalmente feita à mão, em olaria de roda, com a qualidade única de refrescar a água da torneira sem consumo de energia.

As garrafas COOL aliam um design contemporâneo, com materiais e técnicas 100% portuguesas, e apresenta-se em 3 versões: 2 em barro vermelho com uma serigrafia na base do Aqueduto das Águas Livres (a preto ou a azul), e 1 versão em barro negro que tem na sua génese um processo de fabrico artesanal reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade.

A garrafa está disponível nas Lojas EPAL e no Museu da Água, e na plataforma planetiers.com.

- **Campanha de Lançamento da app H2O Quality**

A EPAL lançou a app gratuita H2O Quality, inédita em todo o setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação e permite a qualquer cidadão ou turista aceder às características e aos resultados da qualidade da água no local onde se encontra, com atualização diária, em português e em inglês. Permite ainda saber o melhor caminho para chegar ao bebedouro mais próximo ou onde adquirir a sua Fill Forever.

Com esta inovação, a EPAL posiciona Lisboa como a primeira cidade do mundo onde a transparência desta informação está acessível a todos.

- **Lançamento da Campanha de Outdoors “Produtos e Serviços”**

Em 2019, a EPAL implementou uma campanha promocional na sua rede de outdoors publicitários com vista a promover o consumo da água da torneira e também os produtos/serviços da empresa, designadamente, o waterbeep, o myAQUA, a fatura por e-mail, o Museu da Água, a Garrafa Siza e a Garrafa COOL.

- **Nova Linha de Merchandising**

A pensar na sustentabilidade do Planeta, a EPAL criou uma linha de merchandising ecológica que tem como destinatários preferenciais as Escolas, Feiras e Exposições.

Esta linha “Verde” traduz uma vontade já algum tempo existente de apostar unicamente em materiais amigos do ambiente, podendo ser reciclados ou naturais e biológicos. Lápis de cartão reciclado, porta-chaves de cortiça, mochilas em pano de algodão e sementes de cultura biológica, foram algumas das propostas diferenciadoras disponibilizadas em matéria de promoção do consumo de água da torneira e de educação ambiental.

Esta iniciativa tem tido uma excelente aceitação e será continuada em 2020 com mais opções criativas e sustentáveis.

- **Waterstar**

O waterstar é um programa onde a água da torneira é a estrela da companhia e que levou à Academia das Águas Livres, em Lisboa, um público curioso e mais sensível ao cheiro do cloro e que quer beber água sem o sentir.

O grande foco é esclarecer sobre alguns mitos relativos à água da torneira e sensibilizar para questões ambientais e económicas, optando por escolhas *eco-friendly*.

Foram ainda acolhidas em 2019 pela EPAL mais de uma centena de representantes de diversas empresas nacionais e internacionais do setor da água, que demonstraram interesse em conhecer as instalações e infraestruturas operacionais, os produtos e serviços, e as nossas boas práticas na produção, fornecimento e distribuição de água para consumo.

Educação Ambiental:

No âmbito da educação e sensibilização ambiental, estabeleceram-se parcerias com os Municípios da área de atuação da EPAL, Clientes e outros stakeholders, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores. Em todas as ações desenvolvidas ao longo do ano, o objetivo visou dar a conhecer a missão da Empresa e o papel fundamental por ela desempenhado na gestão do Ciclo Urbano da Água, sensibilizando para o uso eficiente e para o consumo da água da torneira, comportamento sustentável a ser adotado por todos.

Das inúmeras ações realizadas, destacamos:

- Palestras em escolas do ensino básico, secundário e superior; palestra “Água” e jogos didáticos no XIV Acampamento de Escuteiros do Oeste;
- Ações de verão em praias fluviais; participação no Visão Júnior Fest 2019, no Pavilhão do Conhecimento em Lisboa (2 palestras “Sem água não há vida”, 2 workshops “Torna a tua água da torneira mais irresistível”, jogos didáticos e espaço de stand);
- Presença na sessão de apresentação do projeto ECH2O, da APRH, com jogos pedagógicos;
- Atividades para os grupos que integraram o OTL de férias da Junta de Freguesia do Lumiar;
- Jogos pedagógicos no III Meeting Lisboa–Madrid–Extremadura;
- Atividades no âmbito da parceria com os Serviços Sociais da Administração Pública e atividades no âmbito da parceria com a CML no programa “Crescer Saudável”;

- Duas competições do Aqua Challenge (o jogo online do Aqua eXperience), no SintrAmbiente e na final da GAME (competição para a eficiência energética);

- Participação no “Dia Mundial do Brincar” promovido pelo município de Seia;

- Presença na ação final do projeto BINGO, da APRH, com jogos pedagógicos;

- Participação no programa “Ciência Viva no verão 2019”;

- Assinatura de Protocolo com a ONGA Zero e assinatura de acordos anuais com as ONGAs GEOTA, Quercus e LPN; iniciativas conjuntas com as ONGAs no âmbito dos projetos “À Descoberta do Parque Florestal de Monsanto”, “Despertar para a Natureza” e “Naturalmente de Férias! – o OTL da Páscoa”, plantações de árvores e arbustos (cerca de 1 000 espécies autóctones),

- Desenvolvimento do projeto piloto “Rede dos Bebedouros de Lisboa”, uma parceira EPAL, município de Lisboa e GEOTA;

- Visitas a Estações de Tratamento de Água e ao Laboratório Central, por públicos diversos, sendo maioritário o público escolar.

- Colocação online do Guia de Implementação e Boas Práticas, para um uso eficiente da água, no âmbito do projeto “Corrente pela Água”.

- O Laboratório da Água da EPAL, na KidZania, continua a ser um excelente espaço de educação e sensibilização onde, no decorrer de 2019, cerca de 15.000 crianças brincaram com coisas sérias, ao participarem na atividade de técnico de laboratório.

Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:

Em 2019, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural apoiou e patrocinou a realização das seguintes atividades e eventos:

Bolsas Sociais EPIS, na modalidade “Amigos EPIS”, tendo sido concedido o apoio a 3 bolsas atribuídas a alunos da área de influência geográfica da EPAL

- I Congresso Internacional da Deficiência Visual da ACAPO
- 16ª Corrida da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- Encontro Promovido pela APDA “Educação Ambiental Comunicar como Água”
- 2ª Conferência sobre Lixo Marinho, da Associação Portuguesa de Lixo Marinho
- Festas da nossa Senhora da Salvação, com a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
- Centro de Comunicação dos Oceanos
- Corrida da Liberdade
- Corrida da Água
- Seminário Ibero-Americano sobre Sistemas de Abastecimento e Drenagem, organizado pelo Instituto Superior Técnico
- Visão Júnior Fest
- FLOMEKO 2019 – 18th International Flow Measurement Conference

- 15º Congresso da Federação Europeia de Ecologia
- Corrida do Pulmão da Sociedade Portuguesa de Pneumologia
- Patrocínios Fill Forever, no âmbito da promoção da sustentabilidade e consumo da água da torneira, através da oferta de garrafas Fill Forever às seguintes entidades e eventos:
 - APA - Agência Portuguesa do Ambiente
 - Câmara Municipal do Entroncamento
 - Direção Geral do Consumidor - Congresso "A Colmeia Digital"
 - ECCA - biennial European Climate Change Adaptation
 - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Congresso Inter "A Hidráulica em edifícios monumentais"
 - Festival dos Guiões
 - Festival Monstra
 - Fractal mind - Gamify Europe
 - Fundação Champalimaud
 - ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa: Conferência Internacional de Biomédica
 - Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Projeto Bingo
 - Lisbon Investment Summit
 - Lisbon PH - Glimt
 - Moda Lisboa
 - Polícia Judiciária - REUNIÃO HONLEA I
 - Pop padel
 - Rapada Village
 - Sociedade de Pneumologia - Patrocínio Corrida do Pulmão
 - Sociedade Portuguesa de Geologia
 - Tuna'misto
 - 11.º Congresso Nacional de Educação Física
 - AEFML - Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa
 - Amigos do Pinhal
 - Associação de Estudantes da FMUP

- Biblioteca Nacional - Europeia 2019
- CML - WCCF - World Cities Culture Forum
- Festival do Crato
- Fundação Champalimaud Research Symposium 2019
- ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- IDC Directions 2019
- IST- Instituto Superior Técnico: CERIS OPEN DAY
- Moda Lisboa
- Model European Union Lisbon 2019
- Noite da Medicina
- Nova Medical School
- Ordem dos Engenheiros - Patrocínio do Sunset do Grupo de Jovens Engenheiros
- Simpósio Científico Instituto Calouste Gulbenkian
- UNESCO - Comissões Nacionais Europeias

Ainda no âmbito da promoção da sustentabilidade e consumo da água da torneira, a EPAL foi parceiro sustentável dos seguintes eventos e atividades, através das suas garrafas Fill Forever:

- Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social
- Cercizimbra
- Câmara Municipal de Lisboa
- CNE Agrupamento 488 Mafra
- Direção Geral da Educação
- Faculdade de Ciências e Tecnologia
- Jardim Sampaio e Associados
- Junta de Freguesia dos Olivais - Dia Mundial da Água
- LPN "Despertar pela natureza"
- Nova Medical School
- Paróquia da Bobadela
- POSEUR - Altice Arena

- Presidência da República
- Rádio Renascença
- RTP
- Santa Casa da Misericórdia - Dançar com Parkinson
- Serviços Sociais da Administração Pública
- Universidade Lusófona
- ADP - Águas de Portugal
- AMI
- APIR - Associação Portuguesa de Insuficientes Renais
- Associação de Estudantes da Nova Medical School
- CCDR Centro - Encontro de escolas da região Centro e Castela
- CNE Junta Nacional Oeste
- Compete 2020
- Deco Proteste
- EBI da Boa Água
- Embaixada da Bélgica
- JF Parque das Nações: Community Champions League
- Junta de Freguesia do Parque das Nações
- Junta de Freguesia dos Olivais
- Loja da Cidadão do Saldanha
- Ministério do Ambiente
- NRP Sagres
- Palácio de São Bento
- Presidência do Conselho de Ministros

Iniciativas de responsabilidade social:

Em 2019, a campanha de solidariedade "Juntos Somos + Solidários", realizou 4 ações.

- Doação de equipamentos informáticos a Instituições de Solidariedade Social e escolas na zona de abrangência da EPAL

- Apoio às famílias vulneráveis vítimas do ciclone Idai em Moçambique, tendo sido reunidos alguns bens de primeira necessidade, que foram colocados na "Mochila Esperança"
- Tendo como objetivo assinalar o Dia do Animal, foram recolhidos bens e entregues a associações que acolhem, alimentam e acarinham os inúmeros animais abandonados
- Para o apoio e ajuda das crianças de Moçambique, foram recolhidos bens essenciais e material escolar, e enviados na "Mochila Esperança", para as crianças de Moçambique vítimas do ciclone Idai.

Participação em Feiras e Exposições

A EPAL voltou a estar junto da comunidade e, além das diversas ações de rua, participou em prestigiadas Feiras e exposições, destacando-se:

- **Evento "Boas Práticas" do POSEUR:** o stand da EPAL no evento de "Boas Práticas" do POSEUR, dedicado à reabilitação e renovação da ETA de Vale da Pedra, um dos maiores investimentos da EPAL na última década.
- **31º CONGRESSO DA AHP:** no âmbito da parceria com a AHP – Associação de Hotelaria de Portugal, a EPAL marcou presença com um stand na 31ª Edição do Congresso Nacional da Hotelaria e Turismo, com o mote "Portugal: Preparar o Amanhã", tendo divulgado a nova app H2O Quality, a "Lisbon Soul" e o "Waterbeep".
- **Futurália:** participação na maior feira de educação, formação e empregabilidade do país, traduzindo uma oportunidade única para promoção do consumo de água da torneira junto das gerações mais jovens, bem como das potencialidades formativas da Academia das Águas Livres.
- **ENEG 2019:** o Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, promovido pela Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), contou com 28 comunicações da EPAL e com um stand dedicado à promoção dos seus produtos e serviços.
- **14.ª Expo Conferência da Água:** a EPAL marcou presença em mais um evento de referência para o setor da Água em Portugal, com um stand promocional da nova app H2O Quality e com intervenções de diversos trabalhadores da EPAL.
- **Super Bock em Stock:** uma vez mais a garagem da EPAL foi um dos palcos do Festival, contando com a atuação de bandas que animaram milhares de pessoas.

Estudo de Reputação

Em 2019 a EPAL aumentou a classificação em todos os critérios do ECSI – Estudo Europeu de Satisfação de Clientes, realizado pela Nova IMS, APQ e Instituto Português da Qualidade.

A empresa alcançou uma pontuação superior a 8 em seis das nove variáveis em análise evidenciando uma impressionante subida e classificações nunca antes obtidas nos estudos realizados desde 2008.

A "IMAGEM" foi a variável com a maior subida, com 8,25 em 2019 comparativamente a 7,91 em 2017, seguida da "CONFIANÇA" com 8,51 face a 8,19, e da "SATISFAÇÃO" com 8,07 face a 7,87 em 2017.

As classificações agora registadas elevaram a EPAL a um patamar de reconhecimento e valorização pelos seus Clientes sem precedentes, alcançando os melhores resultado de sempre: "Imagem" (8,25), Expectativas (8,02), "Qualidade Apercebida" (8,23), "Valor Apercebido" (7,05), Satisfação (8,07), "Reclamações" (7,58), "Confiança" (8,51) e Lealdade (8,47).

A EPAL alcançou ainda a classificação máxima na nova variável "Presença Digital" (7,95), pela primeira vez analisada neste estudo, conquistando aqui o 1º lugar à frente das congéneres.

Em virtude deste desempenho, a EPAL elevou-se de 3º para 2º lugar no ranking das participantes.

Redes Sociais:

A EPAL tem ao longo dos últimos anos, investido nas principais plataformas digitais Facebook, LinkedIn e Instagram, o que tem contribuído para a sua liderança naqueles meios, no setor da água.

A EPAL tem cerca de 45 mil seguidores que diariamente acompanham as suas publicações, sendo o Facebook a rede social onde a Empresa mais se destaca.

Em qualquer uma das suas páginas, a EPAL tem como objetivo criar e fomentar uma maior consciência ecológica, ao promover hábitos amigos do ambiente, como o beber e transportar água da torneira, para além de promover a excelente qualidade da água que fornece.

- **Facebook**

Só nesta plataforma a empresa tem mais de 33 mil seguidores, tendo as publicações da EPAL alcançado milhares de pessoas. Em 2019, o post “Beber água da torneira ajuda a salvar o planeta” atingiu cerca de 184 mil pessoas, teve mais de 13 mil gostos, cerca de 1.500 comentários e mais de 4.800 partilhas.

- **LinkedIn**

O LinkedIn é a maior rede profissional do mundo e é onde a EPAL mais divulga os seus produtos e serviços. É também uma plataforma de recrutamento e, nesse sentido, a empresa publica diversos anúncios tanto para a EPAL como para a Águas do Vale do Tejo.

Nesta rede, a EPAL tem já 10 mil seguidores.

- **Instagram**

O Instagram teve um aumento de 1.000 seguidores no ano de 2019. Os nossos seguidores encontram-se, principalmente, na cidade de Lisboa. As faixas etárias com maior destaque na nossa página são entre 35-44 anos com 33%, e os 25-34 com 28%, sendo 69% dos seguidores do sexo feminino.

A publicação com maior alcance atingiu 1.386 pessoas, o post com um maior número de impressões teve 2.046 reações, e atingimos os 149 gostos como máximo de *likes* num *post*.

Museu da Água

O Museu da Água, com mais de 30 anos de atividade, é tutelado pela EPAL, sendo composto por quatro espaços dispersos pela cidade de Lisboa, todos eles constituídos por edifícios relacionados com o abastecimento da água à cidade de Lisboa, datados dos séculos XVIII e XIX:

- Aqueduto das Águas Livres
- Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras
- Reservatório da Patriarcal
- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos (onde se encontra a exposição permanente dedicada ao tema Água)

A EPAL tem ainda a responsabilidade da gestão e manutenção do Aqueduto das Águas Livres, bem como da Mãe d'Água, monumentos pertencentes ao património do Estado Português.

Em 2019 os espaços museológicos do Museu da Água tiveram cerca de 81 mil visitantes (cerca de 28 mil visitantes de origem estrangeira), tendo o Aqueduto das Águas Livres sido o monumento mais visitado, à semelhança do já verificado em 2018.

Em termos de atividade museológica e eventos realizados em parceria com outras entidades, destacam-se em 2019:

Exposições Temporárias:

Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras

- Exposição de desenho “Urban Sketchers na Mãe d'Água das Amoreiras”, de Urban Sketchers Portugal - 4 de maio a 23 de junho;
- Exposição de arte plástica “RETHINK by XICOGAIVOTA”, de Ricardo Ramos - 4 de julho a 6 de outubro;
- Exposição de azulejo “Das sombras de Quioto à Luz de Lisboa”, de Haru Ishii - 25 outubro a 5 janeiro.

Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos

- Exposição de fotografia “Construir pontes”, IMAGO LISBOA PHOTO FESTIVAL - 10 de outubro a 17 novembro.

Reservatório da Patriarcal

- Instalação artística “Identidade Nacional”, BoCA | Biennial of Contemporary Arts - 15 de março a 7 de abril.

Exposições itinerantes:

- Exposição pedagógica “Água para Todos” (no âmbito das atividades de educação ambiental): Centro de Exposições da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Escola Secundária de Caneças e no Parque Aquapolis (Município de Abrantes).
- Exposição “A Água e o ODS” – patente na Escola Secundária da Ramada e na Conferência “O valor da Água” – promovida pela AdP na Culturgest;
- Exposição de fotografia “Aquedutos de Portugal” – Apresentada nos seguintes locais: Museu Oliveira de Frades; Centro Inovarural Carrazeda Ansiães; Mosteiro Batalha (Hidráulica Edifícios Monumentais); Escola Profissional Vouzela; Museu Abade Baçal-Bragança; Quinta Morgado-Arruda dos Vinhos; Casa da Cultura de Mogadouro; Eco Museu Zêzere – Belmonte; Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro; Externato João Alberto Faria - Arruda dos Vinhos; Mercado Santana-Leiria.

Eventos realizados em parceria com outras entidades:

- Parceria com a Locus Acesso – Criação e realização de roteiros de visitas acessíveis para público cego e de baixa visão ao Museu da Água, e criação de materiais pedagógicos acessíveis de apoio às visitas guiadas;
- Parceria com a CERCiência – ciência em Rede: realização de 125 Ateliers científicos.
- Parceria com o programa “Ciência Viva no Verão”, Pavilhão do Conhecimento - realização de visitas técnicas orientadas: “Do Chafariz à Fábrica de Água”, em parceria com a AdTA - ETAR de Alcântara, Ateliers e Visitas guiadas à exposição RETHINK by XICOGAIVOTA;
- Participação no Dia Internacional dos Museus e na Noite internacional dos Museus (visitas técnicas orientadas e visitas com animação histórica);
- Participação nas Jornadas Europeias do Património (visitas técnicas orientadas);
- Participação na Semana da Ciência e da Tecnologia com 2 visitas: “A era do Vapor” e “Visita Jogo sobre os ODS - Escada acima, escada abaixo”;
- Participação no Programa “Do Museu ao Bairro”;

- Participação no programa de atividades para Lisboa 2020 - Capital Verde Europeia;
- Participação no OPEN HOUSE no Reservatório a Vapor dos Barbadinhos;
- Programa de liderança criativa THINK Lisbon - "Water Trail": execução de plano de visitas associado a atividades de desenvolvimento;
- Promotor dos concertos Real Fado, em parceria com a EASTBANC;
- Promotor de espetáculo PARANSOMNIA - Teatro do Bairro Alto, no Reservatório da Mãe de Água das Amoreiras;
- Promotor do evento GERADOR, na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos;
- Realização de roteiro de visita guiada "Rota da Água - Um Percorso pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", integrado no programa "Rotas de cidadania".
- Visitas guiadas temáticas:
 - Rota da Água – Um percurso pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Integração de visita guiada no projeto Rotas de Cidadania promovido pelo Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF), Renovar a Mouraria e PAR - Respostas sociais;
 - A 7ª colina a 3 vezes – Visita guiada à 7ª colina com início no Museu História Natural e Ciência sobre o edifício e Jardim Botânico, continua na galeria do Loreto (Museu da Água) e termina no convento de S. Pedro de Alcântara com visita à Igreja/Museu de S. Roque;
 - Água, Saúde e Património - Água, Urbanização e Saúde Pública andaram sempre de mão dada ao longo da história. Numa visita conjunta à exposição '800 Anos de Saúde em Portugal', o Museu da Saúde e o Museu da Água convidam os participantes a viajar pela história da saúde e do abastecimento de água em Lisboa;
 - Praças, jardins e Água - A história da água e dos jardins na sétima colina contada no Museu de História Natural, Jardim do Príncipe Real e Galeria Subterrânea do Loreto.

Procedeu-se ainda em 2019 a algumas ações de consultoria histórica, científica e técnica:

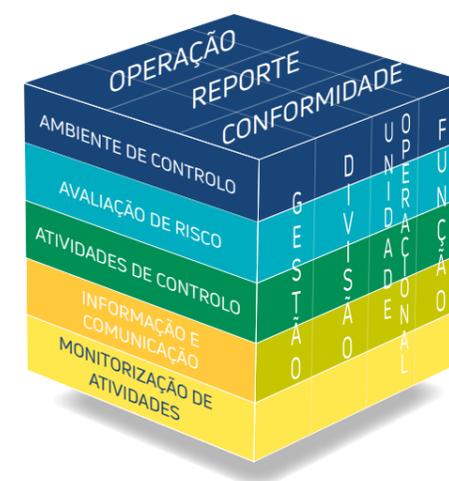
- Programa de liderança criativa THINK Lisbon - "Water trail";
- Participação na candidatura à Iniciativa Urban Innovative Actions, em parceria com o Município da Amadora, com o projeto de dinamização dos troços do Aqueduto das Águas Livres localizados no concelho da Amadora e recuperação da função inicial da estrutura hidráulica através do aproveitamento de águas de várias nascentes, com vista ao reaproveitamento do caudal de água existente no Aqueduto para regar espaços verdes e alimentar o caudal da ribeira da Falagueira;
- Levantamentos históricos e científicos do Aqueduto Geral na zona de Monsanto, em parceria com os investigadores Fernando Teigão dos Santos e Pedro Costa;
- Parceria com a Câmara Municipal de Lisboa na programação sobre o tema Água afeta ao projeto Lisboa Capital Verde 2020;
- Integração no Projecto Aqua Magnificat (estudo das estruturas hidráulicas contemporâneas) em parceria com: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Agronomia e Faculdade de Arquitetura, Universidade Aberta, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Instituto de História Contemporânea), Universidade de Madrid e Museu Nacional de Arte Antiga;
- Participação nos projetos de reabilitação dos seguintes chafarizes monumentais: Chafariz da Esperança, Chafariz de São Paulo e Chafariz da Praça das Flores.

- Gestão do Risco

A EPAL e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a EPAL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, a AdP SGPS aprovou no decurso de 2019 o projeto de definição e implementação de um Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo. Para tal, de entre os vários modelos de controlo interno existentes, selecionou o CUBO do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), como o modelo a implementar, por considerar ser o mais adaptável à estrutura das empresas por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade) e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

Avaliação de Risco

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

Atividades de Controlo

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: i) as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; ii) o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

Informação e comunicação

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os SI são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

Monitorização de Atividades

- Avaliação da qualidade de desempenho do Sistema de Controlo Interno ao longo do tempo;
- Assegurar a adequação e eficácia do SCI de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No desenvolvimento do projeto, com base nas orientações estratégicas e as contas significativas, a AdP SGPS identificou os 35 processos considerados como críticos no grupo AdP e priorizou 13 processos para os quais, foi efetuado o respetivo mapeamento, a identificação dos eventos de risco e riscos associados e dos controlos implementados para a sua mitigação, em duas empresas piloto.

Paralelamente foram desenvolvidos, encontrando-se em fase de conclusão, o relatório de definição das métricas a utilizar na avaliação complementar do SCI, bem como o Manual de Controlo Interno do Grupo, no qual se incluem as Matrizes de Controlos e Riscos dos processos mapeados.

No seguimento encontra-se prevista a implementação da metodologia de controlo interno aprovada na EPAL, bem como a implementação do Manual de Controlo Interno, o qual compreenderá o necessário ajustamento à realidade dos riscos e controlos estabelecidos na empresa. Será promovida sensibilização e formação sobre a matéria, e dada continuidade ao mapeamento dos restantes processos identificados como críticos.

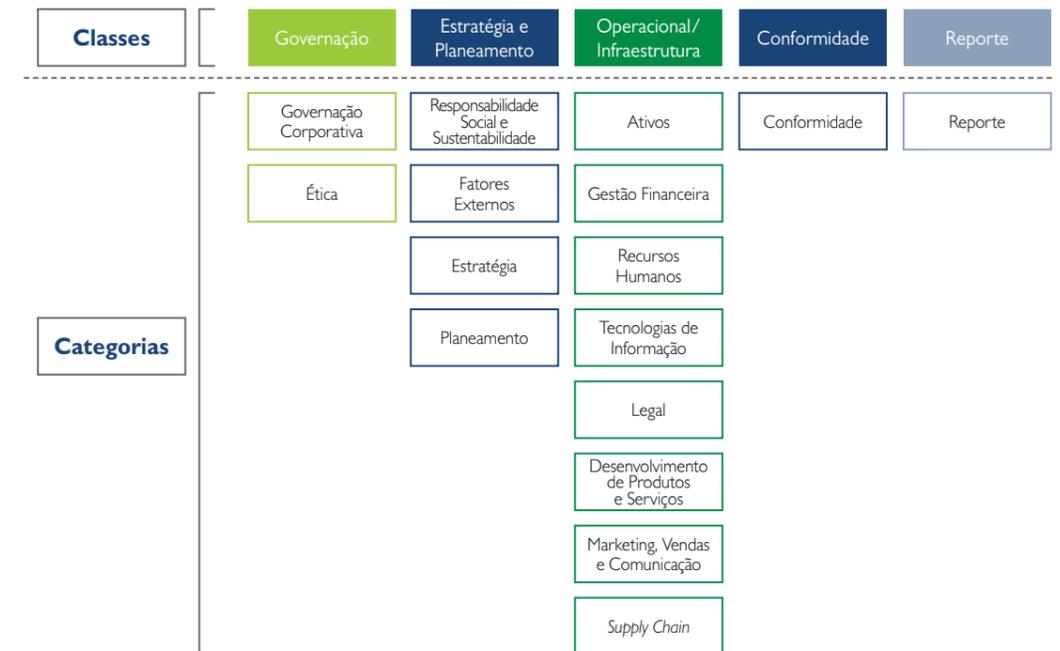
Finalizada a implementação do modelo, as métricas de avaliação estabelecidas, conjugadas com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno efetuadas anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se o as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da EPAL sobre o desempenho do SCI.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na EPAL, permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

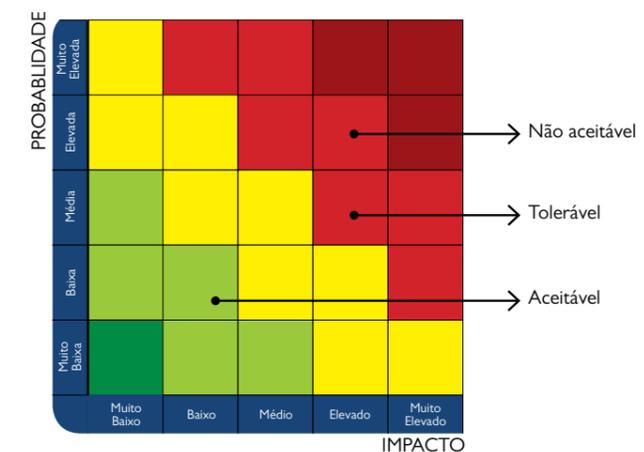
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um "Plano Estratégico e de política de risco", existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco, sustentado numa metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

De acordo com a metodologia implementada, os níveis de risco classificados como "Aceitável", e que por tal traduzem implicitamente a Política de Risco do Grupo AdP, voltam a ser reapreciados no ciclo seguinte de avaliação.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são definidos e implementados Planos de Tratamento do Risco, como medidas que visam a sua mitigação. Estes Planos de Tratamento permitem a formalização da implementação da(s) estratégia(s) de tratamento do risco definida, identificação dos responsáveis e dos prazos associados, e especificação das ações corretivas e/ ou de melhoria a concretizar.

Para os riscos classificados como "Tolerável", os Planos de Tratamento dos Risco têm como requisito a necessidade de implementação de medidas nos 12 meses seguintes. Para os riscos classificados como "Não Aceitável", os Planos de Tratamento dos Risco têm como requisito a necessidade de implementação de medidas nos 6 meses seguintes.

- Atividade Operacional

PRODUÇÃO DE ÁGUA

Origens

Ao longo do ano de 2019 as origens utilizadas para a captação de água foram:

- Albufeira de Castelo do Bode (captação superficial no rio Zêzere);
- Valada Tejo (captação superficial no rio Tejo);
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA (captações subterrâneas);
- Furos do sistema Oeste, nomeadamente as Captações do Farol, Vassala, Reguengo, Pó, Alcoentre e Casais de Britos 2.

Ciclo da Água

		2017	2018	2019	Variação 2019/2018
Água captada	m³	229.002.658	218.116.734	221.836.249	2%
Castelo de Bode	m ³	197.968.300	167.204.364	169.132.235	1%
Valada Tejo	m ³	14.571.830	35.671.320	38.596.030	8%
Capt. Subterrâneas	m ³	14.899.692	13.733.968	12.432.810	-9%
Capt. Sistema Oeste	m ³	1.562.836	1.507.081	1.675.174	11%
Água tratada/produzida	m³	228.539.615	217.466.164	221.451.985	2%
Castelo de Bode	m ³	197.963.729	167.199.381	169.128.073	1%
Valada Tejo	m ³	14.121.730	35.033.890	38.224.120	9%
Capt. Subterrâneas	m ³	14.899.692	13.733.968	12.432.810	-9%
Capt. Sistema Oeste	m ³	1.554.464	1.498.925	1.666.982	11%
Água Vendida	m³	204.333.735	195.427.097	200.013.318	2%
Clientes Municipais/Multimunicipais	m ³	151.764.299	144.834.976	148.747.213	3%
Clientes Diretos	m ³	52.569.436	50.592.122	51.266.105	1%
Água não faturada (ANF)	m³	24.668.922	22.689.636	21.822.931	-4%
ANF na Rede de Distribuição	m ³	11.058.329	9.762.102	9.032.480	-7%
ANF na Produção e Transporte	m ³	13.610.594	12.927.534	12.790.451	-1%
Água não faturada	%	10,80%	10,40%	9,80%	-0,6 pp
ANF na Rede de Distribuição	%	11,10%	10,40%	10,10%	-0,3 pp
ANF na Produção e Transporte	%	5,90%	5,90%	5,80%	-0,1 pp

O volume de água captada no ano de 2019 foi de 221,8 milhões de m³, superior em 3,8 milhões de m³ (+2%) ao verificado no período homólogo. A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 76% do total da água captada na empresa.

A captação de Valada Tejo voltou a assumir um papel mais relevante no total de volume produzido, após a remodelação da ETA de Vale da Pedra finalizada em 2018, representando no corrente ano cerca de 17% do volume total.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 9,8%, que representa uma redução de 0,6 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior. Os valores absolutos e relativos de água não faturada, tanto total como individual ao nível da rede de distribuição e do sistema de produção e transporte, apresentam o desempenho mais favorável do último triénio.

Adução

A EPAL dispõe de um sistema de Produção e Transporte constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, os quais se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m³/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m³, e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada.

Estes subsistemas são constituídos por 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 28 Reservatórios e 19 Postos de Cloragem.

		2017	2018	2019	Variação 2019/2018
Comprimento Condutas	km	696	696	696	0
Est. Elevatórias	n.º	31	31	31	0
Reservatórios	n.º	28	28	28	0
Pontos de Entrega	n.º	193	192	189	-3

Nota: As infraestruturas acima não incluem as operadas na região Oeste

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte, como o aqueduto Alviela, e os adutores Vila Franca de Xira-Telheiras, Circunvalação e Costa do Sol.

Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdinha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em situações de emergência dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em situações de emergência).

Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro, tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços "Alfragide-Caxias", "Caxias-Estoril" e "Estoril-Cobre", num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

No ano de 2019 verificaram-se 50 avarias em condutas na rede de adução, registando-se uma diminuição nas condutas da EPAL, e um aumento nas condutas do sistema da região Oeste.

		2017	2018	2019	Variação 2019/2018
Avarias em Condutas na Rede de Adução	n.º	46	48	50	2
Sistema EPAL	n.º	32	28	18	-10
Sistema Oeste	n.º	14	20	32	12

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas:

Subsistema Castelo do Bode:

- Variação, ao longo do ano, dos níveis da Albufeira de Castelo do Bode entre os valores de 111,40 metros e 120,20 metros, a que correspondeu um nível médio anual de 114,1 metros, menos favorável (designadamente na perspetiva energética) do que o nível médio de 115,7 m verificado em 2018;
- Início da empreitada de reabilitação dos canais de alimentação dos filtros e canais de água filtrada da Linha I da ETA da Asseiceira, a qual irá condicionar a respetiva capacidade de produção;
- Realização, ao longo do ano, de diversas operações de manutenção e limpeza de órgãos na ETA de Asseiceira, designadamente ao nível das operações de cloragem, flotação, filtração e remineralização, e ajuste de pH com água de cal;
- Complemento dos trabalhos relacionados com a empreitada de instalação de elevação de lamas para o parque novo de lamas da ETA da Asseiceira, envolvendo, designadamente, alterações do material dos pistões da Bomba de Lamas – Schwing;
- Continuação do encaminhamento das lamas produzidas na ETA e objeto de secagem natural no parque de lamas da ETA da Asseiceira, para utilização, como matéria-prima, na indústria cerâmica, constituindo um contributo importante para a economia circular e para a sustentabilidade do processo – foi encaminhada uma quantidade total de 2.486 toneladas;
- Arranque da etapa de flotação da linha 2 da ETA da Asseiceira devido ao agravamento da qualidade da água sobrenadante proveniente dos espessadores. O referido arranque permitiu reduzir as cargas na etapa de filtração, a realização de limpezas manuais dos filtros da linha 1, e assegurar as lavagens, em condições adequadas, dos filtros das linhas 1 e 2.
- A EDP procedeu à abertura dos descarregadores de superfície da Barragem de Castelo do Bode após a precipitação intensa ocorrida no final do ano, que conduziu a uma significativa subida do nível da albufeira para 120,15 metros, ou seja, próximo do nível máximo. Decorrente da subida do nível da água registou-se um aumento da turvação na água bruta para valores da ordem de 3,28 NTU, tendo sido acionada a etapa de flotação da linha 1, com recurso a 5 flotadores.

Subsistema Tejo:

- Realização de testes e ajustes funcionais visando a otimização operacional da ETA de Vale da Pedra, face às condições resultantes da receção provisória da obra de reabilitação e remodelação da ETA. Em resultado desta otimização foi possível reduzir os consumos energéticos da ETA, nomeadamente ao nível das floculações, pulsações dos decantadores e posto de cloragem;
- Implementação de um novo circuito de recuperação da água proveniente das amostragens da ETA de Vale da Pedra, de forma a viabilizar a sua recondução direta à entrada do processo sem passar pelo tratamento de efluentes do tratamento;

- Colocação em funcionamento da ETA de Vale da Pedra no regime nominal, no âmbito da preparação da paragem da ETA da Asseiceira associada à realização de intervenções ao nível dos canais de água filtrada;
- Conclusão da construção e início da exploração do parque coberto de armazenamento e secagem das lamas produzidas pelo processo de tratamento da água da ETA de Vale da Pedra (solução similar à existente, e com resultados comprovados, na ETA da Asseiceira).

Zona Oeste:

- Arranque de dois novos pontos de entrega no município de Alenquer, designadamente PE Merceana DN500 e PE Vila Alta de Alenquer;
- Arranque, em modo local, da EE do Convento;
- Decisão de integração de infraestruturas de abastecimento do Sistema de Óbidos na AdVT e subsequente levantamento das respetivas condições operacionais, visando a respetiva transferência para a gestão da EPAL/AdVT;
- Conceptualização e implementação do sistema de gestão operacional NAVIA em toda a área operacional do Sistema do Oeste, abrangendo as equipas dos Postos Móveis do Oeste Sul e Oeste Norte.

Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas:

- Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m);
- Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m);
- Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m), e;
- Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m).

Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 160 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por 1.447 km de condutas de Sistemas de distribuição e adução, com 103 mil ramais de abastecimento, 14 reservatórios e 11 estações elevatórias.

		2017	2018	2019	Varição 2019/2018
Comprimento da Rede	km	1.445	1.448	1.447	-1
Est. Elevatórias	n.º	11	11	11	0
Reservatórios	n.º	14	14	14	0
Ramais	n.º	102.314	102.862	103.313	451
Zonas Altimétricas	n.º	4	4	4	0

O desempenho da rede no ano de 2019 foi amplamente positivo, com reduções significativas de cerca de 10% no número de roturas em ramais, e a manutenção do número de avarias em condutas face a 2018. Verificaram-se 429 avarias em condutas e 519 roturas em ramais.

O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu o valor de 30 avarias/100 km rede/ano.

		2017	2018	2019	Varição 2019/2018
Avarias em Condutas na Rede de Distribuição	n.º	469	429	429	0
Avarias em Condutas/ 100 km/ ano na Rede de Distribuição	n.º	33	30	30	0
Roturas em Ramais	n.º	661	575	519	-56

QUALIDADE DA ÁGUA

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da empresa.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor na cidade de Lisboa, constitui uma das maiores preocupações da EPAL, seguindo para este efeito uma política de boas práticas de operação e manutenção. Esta preocupação tem dois objetivos fundamentais: comprovar o nível de qualidade da água versus cumprimento da legislação em vigor e manter um controlo operacional que permita detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

Os Laboratórios da EPAL, localizados em Lisboa e em Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, "a qualidade das águas captada, desinfetada e distribuída".

A capacidade analítica instalada nos laboratórios de ensaios da EPAL está sustentada numa rigorosa qualificação dos técnicos e no recurso a equipamentos de elevada capacidade de resposta e automatização, que permitem dar uma resposta rápida no âmbito do controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL e no âmbito dos compromissos de prestação de serviços analíticos para clientes externos.

Os dois laboratórios de ensaios da EPAL dispõem de instalações e equipamentos de última geração, bem como de recursos humanos qualificados para executar, seguindo critérios de controlo da qualidade analítica rigorosos, a quase totalidade dos parâmetros da qualidade da água preconizados na legislação em vigor (em águas naturais, água para consumo humano, águas de piscinas e águas de processo), lamas, sedimentos, produtos químicos utilizados no tratamento e materiais de construção que entram em contacto com a água (utilizados nos sistemas de captação, tratamento e distribuição).

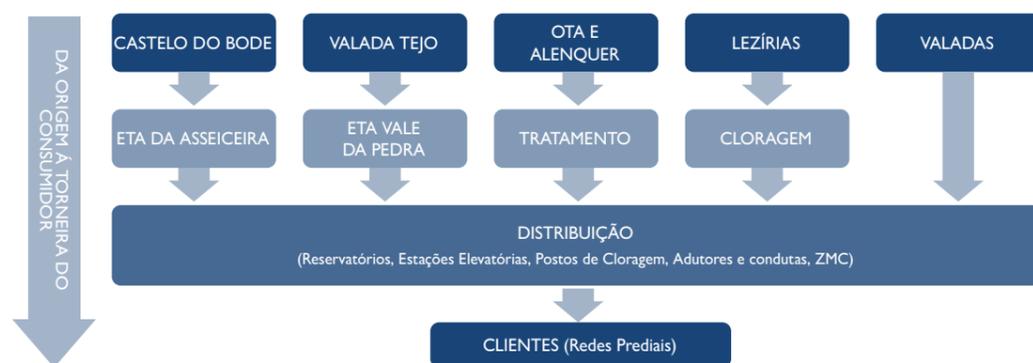
Os laboratórios de ensaio da EPAL estão acreditados desde 1999, segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025 - "Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração", para as seguintes atividades:

- Colheita, preservação e transporte de amostras de água (águas de consumo humano e águas naturais destinadas à produção de águas para consumo humano);
- Análise de 110 parâmetros da qualidade da água (correspondendo a 198 compostos), sendo que alguns parâmetros/espécies estão acreditados para mais de um método de ensaio;

- 135 métodos analíticos para ensaios em águas;
- Testes a materiais orgânicos em contacto com água para consumo humano, correspondendo a 8 diferentes métodos/normas .

A EPAL, no seguimento da sua preocupação com a melhoria contínua dos processos, dos sistemas e das tecnologias, implementou, em finais de 2007, um Plano de Segurança da Água (PSA) no seu Sistema de Abastecimento, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), numa perspectiva de análise e prevenção de riscos em sistemas de abastecimento de água. "A forma mais eficaz de garantir sistematicamente a segurança de um sistema de abastecimento de água para consumo humano consiste numa metodologia integrada de avaliação e gestão de riscos que englobe todas as etapas do abastecimento de água, desde a captação até ao consumidor" (OMS, 2004)

DIAGRAMA DE FLUXOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA EPAL



Em 2010, o Conselho de Administração aprovou a 1.ª edição do PSA da EPAL, que se tornou numa ferramenta essencial na análise, prevenção e gestão de riscos no sistema de abastecimento da EPAL.

O PSA implementado contemplou a totalidade do sistema de abastecimento da EPAL, desde as áreas/bacias hidrográficas onde estão localizadas as origens que a empresa utiliza para produção de água destinada ao consumo humano até às torneiras dos consumidores finais (origens, captações, tratamentos, distribuição e rede predial dos clientes), e foi integrado na gestão de risco da empresa.

O PSA desenvolvido na empresa tem como objectivo garantir os requisitos relativos à qualidade e à quantidade da água para consumo humano no sistema de abastecimento da EPAL, identificando Boas Práticas Operacionais e Medidas Preventivas a implementar com base na identificação de perigos e análise de riscos e sua mitigação, permitindo:

- Protecção da saúde dos consumidores;
- Cumprimento dos requisitos legais e das recomendações da OMS;
- Aumento da confiança e satisfação dos consumidores, melhorando a qualidade dos serviços, em particular no que respeita à pressão e aos caracteres físicos e organolépticos da água fornecida (estéticos, cor, cheiro e sabor);
- Abastecimento sem interrupções.

Durante o ano de 2019, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito da gestão do PSA da EPAL:

- Conclusão da revisão das matrizes multicritério do PSA, por parte do grupo de trabalho multi disciplinar nomeado para o efeito). Esta revisão visou dar resposta às constatações da auditoria ao PSA na qual foi identificada a necessidade de estabelecer uma interligação entre as matrizes secundárias (por natureza de ativo) e as matrizes de risco primárias do PSA bem como a

necessidade de revisão das definições da consequência na matriz "Qualidade de serviço". Teve, ainda, por objetivo a tentativa de harmonização das matrizes multicritério dos ativos da Adução/Distribuição, com as matrizes de risco/avaliação utilizadas no âmbito do plano anual de investimentos;

- Conclusão da implementação do PSA associado ao sistema de captação, tratamento e distribuição de água do sistema do Oeste (sistema anteriormente pertencente a uma das antecessoras da AdVT e que em 2016 foi englobado no sistema de abastecimento da EPAL).

A equipa técnica do Laboratório da EPAL participa igualmente em diversas comissões técnicas e grupos de trabalho nacionais e europeus:

- Comissão Técnica de Certificação "Sistemas de tubagens em matéria plástica para instalações de água quente e fria de drenagem e de esgoto" (CTC03), da Associação para a certificação (CERTIF)
- Comissão Técnica CT90 – sistemas de abastecimento de água, do LNEC, enquanto organismo de normalização sectorial para o sector de abastecimento de água/IPQ
- Comissão Sectorial para a Água/CS 4- IPQ
- Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA):
 - Comissão Especializada da Qualidade da Água
 - Comissão Especializada de Sistemas de Distribuição de Água
 - Comissão Especializada de Águas Residuais
 - Grupo de Trabalho de Adaptação às Alterações Climáticas
 - Comissão Especializada de Inovação
- Associação de Laboratórios Acreditados Portugal (RELACRE)
 - Comissão Técnica Águas (GT3 - Amostragem - Controlo da Qualidade/Incertezas; GT8 – Microbiologia; GT 9 – Lamas e GT 10 – Fitoplâncton
 - Comissão Técnica de Certificação de Técnicos de Colheita de Amostras de Água (CTC-TCA)
- Comissão Europeia de Normalização/Comité Técnico 164 "Sistemas de Abastecimento de Água"/WG3 (CEN/TC 164/WG3) "Materiais em contacto com a água para consumo humano"
- Comissão Técnica I "Água para Consumo Humano" da European Federation of National Associations of Water and Wastewater Services (EUREAU/EU1)
- Membro do Specialist Group "Metals and related substances" da International Water Association (IWA).

Controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA). Este Plano integra as seguintes componentes:

- Controlo legal - Controlo da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa e nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e a Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;

- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc.);
- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.

Avaliação da Qualidade da Água

Em termos da avaliação da **Qualidade da Água nas Origens**, há a referir:

- **Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode**
A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A2 para os parâmetros coliformes totais, didrocarbonetos dissolvidos e emulsionados, oxigénio dissolvido e salmonelas, e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1.

A Fábrica da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.
- **Rio Tejo - Valada Tejo**
A qualidade da água do rio Tejo, em Valada Tejo, integra-se na Classe A3 para os parâmetros substâncias extraíveis com clorofórmio, manganês e salmonelas, na Classe A2 para os parâmetros coliformes totais, coliformes fecais e estreptococos fecais, e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1.

A ETA de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.
- **Captações subterrâneas**
Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nas captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano, foram:
 - Lezírias – Bário, Temperatura
 - Azambuja – Bário, Temperatura
 - Quinta da Vassala - Bário
 - Casais de Brito II – Bário, Hidrocarbonetos dissolvidos e emulsionados
 - Alcoentre - Bário
 - Casais da Areia - Ferro dissolvido;

As captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano, em que se registaram parâmetros da qualidade, que excederam o Valor Máximo Recomendável (VMR) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, foram as seguintes:

- Lezírias: Azoto amoniacal, Cheiro, Cloretos, Coliformes Totais, Condutividade, Estreptococos fecais, Ferro dissolvido, Manganês, Sulfatos

- Figueiros: Azoto amoniacal, Coliformes totais, Condutividade, Estreptococos fecais
- Pó: Coliformes fecais, Coliformes totais, Nitratos
- Ota: Coliformes fecais, Coliformes totais, Estreptococos fecais, salmonelas, Temperatura
- Azambuja: Condutividade
- Reguendo grande: Condutividade, Nitratos
- Casais de Brito II: Sólidos suspensos totais, Temperatura

No entanto refira-se que a mistura de água proveniente dos diferentes furos, com a água proveniente das ETA, permite garantir a qualidade da água fornecida de acordo com a legislação em vigor.

Relativamente à Qualidade da Água Fornecida/Distribuída:

- **Em Lisboa**
A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,83% (82 incumprimentos) das determinações de parâmetros.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,20% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (52 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrência de incumprimentos nas toneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais

- **A Entidades Gestoras**
Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,31% de valores não conformes (48 incumprimentos).

No sítio <http://www.epal.pt> são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras, com periodicidades mensal e trimestral, respetivamente.

Ainda trimestralmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, procede-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise, dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

ATIVIDADE COMERCIAL

No âmbito de uma política sustentável que é apanágio da EPAL, regista-se o contínuo processo de desmaterialização da fatura em papel, substituído pela fatura eletrónica, onde se verificou um aumento de 5% deste canal face a 2018. Em 2019 cerca de 37% das faturas foram emitidas eletronicamente.

Na esfera dos serviços de apoio a clientes, salienta-se a implementação em 2019 de um novo sistema de gestão de “Contact Center”, bem como a celebração de um novo contrato de aquisição de serviços de atendimento telefónico, de modo a melhorar os indicadores de desempenho e qualidade do atendimento telefónico.

Foram ainda desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- No âmbito da Projeto Servinn (Serviço de vídeo interpretação em LGP – Língua Gestual Portuguesa), a EPAL iniciou neste ano o processo de implementação que irá permitir a acessibilidade em LGP à Comunidade Surda;
- Encontra-se em desenvolvimento o processo de “Leitura por Foto”, que permitirá agilizar o processo de leitura dos contadores dos clientes;
- Participação no grupo de trabalho com Nova Medical School, na implementação de um projeto pioneiro de compromisso com o consumo sustentável de água da torneira;
- Apoio técnico, consultivo e logístico feito pela EPAL, para facilitar o consumo de água da torneira a bordo do Navio Sagres (realização de uma viagem de Circum-Navegação em que se enquadra na execução do programa das Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação de Fernão de Magalhães), tornando assim a viagem mais sustentável;
- Com o objetivo de promover a educação, sensibilização e ação para a eficiência hídrica e nexus água-energia, foi desenvolvido o “Projeto Aqua Experience” com a criação de um Simulador de Água.

Clientes e Mercado

A EPAL abastece uma área superior a 7.000 km², com cerca de 2,9 milhões de consumidores, em 35 municípios (incluindo Lisboa).

Os clientes abastecidos diretamente ultrapassam os 358 mil, continuando a verificar-se uma tendência crescimento, ainda que ligeiro, do número de clientes.

A retoma da atividade económica e essencialmente o crescimento dos estabelecimentos de alojamento local na cidade de Lisboa têm sido responsáveis pelo incremento no n.º de clientes do segmento de comércio e indústria.

		2017	2018	2019	Varição 2019/2018
Clientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos)	n.º	17	17	17	0,0%
Clientes Multimunicipais	n.º	2	2	2	0,0%
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	n.º	356.094	357.452	358.670	0,3%
Domésticos	n.º	304.423	303.836	303.845	0,0%
Comércio e Indústria	n.º	45.144	47.261	48.526	2,7%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	n.º	2.265	2.280	2.249	-1,4%
Instituições	n.º	4.260	4.073	4.048	-0,6%
Unidades Militares	n.º	2	2	2	0,0%
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	n.º	34	34	34	0,0%
Número de consumidores	n.º	2.850.476	2.859.927	2.868.753	0,3%
Lisboa	n.º	504.964	506.088	507.220	0,2%
Municípios	n.º	2.345.512	2.353.839	2.361.533	0,3%
Área total abastecida	km ²	7.095	7.095	7.095	0,0%
Lisboa	km ²	100	100	100	0,0%
Municípios	km ²	6.995	6.995	6.995	0,0%

Vendas

Volume vendido

Em 2019 o volume vendido ascendeu a 200 milhões de m³, que representa um aumento de 4,6 milhões de m³ (+2,3%) face ao volume vendido em 2018.

		2017	2018	2019	Varição 2019/2018
Volume total vendido	m ³	204.333.735	195.427.097	200.013.318	2,3%
Clientes Diretos	m ³	52.569.436	50.592.122	51.266.105	1,3%
Clientes Municipais	m ³	120.877.478	114.387.785	117.070.804	2,3%
Clientes Multimunicipais	m ³	30.886.821	30.447.191	31.676.409	4,0%

Verifica-se um acréscimo de 3,9 milhões de m³ (+2,7%) nos clientes municipais e multimunicipais, e de 0,7 milhões de m³ (+1,3%) nos clientes diretos.

Níveis de Serviço

As suspensões de serviço com impacto em Clientes registaram um acréscimo no ano de 2019.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2017	2018	2019	Varição 2019/2018	
Por tempo (h)	2.367	1.952	2.155	203	10,4%
Total Produção e Transporte	270	256	475	219	85,5%
Programadas	258	256	475	219	85,5%
Não programadas	12	0	0	0	-
Total Distribuição	2.097	1.696	1.680	-16	-0,9%
Programadas	584	274	251	-23	-8,4%
Não programadas	1.513	1.422	1.429	7	0,5%
Por quantidade (n.º)	712	589	633	44	7,5%
Total Produção e Transporte	24	31	71	40	129,0%
Programadas	23	31	71	40	129,0%
Não programadas	1	0	0	0	-
Total Distribuição	688	558	562	4	0,7%
Programadas	105	61	64	3	4,9%
Não programadas	583	497	498	1	0,2%

Eficácia do serviço	2017	2018	2019	Varição 2019/2018	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	19	19	50	31	163,2%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	171	149	127	-22	-14,8%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	9	8	11	3	37,5%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	3	7	4	-3	-42,9%
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	30	41	22	19	-46,3%

Outros Serviços Prestados

Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix:



O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995. Desde então que a EPAL tem vindo a desenvolver a aplicação e a comercializá-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

No final de 2019 o AQUAmatrix regista uma quota de mercado nacional de 38%, com cerca de 2 milhões de clientes finais, representando um aumento de 3% face ao ano anterior.

Com a entrada de quatro novos clientes, Aquanena, APIN, TejoAmbiente e AdIN, estamos presente em 38 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 85 municípios.

Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency):



O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água.

O WONE® é vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). A aplicação

WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Durante o ano de 2019 a EPAL deu continuidade à prestação de serviços WONE para entidades públicas e privadas proprietárias de redes de abastecimento de água. Foram efetuadas prestações de serviços de sectorização, monitorização e deteção de fugas para 4 entidades.

De referir que no final de 2019, para além da EPAL e da AdVT, existiam mais 13 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água.

Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:



O waterbeep® é um serviço através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

O waterbeep® apresenta-se em quatro modalidades, com diferentes níveis de detalhe de informação, podendo os clientes optar pela que melhor se adequa às suas necessidades.

As modalidades waterbeep® plus, pro e premium permitem a emissão de alertas, sendo os mesmos enviados aos clientes aderentes sempre que se verificarem:

- Desvios significativos do padrão habitual de consumo de água
- Situações de consumos contínuos durante um período alargado de tempo, que poderão ser indicadores de roturas ou dispositivos abertos/avariados

Os parâmetros dos alertas são pré-definidos pela Entidade Gestora de Água especificamente para cada local, podendo ser personalizados pelo cliente a qualquer momento.

Em 2019 o waterbeep® foi promovido em diversas iniciativas, nomeadamente, no certame FLOMEKO 2019 Portugal, no Smart Cities Summit 2019, no Programa "Economia 24" da TVI, no Wednesday Summits da NOVA Information Management School e no Projeto IS(C)TÉ VERDE.

Lançado em 2013, este serviço inovador e pioneiro em Portugal, conta já com 11.407 adesões, das quais 86,7% waterbeep home, 11,2% waterbeep plus, 1,8% waterbeep pro e 0,2% waterbeep premium.

Billmeter®



O Billmeter é um sistema através do qual as entidades gestoras poderão gerir o parque de contadores. Este serviço poderá ser de extrema relevância, uma vez que reforça a capacidade das entidades no que refere às perdas aparentes, sendo uma ferramenta essencial na gestão do parque de contadores, bem como na priorização do investimento a afetar a este tema.

Billmeter® é uma aplicação informática pioneira que se assume como um reforço tecnológico no combate às perdas aparentes. Esta metodologia de controlo ativo das perdas por erros de medição contribui para a gestão otimizada do Parque de Contadores, aumentando a eficiência e a rentabilidade do investimento.

Permite avaliar estatisticamente o desempenho individual de cada contador, recomendando a periodicidade ótima para a sua substituição.

Disponibiliza informação integrada e segmentada para diagnóstico do desempenho e da rentabilidade do Parque de Contadores.

Ao considerar variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classifica, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a substituição.

O Gestor poderá simular cenários com base nos erros de medição e padrões de consumo, já definidos na Biblioteca do Billmeter® ou a partir de Bibliotecas customizadas.

Fill Forever:

A "Fill Forever" é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultra leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público fill forever em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. Leve no preço. Leve no ambiente.

Com um volume anual de vendas de cerca de 21 mil unidades, a Fill Forever, para além de ser um produto disponível para venda (tendo disponibilizado em 2019 uma nova máquina de venda automática na Loja do Cidadão do Saldanha, que complementa a já existente na Loja do Cidadão das Laranjeiras), é manifestamente um dos veículos de comunicação do esforço que a EPAL tem vindo a fazer, na sensibilização do consumo da água da rede pública.

O forte impacto junto da comunidade tem feito desta garrafa reutilizável um instrumento primordial para conferir sustentabilidade a ações e eventos, para além de promover a qualidade e excelência da água que produz, junto da comunidade internacional, como são testemunho as parcerias e patrocínios com a "WCCF - World Cities Culture Forum", "2019 Champalimaud Research Symposium" e a "Conferência Internacional Europeia 2019".

Este ano a edição especial da "Fill Forever" foi alusiva ao hashtag: **#eubeboaguatorneira**.

Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL:

Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira e mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.

Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos – O Castelo de São Jorge - posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofusa – a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.

A Garrafa Siza evoca, em linhas singulares, o património e a lenda. Mais do que uma forma bonita de beber a melhor água de Lisboa, esta peça de design é uma nova viagem. Inesquecível.



Lisbon Tap Water Bottle:

A Lisbon Tap Water é uma garrafa da EPAL de design moderno, sóbria e fácil de manusear que vai conquistar qualquer ambiente em que esteja presente.

De vidro subtil e absolutamente cristalino, apresenta-se em sintonia com a vida da capital em permanente dinamismo e à procura de soluções de sustentabilidade.

Pensada para espaços onde são realizadas Conferências e Seminários, pretende apoiar as Entidades que recebem diariamente participantes dos mais diversos países de mundo para eventos profissionais, académicos, culturais e lúdicos.

Por este motivo, a Lisbon Tap Water apresenta um rótulo bilingue, de afirmação universal de um hábito sustentável.

Com tampa hermética, capacidade de 1 litro, reflete uma escolha amiga do ambiente, convidando ao consumo de água da torneira, em qualquer local, um bem de excelência que cumpre os mais rigorosos padrões de qualidade nacionais e internacionais.



Garrafa de barro COOL

COOL - Água "Naturalmente Fresca" é a nova garrafa da EPAL feita em barro, com manufatura e materiais 100% portugueses, que se apresenta em 3 versões exclusivas: barro vermelho com serigrafia em preto, barro vermelho com serigrafia em azul, e barro negro. Totalmente feita à mão, em olaria de roda, esta garrafa tem a qualidade única de conseguir refrescar a sua água da torneira, de forma ecológica, natural, e com consumo zero de energia.

As garrafas aliam um design contemporâneo, com materiais e técnicas ancestrais de produção, proporcionando uma solução ecológica de tradição milenar que permite conservar a água sempre fresca. A tampa da COOL é manufaturada em cortiça, conferindo-lhe ainda maior personalidade, e homenageando a tradição e a cortiça portuguesa, promovendo a utilização de recursos renováveis locais.

As versões em Barro Vermelho apresentam na sua base uma serigrafia (a preto ou a azul) do Aqueduto das Águas Livres, símbolo maior da história do abastecimento de água em Portugal.

A versão em Barro Negro tem na sua génese um processo de fabrico artesanal reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, e como única energia despendida a proveniente das mãos do seu criador.

Ao barro cabe a missão milenar, agora renovada, de refrescar a sua água da torneira de forma ecológica e com consumo zero de energia. À EPAL, cabe a missão de continuar a levar até si a melhor água.



Academia das Águas Livres:



A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL e inaugurada em 4 de outubro de 2013, na sequência da tomada de consciência de uma lacuna em Portugal, ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo

cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor.

Para o desenvolvimento da sua atividade formativa, a Academia dispõe de condições privilegiadas e flexíveis ao nível das infraestruturas, abrangendo, para além do edifício da formação com quatro salas devidamente equipadas e uma área de convívio para intervalos, espaços verdes sustentáveis e estacionamento. Conta ainda com uma bolsa de formadores altamente especializados nas matérias abordadas nos cursos, assegurando a resposta e acompanhando de forma inovadora as constantes evoluções e necessidades do mercado onde opera.

Iniciou-se durante o ano de 2019 a 4.ª Edição da Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água, e o 1.º Programa Avançado de Energias Renováveis no Setor da Água (numa parceria com a ADENE, a AdP-Energias, a FCT, o INEGI, o INESTEC, o IST, a Lisboa e-Nova, a Nova SBE e a TÜV).

Em 2019 a Academia realizou 120 ações de formação, abrangendo quase 1.500 formandos, num total de 28.635 horas de formação.

Laboratórios de ensaio e amostragem:

Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, "a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída".

A Unidade de Apoio Técnico assegura a prestação de serviços de amostragem e de monitorização da qualidade das águas em água para consumo humano, águas de piscinas, águas de processo e águas naturais.

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

No ano 2019, no âmbito de prestações de serviços a clientes externos, foram colhidas/rececionadas 1.508 amostras de água para análise, correspondentes a 7.428 determinações de parâmetros.

myAQUA:

O myAQUA® é uma aplicação desenvolvida pela EPAL para smartphones que permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados de contrato, comunicar leituras de acordo com as suas preferências, consultar contas da água, e muito mais. Permite, também, aceder a mais



do que um contrato, podendo consultar e gerir a informação relativa a vários locais de consumo de forma simples, cómoda e com único código de acesso.

Este produto encontra-se em funcionamento em 18 entidades gestoras incluindo a EPAL, estando disponível para cerca de 1,2 milhão de clientes finais.

Em 2019 foram registados cerca de 100 mil *downloads* da aplicação nos sistemas operativos IOS e Android.

H2O Quality:

O H2O Quality é uma aplicação gratuita e pioneira no setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação, e que permite a qualquer cidadão ou turista aceder aos resultados da qualidade da água relativos ao local onde se encontra, com informação atualizada diariamente, em português e em inglês.

A qualquer momento e onde quer que esteja, pode aceder ao H2O Quality e conhecer a qualidade da água que está a ser distribuída nesse local específico, com informação sobre os parâmetros, nomeadamente, cálcio, magnésio, cloro, cor, dureza, pH, entre outros, que poderá consultar em pormenor, visualizando os resultados e valores paramétricos. Caso pretenda saber a qualidade da água de um outro local em Lisboa, basta recorrer ao motor de pesquisa da aplicação e inserir a morada pretendida.

Com esta aplicação, pode ainda visualizar, no mapa, a localização de bebedouros perto do local onde se encontra, encher a sua garrafa reutilizável e levar consigo a água da torneira, a opção mais sustentável e mais amiga do ambiente.



WattWater:



WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015.

O WattWater é um SaaS (*Software as a Service*) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal:

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Para além dos trabalhos de reparação, ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal prestados para a própria EPAL têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

Sistema de Inspeções

A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias,...), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

A atividade de Inspeções, encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008.

Os objetivos que se pretende atingir com esta atividade são:

- Assegurar a fiabilidade e segurança na Exploração dos Ativos
- Garantir Níveis de Serviço adequados aos Clientes
- Maximizar o ciclo de Vida dos Ativos
- Minimizar o custo de manutenção/investimento ao longo do ciclo de vida dos Ativos

CAL - Chave Águas Livres:

As redes urbanas de distribuição de água e de drenagem de águas residuais e serviços de incêndio são constituídas por um vasto conjunto de conexões, órgãos e acessórios, que devido à sua grande variedade, implicam a utilização de um número elevado de diferentes ferramentas para o acesso e manobrabilidade de todos os órgãos e acessórios (marcos de água, bocas-de-incêndio, válvulas, tampas, capacetes móveis, de vários tipos).

A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mão-de-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a standardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

A CAL - Chave Águas Livres, foi premiada com *Project Innovation Awards of the International Water Association (IWA)*, na categoria Pequenos Projetos.

INVESTIMENTOS, GESTÃO DE ATIVOS E MANUTENÇÃO

Investimentos

O investimento global, em 2019, foi de 12,2 milhões de euros e a sua execução centrou-se sobretudo ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas.

O quadro seguinte sintetiza os investimentos do último triénio:

Valores em EUR	2017	2018	2019
Garantia da Capacidade	440.507	364.716	693.549
Ampliação da rede de Distribuição	347.999	339.253	351.524
Rede de Adução	-	-	329.812
Outros	92.507	25.463	12.213
Garantia da Fiabilidade e Segurança	4.429.952	5.965.326	5.498.953
Renovação da rede de Adução	421.510	3.573.999	1.466.151
Renovação da rede de Distribuição	1.440.959	1.207.447	2.074.425
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	1.403.122	325.762	550.002
Contadores	830.153	526.137	357.244
Equipamentos eléctricos, mecânicos e instrumentação	143.324	138.132	570.967
Monitorização e controlo	102.513	56.977	282.512
Outros	88.371	136.873	197.651
Garantia da Qualidade	9.937.519	2.159.841	765.961
Laboratórios	495.760	15.814	403.226
Reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra	9.374.555	2.071.687	217.463
Outros	67.204	72.340	145.271
Sustentabilidade e Inovação	312.465	546.733	1.262.614
Sistema de Gestão de Lamas	95.618	363.927	1.031.982
Eficiência Energética	1.672	156.559	224.051
Outros	215.175	26.247	6.581
Tecnologias de Informação e Comunicação	777.885	1.335.439	1.856.554
Infraestruturas e Telegestão	452.723	556.528	311.404
Hardware e Software	157.051	476.183	560.762
Aquamatrix	168.111	239.698	922.087
Outros	-	63.030	62.301
Outros Investimentos	418.485	2.036.858	2.147.073
Adaptação de Instalações	227.651	1.455.349	1.640.977
Outros	190.834	581.509	506.096
TOTAL	16.316.813	12.408.914	12.224.703

Os principais investimentos concluídos e com entrada em exploração em 2019 foram:

- Empreitada de Conceção Construção ETA de Vale da Pedra: Parque de Armazenamento Temporário de Lamas Desidratadas – 1,1 milhões de euros;
- Obras de reabilitação na rede de distribuição em Lisboa – 1,5 milhões de euros;

- Empreitada de Requalificação do Edifício Social - Recinto do Parque das Nações – 0,9 milhões de euros;
- Execução da Nova Condução Adutora de Abastecimento de Água ao Reservatório de Vila Alta - Município de Alenquer – 0,4 milhões de euros;
- Substituição das Válvulas de By Pass e Descarga das Câmaras de Manobras da Linha I do Adutor de Castelo do Bode – 0,3 milhões de euros;
- Empreitada de Construção de Acessibilidades ao Interior do Adutor Telheiras - Alto do Carenque, no Troço da Futura Feira Popular e Jardim do Bairro Padre Cruz – 0,2 milhões de euros;
- Empreitada de Substituição da Condução de Alimentação à Estação Elevatória de Camarate – 0,2 milhões de euros;

Conforme já referido, foi concluída durante o ano de 2019 a empreitada inserida na candidatura ao POSEUR (POSEUR-03-2012-FC-000808), intitulada “Melhoria da Qualidade do Tratamento da ETA de Vale da Pedra”. Todos os 36 pedidos de pagamento foram submetidos e aprovados pelo POSEUR, correspondendo o total do cofinanciamento ao valor de 5,7 milhões de euros, tendo sido recebido até ao momento, o valor de 5,5 milhões de euros (em 2019 o apoio recebido foi de 0,1 milhões de euros). O pagamento do valor remanescente (já validado e aprovado), no montante de 0,3 milhões de euros, ocorrerá com a validação do Relatório Final da Operação.

Os principais investimentos adjudicados durante o ano de 2019 foram os seguintes:

- Empreitada Geral de Renovação da Rede de Distribuição em Zonas Intervencionadas pela CML (trénio 2019/2021)
- Empreitada de Reabilitação da Estação Elevatória da Zona Alta dos Olivais - 1ª Fase
- Empreitada de Reabilitação dos Canais de Alimentação dos Filtros e Canais de Água Filtrada da Linha I da ETA da Asseiceira
- Empreitada de Substituição da Condução de Alimentação à Estação Elevatória de Camarate

O ano de 2019 foi igualmente marcado pelo lançamento de um importante conjunto de concursos de empreitada, com um valor de cerca de 20 milhões de euros de investimento, dos quais se destacam

- Adutor de Castelo do Bode - Duplicação dos troços não duplicados: Troço I – Troço Brogueira/Sobral
- Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV
- ETA da Asseiceira 0%
 - Empreitada de Execução de Beneficiações na ETA da Asseiceira para redução do consumo de energia e produção de energia
 - Empreitada de Conceção Construção de Mini Central Hidroelétrica
- Empreitada de Recuperação do Interior do Aqueduto das Águas Livres entre a Meia Laranja e o Arco
- Remodelação do Posto de Transformação da Estação Elevatória de Vila Fria
- Empreitada de Execução da Reabilitação da Condução Adutora na ponte sobre o rio Tejo na Praia do Ribatejo – Fase I – Intervenções de curto prazo

Gestão de Ativos

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

A atividade durante o ano de 2019 foi bastante diversificada, destacando-se sobretudo a transversalidade tida com as restantes áreas da empresa, através do apoio contínuo prestado.

No âmbito do **cadastro técnico e geográfico**, destacam-se o desenvolvimento e acompanhamento de campanhas de re inventariação de diversas instalações da empresa, operacionais e não operacionais, destacando-se as infraestruturas do Oeste, nomeadamente as Estações Elevatórias que servem o município de Óbidos e outras no município de Azambuja, e a contínua atualização das ferramentas de gestão de ativos, nomeadamente das ferramentas de suporte à manutenção.

Em relação à **gestão de perdas**, a realização de diversos projetos, destacando-se:

- Desenvolvimento do modelo hidráulico da rede de distribuição de Lisboa, de modo a permitir a sua posterior utilização no Plano Geral da Rede;
- Análise dos dados no WONE dos volumes de entrada, saída e totais diários nas ZMT da rede de adução;
- Desenvolvimento da proposta de alteração do procedimento para a determinação e divulgação dos valores de pressão na rede de distribuição para conceção de sistema de redes prediais de água, a qual terá por base os dados simulados no modelo hidráulico;
- Desenvolvimento de uma aplicação para faturação aos clientes do Laboratório dos Contadores;
- Colaboração no desenvolvimento da aplicação Water Q;
- Participação no W-SMART e no Projeto SOL Housing 3.0;
- Desenvolvimento de uma versão de mobilidade para comunicação de roturas;
- Manutenção do projeto de monitorização de consumos em hidrantes;

Regista-se ainda a conclusão de 101 intervenções de deteção de fugas, tendo sido analisados cerca de 879 km de rede de distribuição, assinaladas 454 roturas e reparadas 414 delas, o que configura o maior valor registado nos últimos 10 anos.

No que respeita à atividade do **laboratório e oficina de contadores**, procedeu-se à renovação da qualificação de Reparador Qualificado de contadores de água e de Organismo de Verificação Metrológica (OVM) de contadores de água. Manutenção da acreditação do laboratório de ensaios e calibração de contadores de água e medidores de caudal eletromagnéticos.

No que concerne à **gestão de energia**, deu-se continuidade à monitorização da implementação do Plano corporativo de Eficiência e Produção de Energia, o acompanhamento das intervenções previstas no SGCIE, o apoio na implementação do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001 assegurando a extensão do sistema a diversas infraestruturas de captação de água, tratamento e elevação de água. Foi ainda dado o respetivo suporte ao desenvolvimento do projeto EPAL 0%.

No âmbito de **gestão de informação e estudos**, destaca-se o desenvolvimento, com a realização regular de ensaios, de uma base de dados que permita a determinação, por via estatística, do erro médio de medição dos contadores domésticos instalados na rede de distribuição, em função de diversos fatores, para a verificação periódica dos contadores em serviço na rede pública de abastecimento.

Manutenção de ativos

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da empresa nos serviços que presta.

Foram desenvolvidas durante o ano de 2019 diversas ações operacionais, salientando-se as seguintes:

- Prosseguimento da estratégia de recuperação e melhoria de infraestruturas do sistema Oeste;
- Implementação/ uniformização de sistemas de proteção online de equipamentos elétricos nomeadamente transformadores e motores – SCADA, prosseguimento de parametrização e melhoria das proteções de transformadores e grupos eletrobomba;
- Manutenção Preditiva - Grupos eletrobomba/Transformadores - monitorização de variáveis online para determinação do momento ótimo de intervenção;
- Uniformização de sistemas de gestão da manutenção, bem como dos planos de manutenção incluindo ativos críticos;
- Cooperação e participação em processos de melhoria e inovação, inseridos em projetos estratégicos da EPAL, nomeadamente o Plano de Eficiência e Produção de Energia, o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas e o Projeto ETA Asseiceira 0%.

SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA

Ao longo do ano de 2019 a Direção de Sustentabilidade Empresarial, por forma a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus Stakeholders e no sentido de promover e implementar melhorias na empresa contribuiu, no âmbito da sua missão, com diversas atividades organizadas isoladamente ou em estreita colaboração com outras direções e/ou com entidades externas, de que são exemplo:

No âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE):

- A manutenção da certificação do sistema de gestão integrado Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS), de âmbito total e a manutenção da certificação do sistema de gestão de Gestão de Ativos, mantendo-se o âmbito parcial, particularmente em atividades e instalações operacionais da EPAL, nomeadamente o Portefólio de Grandes Naturezas de Ativos;
- No caso do sistema de gestão de energia a certificação, de âmbito parcial, foi mantida, tendo sido alargada a fronteira a mais cinco instalações (EE Olivais, EE Telheiras e EE da Amadora, EE Alenquer IV, EE Alcanhões);
- Na sequência da adesão ao Pacto para a Conciliação no âmbito do Programa 3 em Linha, a EPAL assume o compromisso de implementação e certificação de um sistema de gestão com base na NP 4552:2016 (sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar), cujo processo, liderado pela Direção de Recursos Humanos, teve início no final de 2019 com previsão de cumprimento até final de 2020;
- Em parceria com a AdP e com a ADENE participou no programa “Move+” um sistema de adesão voluntária de etiquetagem energética de frota, que assenta em auditorias periódicas que atribuem, a cada frota, um determinado nível de desempenho energético (de F a A+), em função de 4 critérios: a) gestão de viaturas; b) gestão de condutores; c) gestão de manutenção; d) gestão dos consumos e no desenvolvimento e implementação de medidas de melhoria, em cada um destes eixos, promovendo a monitorização e o controlo regular dos consumos, com vista à sua redução, à diminuição das inerentes emissões com gases de efeito de estufa e ao uso, tão eficiente quanto possível, da frota;
- No sentido de manter ativa a Política de Gestão da Prevenção da Segurança foram realizadas várias atividades:

- Desenvolvidas ações no pressuposto do cumprimento dos Regulamentos REACH (registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos), CLP (classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas) e BPR (disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas);

- Aquisição de equipamentos de segurança;

- Estreita colaboração com outras direções no sentido da melhoria das condições de trabalho;

- O trabalho conjunto com a direção de engenharia no ciclo de vida das empreitadas/obras, principalmente na fase de projeto, tem sido fundamental.

- Manteve-se a campanha interna, “Juntos pelo Ambiente” no âmbito da qual foram distribuídos, a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, sacos para as compras, em algodão e frascos de vidro despenseiro, a fim de estimular a compra de produtos a granel, minimizando a utilização de sacos de plástico, no transporte e armazenamento dos produtos, objetivando a mudança de mentalidades;
- Realizada Auscultação/reflexão com cada uma das direções da empresa por forma a consolidar todo o trabalho desenvolvido, até à data. Desse trabalho resultou a alteração dos Grupos e subgrupos de Stakeholders EPAL/AdVT;
- Por forma a aumentar a participação dos/as trabalhadores/as nos processos de melhoria do SRE foi divulgado o Portal Ideias em Rede onde podem ser colocadas sugestões de melhoria dos diversos sistemas de gestão;
- Tendo em conta que a Igualdade de Género e a não discriminação constituem direitos humanos fundamentais e que a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e de mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro, a EPAL/AdVT tem vindo a dedicar atenção a esta temática, sendo que desenvolveu um Plano de Igualdade de Género 2019-2020. Tendo em conta a implementação o sistema de gestão da Conciliação, anteriormente mencionado, o referido Plano sofreu uma atualização, para 2020, passando a designá-lo por Plano para a Conciliação e para a Igualdade de Género que, de acordo com a legislação, em vigor, está disponível no site de ambas as organizações.
- Assim, no âmbito desta temática e no que se refere ao ano de 2019, a EPAL:
 - Renovou o seu compromisso com o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade o protocolo de cooperação com a PWN (*Professional Women Network - Lisbon*). Esta parceria possibilitou, ao longo de 2019, a várias trabalhadoras da EPAL usufruir dos excelentes programas, concretamente:
 - Programa YOUTH, inovador e desenhado para capacitar uma nova geração de líderes, uma vez que se destina a jovens mulheres entre os 25 e os 35 anos, com um mínimo de 2 anos de experiência profissional (1 trabalhadora frequentou o programa);
 - Programa de Liderança – Nível I - *Focused Leadership Neurosciences in Action*, destinado a profissionais com um mínimo de três anos de experiência e pretende trabalhar a visão estratégica de líderes em *pipeline* e cocriando uma rede multigeracional e intersectorial, (5 trabalhadoras assistiram ao programa).
- Esteve, pela quarta vez consecutiva, a convite da AdP, envolvida no projeto Girl Move, dinamizado pela Fundação com o mesmo nome, uma instituição sem fins lucrativos que tem como missão criar um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino, com uma aposta na educação e na criação de redes humanas de ajuda e cooperação entre pares, intergeracional e internacional. Trabalham para um mundo onde todas as mulheres tenham acesso a oportunidades para serem líderes de referência e agentes de mudança positiva, capazes de contribuir para o desenvolvimento político, económico, social e cultural do seu país;
- Foi dada continuidade ao Projeto de Voluntariado Empresarial, com a realização de duas ações, por local, ao longo de 2019 (1ª ação entre maio – junho e a 2ª em dezembro). Os voluntários da EPAL/AdVT deram o seu contributo em entidades como Banco de Bens doados, Banco Alimentar (Lisboa e Oeste);

- Para além disso voluntários internos participaram em ações organizadas pelo grupo AdP, nomeadamente nos dois momentos das “Mochilas de Esperança” que foram enviadas, para Moçambique, na sequência do ciclone Idai. Promoveu, ainda, a participação dos trabalhadores e trabalhadoras, como voluntários/as na Ceia de Natal para as pessoas em situação de sem abrigo, organizados pela Comunidade Vida e Paz, através da divulgação do site para inscrição.

No âmbito da Gestão do Risco e Proteção:

- Foi realizado, fora da rotina da avaliação do risco empresarial, da avaliação risco e infrações conexas, na gestão de ocorrências da proteção das instalações, no acompanhamento e controlo das prestações de serviço especializadas (Vigilância, CCTV e SADIR, SADI e SAEI, Extintores, Controlo Acessos e Barreiras, Chaves, na preparação dos processos de contratação pública (vigilância e serviços de prestação especializada em segurança para EPAL e AdVT), das reuniões na ANPC e nas Comissões de Segurança dos Municípios, bem como dos levantamentos de proteção física das instalações e acompanhamento de projetos para reforço de medidas de proteção (ex: Barbadinhos, ETAR de Elvas);
- Adesão à Call to Action Anticorrupção das Nações Unidas- em que assume o compromisso com a Ética e a Boa Governança e de promover e estimular o debate e a mobilização, para esta temática, junto dos stakeholders e da sociedade em geral, sendo que recebeu o selo anticorrupção emitido pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE);
- Revisão do Manual de Gestão de Eventos de Crise;
- Uma *Masterclass* relativa à “Comunicação em situação de crise” e um curso de *Media training – Crisis Exercise*, um evento, muito participado pelos colegas das várias direções, que contou com a presença de uma oradora especializada na matéria.

Salienta-se igualmente a participação num Projeto Piloto nos Edifícios Públicos dos Ministérios, enquadrado no **Programa de eficiência hídrica nos edifícios Públicos**.

O Ministério do Ambiente, ainda durante o ano de 2018, iniciou o desenvolvimento do Programa Nacional de Eficiência Hídrica em Edifícios Públicos - PEH2O, tendo estabelecido como parceiros a EPAL e a ADENE – Agência para a Energia, na execução do projeto piloto com vista a melhorar o desempenho hídrico dos edifícios onde se encontram instaladas as Secretarias Gerais dos Ministérios.

O Programa de Eficiência Hídrica em Edifícios Públicos pretendeu ser um dos instrumentos de incentivo à realização de operações/ intervenções de melhoria do desempenho ambiental dos edifícios públicos, com vista à promoção de um uso mais eficiente da água e à redução do seu consumo nos edifícios públicos. A responsabilidade pelo uso eficiente da água nos organismos públicos contém uma responsabilidade acrescida de serviço público.

No âmbito do Programa definiu-se como o Projeto Piloto a avaliação do nível de desempenho hídrico dos edifícios públicos onde se encontram instalados os vários Ministérios, através de um levantamento exaustivo das instalações, definindo-se medidas a adotar com vista a melhorar o respetivo desempenho.

Essas medidas foram enquadradas em quatro eixos verticais, (1) Redução das perdas de água nas redes prediais, (2) Aquisição de equipamentos e dispositivos, (3) Ações de sensibilização de natureza comportamental e (4) Implementação de medidas técnicas como reaproveitamento de águas pluviais para determinados uso.

Em conjunto com os doze Gestores de Eficiência Hídrica, nomeados por cada Ministério, as entidades Parceiras e participantes efetuaram um diagnóstico exaustivo e apresentaram, qualificando e quantificando, as medidas de ação para se atingir níveis de desempenho de eficiência hídrica dos edifícios públicos muito superiores ao histórico registado até ao presente momento.

Esta é mais uma missão da EPAL, integrada no desígnio nacional de combate às alterações climáticas e de utilização mais eficiente do precioso e escasso recurso que é a água.

Salienta-se ainda a participação da EPAL na **missão humanitária de apoio a Moçambique na sequência do Ciclone Idai**. A passagem do ciclone tropical, Idai, pela Costa Leste de África, causou graves inundações em vários países, designadamente em Madagáscar, Maláui, Zimbábue, África do Sul e Moçambique. Neste último foi, particularmente, afetada a região da Beira, onde os ventos ciclónicos, com rajadas

na ordem de 200 km/h, tiveram um efeito devastador sobre toda população, causando a morte a milhares de pessoas e afetando todo tipo de instalações, arrancando árvores de enorme porte e coberturas de edifícios. Equipamentos diversos foram projetados a centenas de metros, tendo sido afetada a generalidade dos serviços públicos, em particular, os serviços de fornecimento de eletricidade e de água potável.

Face à subida do nível das águas na região afetada e à ausência de serviços operacionais de recolha e tratamento de águas residuais, bem como aos danos causados na infraestrutura de abastecimento de água potável, situação que potenciará os riscos de propagação de doenças como a cólera, foi impulsionado todo um fantástico movimento de ajuda internacional a Moçambique, coordenado pelas Nações Unidas. O Governo e todo o povo Português associaram-se a este apoio humanitário, tendo, em particular, o então Ministério do Ambiente contactado a AdP – Águas de Portugal no sentido de se implementar uma ou mais missões visando prestar o necessário auxílio no fornecimento de água potável.

Para esse efeito, a EPAL procedeu à rápida mobilização de uma ETA móvel que a empresa dispunha na e que já tinha sido utilizada em diversos lugares do país, assim como à disponibilização de diversos equipamentos de apoio, de forma a viabilizar o respetivo transporte, por via aérea e a subsequente instalação, num prazo, necessariamente curto, no lugar de Six Miles, bairro limítrofe da cidade da Beira. A operacionalização desta ETA permitiu, rapidamente auxiliar as autoridades de Moçambique, em particular, o concessionário estatal moçambicano, FIPAG, a assegurar o abastecimento de água potável, a cerca de 5.000 famílias.

Tratou-se de uma intervenção, num contexto de contingência particularmente difícil e exigente, envolvendo uma atuação articulada de diferentes empresas do grupo AdP, a qual pode servir de base para afinar procedimentos, e otimizar a capacidade de resposta, para fazer face a situações de emergência ambiental que possam ocorrer em qualquer parte do mundo.

- Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, as trabalhadoras e trabalhadores dessa empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas.

No final de 2019 a EPAL tinha 1.030 trabalhadores/as, dos quais 374 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.007	1.030	1.030	0	0%
EPAL	647	656	656	0	0%
Gestão delegada AdVT	360	374	374	0	0%

A movimentação de pessoal ao longo do último triénio foi a seguinte:

	2017	2018	2019
Integração / (saída) de colaboradores da LVT	(459)	0	0
Entradas	34	66	49
Saídas	35	43	49
Total	(460)	23	0

Em 2019 as saídas ocorridas (49) foram compensadas com entradas em igual número.

Caracterização dos recursos humanos

O universo de 1.030 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2019, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.030 colaboradores, 752 são do sexo masculino (73%) e 278 do sexo feminino (27%).

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Homens	746	756	752	-4	-1%
Mulheres	261	274	278	4	1%

À semelhança dos últimos dois anos, continua a verificar-se a inexistência de trabalhadores/as com contratos a termo.

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Efetivos	1.007	1.030	1.030	0	0%
A termo	0	0	0	0	-

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL manteve-se nos 47 anos. Cerca de 39% do total de trabalhadores/as situam-se no escalão etário entre os 35 e os 44 anos e 53% nas faixas etárias acima dos 45 anos.

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Idade média	47	47	47	-	0%
Trab. Por estrutura etária	1.007	1.030	1.030	-	0%
idade - <25	0	2	5	3	150%
idade - 25-34	79	85	82	-3	-3,5%
idade - 35-44	418	417	402	-15	-3,6%
idade - 45-54	226	240	260	20	8,3%
idade - >55	284	286	281	-5	-1,7%

A antiguidade média é de 17 anos, situando-se 43% do total de trabalhadores/as (440) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade, e 30% (309) na faixa acima dos 20 anos.

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Antiguidade média	18	17	17	-	0%
Trab. por Antiguidade	1.007	1.030	1.030	-	0%
antiguidade - <2	66	88	101	13	15%
antiguidade - 2-5	17	44	62	18	41%
antiguidade - 6-10	226	168	118	-50	-30%
antiguidade - 11-20	392	442	440	-2	0%
antiguidade - >20	306	288	309	21	7%

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Trab. por nível profissional	1.007	1.030	1.030	-	0%
Quadros superiores	198	195	193	-2	-1,0%
Quadros médios	164	187	184	-3	-1,6%
Encarregados/mestres	29	24	21	-3	-12,5%
Altamente qualificados	114	112	110	-2	-1,8%
Qualificados	431	438	429	-9	-2,1%
Semi qualificados	37	41	60	19	46,3%
Não qualificados	33	32	32	0	0,0%
Praticantes/aprendizes	1	1	1	0	0,0%

Cerca de 38% dos trabalhadores/as (393) detém qualificações ao nível do ensino superior.

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Trab. por nível habilitações	1.007	1.030	1.030	-	0%
Ensino Básico	302	279	268	-11	-3,9%
Ensino Secundário	340	357	369	12	3,4%
Ensino Superior	365	394	393	-1	-0,3%

No ano de 2019 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 27.289 horas de formação, tendo abrangido 761 participantes.

Formação	2017	2018	2019
N.º de horas de formação	26.084	22.048	27.289
N.º. Participantes	839	733	761

A Taxa de absentismo em 2019 foi de 4,59%, correspondente a 85.295 horas de ausência, sendo que cerca de 60% das horas foram remuneradas pela empresa.

Absentismo	2017	2018	2019
Taxa de absentismo	4,24%	3,91%	4,59%
Horas de Absentismo	93.342	71.421	85.295

Em 2019 ocorreram 55 acidentes de trabalho, dos quais 32 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2017	2018	2019
Total de acidentes de trabalho	75	85	55
Acidentes de trabalho com baixa	48	30	32

Os indicadores de segurança foram os seguintes:

Índices de acidentes de trabalho	2017	2018	2019
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	32,13	28,41	28,65
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	20,97	16,48	17,98

TF=NA/HTx106 Tf=NAita/HTx106

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

- Financeira

(os valores são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

No ano de 2019 a EPAL apresentou o melhor resultado líquido da sua história, sem efeito não recorrentes, atingindo um valor de 52,5 milhões de euros. Regista-se assim novamente um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado superior em cerca de 6,4% face ao período homólogo.

Principais Indicadores:

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Volume de negócios (milhões EUR)	159,3	158,2	167,0	8,7	5,2%
Volume de água vendida (milhões m ³)	204,3	195,4	200,0	4,6	2,3%
Resultado líquido (milhões EUR)	50,1	49,1	52,5	3,4	6,4%
EBITDA (milhões EUR)	99,3	95,4	102,8	7,4	7,2%
Endividamento bancário (milhões EUR)	133,4	117,6	101,7	-15,9	-15,6%
Net Debt - Endividamento líquido (milhões EUR)	47,7	24,9	-2,0	-26,9	1375,2%
Net Debt to EBITDA (n.º)	0,5	0,3	0,0	-0,3	1473,7%
Ativo total (milhões EUR)	862,1	853,7	853,1	-0,6	-0,1%
Capital próprio (milhões EUR)	612,9	621,3	634,9	13,6	2,1%
Passivo total (milhões EUR)	249,1	232,4	218,2	-14,2	-6,5%

Resultado Líquido:

O resultado líquido de 2019 ascendeu a 52,5 milhões de euros, registando um aumento de 3,4 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de 6,4%.

Esta variação do resultado decorre essencialmente do aumento do volume de negócios pelo reforço da procura, conjugado com o aumento tarifário verificado em 2019, e ainda, não sendo despiciente, a contenção de gastos que se tem vindo a verificar nos últimos anos, que embora tenham subido, denotam uma evolução muito inferior à dos rendimentos totais.

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Rendimentos totais	165,3	165,1	174,1	8,9	5,1%
Gastos totais	93,2	96,2	98,9	2,7	2,8%
IRC/ID	22,0	19,8	22,7	2,8	12,4%
Resultado Líquido	50,1	49,1	52,5	3,4	6,4%

Rendimentos Totais:

Os rendimentos totais foram de 174,1 milhões de euros, representando um aumento de 5,1% face ao período homólogo (+8,9 milhões de euros).

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Volume de negócios	159,3	158,2	167,0	8,7	5,2%
Subsídios ao investimento	1,3	1,5	1,5	0,1	3,9%
Reversão de Provisões e ajustamentos	0,2	0,6	0,3	-0,3	-88,0%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	4,0	4,1	4,5	0,5	10,2%
Juros e rendimentos similares	0,6	0,8	0,7	0,0	-3,5%
Rendimentos totais	165,3	165,1	174,1	8,9	5,1%

O volume de negócios apresenta um acréscimo de cerca de 8,7 milhões de euros (+5,2%) face ao ano anterior. Para tal concorreu sobretudo o aumento do volume vendido em cerca de 2,3% face ao verificado no ano de 2018, em virtude de o ano meteorológico de 2019 ter sido muito seco, com baixa pluviosidade, o que fez aumentar a procura.

Os rendimentos com subsídios ao investimento mantiveram o respetivo valor face ao registado em 2018, e a rubrica de reversões de provisões apresenta uma variação negativa, em virtude de ano anterior ter sido revertida uma provisão cujo valor era relevante.

O aumento nos outros rendimentos e ganhos operacionais resulta sobretudo da variação positiva verificada nos serviços complementares da EPAL, como são o caso dos rendimentos na comercialização do Aquamatrix e das ações de formação profissional organizadas pela Academia das Águas Livres.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta um aumento de 10,2% face ao ano de 2018, resultante exclusivamente da política de tesouraria instituída no Grupo Águas de Portugal, onde os excedentes financeiros das empresas são aplicadas junto da holding que, por sua vez, financia as empresas do Grupo em condições mais favoráveis que as obtidas junto da banca comercial.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 167,0 milhões de euros, representando um aumento de 8,7 milhões de euros face ao período homólogo (+5,2%).

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Vendas	157,5	156,7	165,3	8,6	5,2%
Prestações de Serviços	1,7	1,6	1,7	0,1	8,5%
Volume de negócios	159,3	158,2	167,0	8,7	5,2%

Concorrem para o aumento do **volume de negócios** a rubrica de Venda de Água (incluindo quota de serviço) que aumenta globalmente 5,2% (+8,6 milhões de euros), fortemente influenciado pelo aumento da procura, e as Prestações de serviços que registam uma variação positiva de 8,5% (+0,1 milhões de euros).

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Vendas (milhões EUR)	157,5	156,7	165,3	8,6	5,2%
Procura (milhões m ³)	204,3	195,4	200,0	4,6	2,3%

Na **venda de água** (componente volumétrica) verifica-se um aumento de 3,4 milhões de euros nos Clientes Diretos e de 4,2 milhões de euros nos Clientes Municipais e Multimunicipais. A água vendida em 2019 foi de 200,0 milhões de m³, sendo que 148,8 milhões de m³ foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 51,2 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se assim um incremento de 3,9 milhões de m³ (+2,7%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 0,7 milhões de m³ (+1,3%) nos clientes diretos.

A **Quota de serviço** apresenta um incremento de 1,0 milhões de euros, resultante do efeito conjugado da atualização tarifária e do incremento no n.º de clientes (aumento de 1.218 clientes no total, onde o segmento do comércio e indústria aumentou 1.265 clientes (+2,7% face a 2018), influenciado pela retoma da atividade económica na cidade, e manutenção nos restantes segmentos. No final do ano a empresa tinha 358.670 clientes diretos na cidade de Lisboa.

Nas **prestações de serviços** verifica-se um aumento de rendimentos de 0,1 mil euros comparativamente ao ano anterior, com destaque para o acréscimo dos processos de abastecimento e ramais, e de abertura e fecho de água.

Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 98,9 milhões de euros, verificando-se um aumento de cerca de 2,7 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, o que representa uma variação de 2,8%.

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Custo mercadorias vendidas e mat.consumidas	1,8	1,8	1,8	0,0	-0,6%
Fornecimento e serviços externos	30,9	32,3	32,9	0,6	1,7%
Gastos com o pessoal	24,5	25,6	25,4	-0,3	-1,0%
Depreciações e perdas de imparidade em ativos	25,5	25,5	26,9	1,4	5,0%
Perdas por imparidade	1,2	1,2	1,2	0,0	-0,2%
Provisões	0,0	0,0	0,3	0,3	95,6%
Impostos e taxas	3,8	3,6	3,8	0,2	6,2%
Outros gastos operacionais	3,2	4,4	5,1	0,7	14,4%
Juros e gastos similares	2,2	1,7	1,5	-0,2	-13,9%
Gastos totais	93,2	96,2	98,9	2,7	2,8%

A evolução dos gastos totais resultam sobretudo do acréscimo verificado em rubricas específicas, como é o caso da manutenção, em virtude do esforço que a empresa tem vindo a realizar para reforçar os níveis de conservação dos seus ativos, bem como com os materiais de laboratório, de modo a recuperar o facto de em 2018 esta rubrica ter diminuído bastante, em virtude do incêndio ocorrido nas instalações centrais, que inibiu a respetiva atividade por um período bastante prolongado. Acresce ainda o aumento verificado na rubrica de amortizações, embora grande parte do valor da variação apresentada resulte da adoção da IFRS 16 para as suas viaturas em regime de aluguer operacional (e portanto com um decréscimo de sensivelmente do mesmo valor na rubrica de fornecimento e serviços externos), Por fim, o aumento em outros gastos operacionais advém essencialmente da componente de tarifária acrescida faturada pela AdVT, a qual tem contudo uma correspondência direta no volume de negócios da empresa.

No que respeita especificamente a cada uma das rubricas:

Regista-se na rubrica de **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** a manutenção do valor face ao ano anterior, com uma variação global de -0,6%.

Ao nível dos **fornecimentos e serviços externos** regista-se um aumento de cerca de 1,7% (+0,6 milhões de euros), resultante essencialmente do incremento na atividade manutenção (+0,9 milhões de euros face a 2018), na aquisição de material de laboratório (+0,2 milhões de euros) e dos fees de gestão (+0,2 milhões de euros), em resultado do aumento do volume de negócios. A variação dos FSE foi contudo menor visto a empresa ter registado os efeitos da aplicação da IFRS 16 sobre as viaturas em regime de aluguer operacional, tendo assim havido uma transferência de cerca de 0,8 milhões de euros para a rubrica de amortizações do exercício.

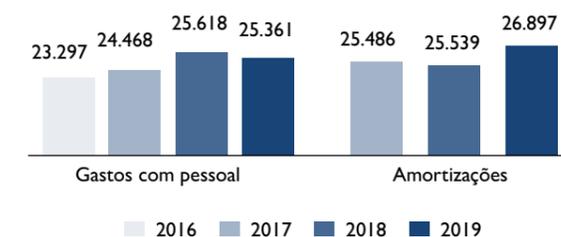
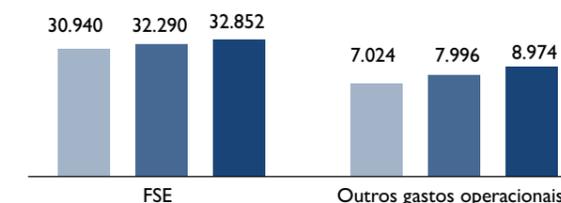
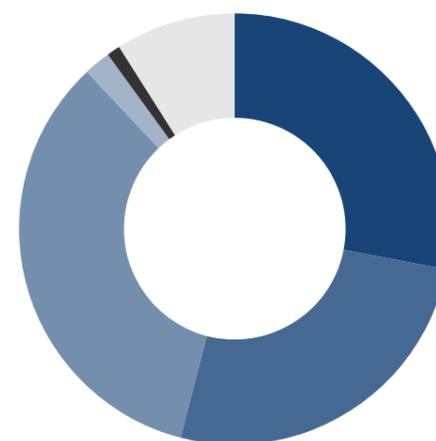
A rubrica de **gastos com o pessoal** regista uma variação de -1,0% (-0,3 milhões de euros). O valor registado foi influenciado pela rubrica de indemnizações por rescisões por mútuo acordo ter sido inferior em cerca de 0,4 milhões de euros ao registado no período homólogo.

A rubrica de outros gastos operacionais, aumentou em cerca de 0,7 milhões de euros, essencialmente devido à variação da componente tarifária acrescida que é atribuída à AdVT (+0,6 milhões de euros face a 2018), conforme decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017. Acresce ainda os gastos de cerca de 0,2 milhões de euros incorridos com a operação humanitária de apoio às vítimas do ciclone Idai em Moçambique.

No que respeita à rubrica de **gastos financeiros**, em resultado da diminuição das taxas médias de juros de financiamentos e, aliado à redução do endividamento da Empresa, constata-se uma redução de 13,9% face ao ano anterior (cerca de 0,2 milhões de euros).

Estrutura de Gastos

As rubricas de gastos mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 34% dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Depreciações, com um peso de 28%, e Gastos com o Pessoal, com um peso nos gastos totais de 26%. Globalmente mantém-se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores.



A evolução de cada uma das rubricas principais no ultimo triénio é a seguinte:

Margem Operacional

O EBITDA alcançou um valor de 102,8 milhões de euros, o que representa uma variação de 7,7% face ao ano anterior. Verifica-se pois um aumento de 7,4 milhões de euros do *cash flow* operacional face a 2018, apresentando um valor acima dos 100 milhões de euros.

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Volume de negócios	159,3	158,2	167,0	8,7	5,5%
Outros rendimentos operacionais	5,5	6,1	6,4	0,2	3,9%
Rendimentos Operacionais	164,8	164,4	173,3	9,0	5,5%
Custo das vendas	1,8	1,8	1,8	0,0	-0,6%
Fornecimentos e serviços externos	30,9	32,3	32,9	0,6	1,7%
Gastos com o pessoal	24,5	25,6	25,4	-0,3	-1,0%
Perdas de imparidade	1,2	1,2	1,2	0,0	-0,2%
Outros gastos operacionais	7,0	8,0	9,0	1,0	12,2%
Provisões	0,0	0,0	0,3	0,3	2196,9%
Gastos Operacionais (excluindo depreciações)	65,5	68,9	70,5	1,6	2,3%
Cash flow operacional (EBITDA)	99,3	95,4	102,8	7,4	7,7%

A margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) apresentou um valor de 60%, em linha com o verificado nos períodos homólogos.

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
EBITDA	99,3	95,4	102,8	7,4	7,7%
Volume de negócios	159,3	158,2	167,0	8,7	5,5%
Margem EBITDA	0,6	0,6	0,6	0,0	2,1%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Resultados Financeiros

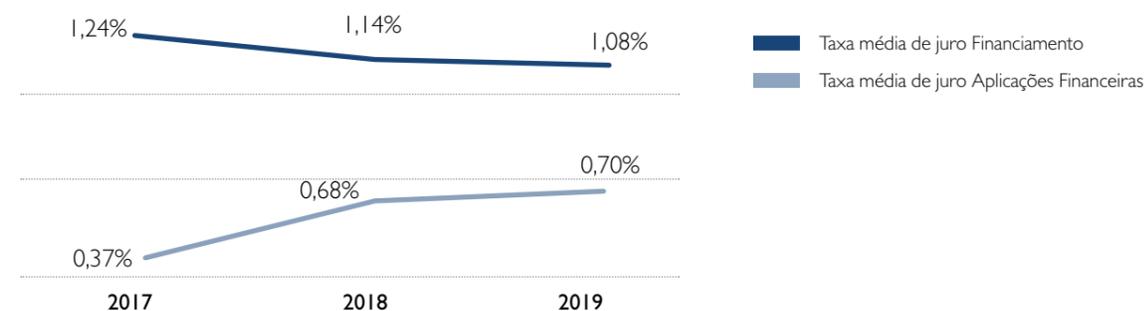
Mantém-se a tendência de melhoria dos resultados financeiros, com um incremento de cerca de 0,2 milhões de euros face a 2018 (19,3%). A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria.

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Rendimentos e ganhos financeiros	0,6	0,8	0,7	0,0	-3,4%
Gastos e perdas financeiros	2,2	1,7	1,5	-0,2	-12,2%
Resultados financeiros	-1,7	-0,9	-0,8	0,2	19,3%

Verificou-se uma redução dos gastos financeiros (0,2 milhões de euros) e uma manutenção dos rendimentos financeiros, com uma variação inexpressiva.

Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros decorrentes de excedentes financeiros e ascenderam a 0,7 milhões de euros.

Os gastos financeiros ascenderam a 1,5 milhões de euros, menos 12,2% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivas garantias associadas. A redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo da diminuição da taxa média de juros dos financiamentos existentes da EPAL (exclusivamente BEI), aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.



Conforme se pode verificar no gráfico anterior, atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis bastante atrativos em 2019, atingindo o valor médio de 1,08%, para uma distribuição de capital de cerca de 54% à taxa fixa e de 46% à taxa variável.

A evolução da taxas referidas levam a que a diferença entre os rendimentos e os gastos financeiros seja cada vez menor, apresentando a EPAL em 2019 uma taxa de cobertura dos juros de financiamento pelos juros das aplicações financeiras de 40,5% (em 2017 o valor era de 13,9% e em 2018 de 30,0%).

A empresa não recorreu a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado em 2019 reembolsos de capital no valor de cerca de 15,9 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 101,7 milhões de euros, correspondente na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes até aos 11 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 12,5 milhões de euros.

A dívida financeira líquida tem vindo a diminuir significativamente (em 2019 a variação face a 2018 foi de -107,8%), apresentando em 2019 um valor negativo de 2,0 milhões de euros.

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Net Debt - Endividamento Líquido	47,7	24,9	-2,0	-26,9	-107,8%
Net Debt to EBITDA	0,5	0,3	0,0	-0,3	-107,3%

Constata-se assim uma relevante melhoria dos valores do indicador "Net Debt to EBITDA", que reforça a manutenção de uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

No final de 2019 o rácio "Net Debt to EBITDA" era de 0,0, o que significa que o atual *cash flow* gerado pela empresa faz face à totalidade do seu endividamento.

Posição Financeira

No final de 2019, o ativo da EPAL ascendia a 853,1 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 634,9 e 218,2 milhões de euros, respetivamente.

(milhões EUR)	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
Ativo não corrente	731,7	715,0	703,3	-11,8	-2%
Ativo corrente	131,0	138,7	149,8	11,1	8%
Total do ativo	862,8	853,7	853,1	-0,6	0%
Capital próprio	613,7	621,3	634,9	13,6	2%
Passivo não corrente	184,1	170,7	157,3	-13,4	-8%
Passivo corrente	64,9	61,8	60,9	-0,8	-1%
Total do capital próprio e passivo	862,8	853,7	853,1	-0,6	0%

A EPAL terminou o ano de 2018 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 74,4% e um fundo de maneo positivo de 88,9 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA alcançado em 2019 confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

	2017	2018	2019
Autonomia Financeira	71,1%	72,8%	74,4%
Net Debt/EBITDA	0,5	0,3	0,0
Fundo de maneo (milhões EUR)	66,1	77,0	88,9
Solvabilidade	2,46	2,67	2,91

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total | NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA

Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente | Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 89,1 milhões de euros no final de 2019, menos 12,5 milhões de euros que o valor registado em 2018, evolução justificada pela ausência de recurso a novo endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010, ressalvando-se que desde 2010 que a EPAL não recorre a qualquer novo financiamento.

Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes não correntes, bem como de outros devedores, no final de cada um dos anos apresentados, assistindo-se a uma redução face ao período homólogo.

Evolução das dívidas totais

(milhões EUR)	2017	2018	2019
Clientes Diretos	17,6	18,5	19,5
Clientes Municipais e Multimunicipais	6,9	5,5	5,5
Prestação de Serviços	0,8	0,6	0,6
	25,3	24,6	25,6

Nota: Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

Evolução das dívidas vencidas

(milhões EUR)	0-30 dias	31-60 dias	61-180 dias	181-365 dias	>365 dias	Taxas CML	Total
Clientes Diretos	2,1	1,0	1,3	1,0	14,6	(12,7)	7,1
Clientes Municipais e Multimunicipais	0,3	0,3	0,5	0,4	0,4	0,0	1,8
Prestação de Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3
	2,4	1,3	1,8	1,4	15,1	(12,7)	9,2

Nota: o valor das dívidas não vencidas é de 16,4 milhões de euros

As imparidades de clientes mantiveram-se, no exercício de 2019, em níveis idênticos aos verificados em 2018, continuando contudo os indicadores de cobrança a apresentar uma boa performance.

(milhões EUR)	2017	2018	2019
Imparidades do Ano	1,2	1,2	1,2
Faturação dos Clientes Abrangidos	76,0	78,3	82,8
Faturação Total dos Clientes	176,8	178,0	176,3
Imparidade / Faturação dos Clientes Abrangidos (%)	1,6%	1,6%	1,5%
Imparidade / Faturação Total dos Clientes (%)	0,7%	0,7%	0,7%

O prazo médio de recebimentos dos clientes em 2019 foi de 51 dias, mantendo-se assim o valor alcançado no ano anterior.

Fundo de Pensões

O valor dos ativos do Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 34,0 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 117,4%, utilizando uma taxa de desconto de 0,5%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 28,9 milhões de euros.

O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 15,8 milhões de euros no final de 2019, tendo sido feita uma contribuição pela empresa, no ano de 2019, de cerca de 0,4 milhões de euros.

A evolução das responsabilidades do Fundo de Pensões da EPAL é o seguinte:

	2017	2018	2019
Responsabilidades no fim do período	31.339.500	28.648.000	28.932.000
Valor dos ativos no fim do período	36.815.500	33.050.000	33.977.000
Excesso de cobertura plano de benefícios definidos	5.476.000	4.402.000	5.045.000
Responsabilidades pré-reformados	800.525	275.000	115.000

- Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A EPAL, mantendo a sua própria identidade inovadora, de desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Inovação e Desenvolvimento (I&D), integrou ativamente os projetos que se desenvolveram quer internamente, quer com entidades externas.

Os projetos desenvolvidos centraram-se em três pilares fundamentais, focados na resolução de desafios diretos do negócio e escaláveis pela sua natureza:

- Circularidade de materiais
- Eficiência energética e promoção de energias renováveis
- Monitorização de gestão de energia e emissões

No domínio da **circularidade de materiais**, foram concluídos ensaios, estudos e pilotos laboratoriais, visando a utilização de subprodutos do tratamento de água de ETA nas atividades de tratamento de águas residuais. O projeto visa a valorização desses subprodutos, criando valor acrescentado no tratamento de águas residuais em ETAR.

Uma das tipologias de lamas encontra-se em fase de avaliação de certificação de produto pelo Regulamento REACH, preconizando-se a conclusão do processo já no ano de 2020.

Foram ainda desenvolvidos estudos de viabilidade de aproveitamento do Aqueduto das Águas Livres e do Alviela, para utilizações associadas a rega, resiliência e amenização dos espaços urbanos.

Foi ainda relevante o trabalho realizado na avaliação da utilização de coagulantes orgânicos, vulgo poliDDA, conjugado com sulfato de alumínio, em operações de coagulação em ETA.

Em termos de **eficiência energética e promoção de energia renováveis**, foram impulsionados vários projetos, preparando ainda os estudos de viabilidade técnico/económico de pormenor, iniciando-se ainda a preparação dos processos de concurso de lançamento das respetivas intervenções:

- Central Fotovoltaica da EE Telheiras
- Central Fotovoltaica do Parque das Nações
- Central Fotovoltaica da EE Amadora
- Central Fotovoltaica da EE Valada tejo
- Central Fotovoltaica da EE Vila Franca de Xira

No que concerne a energia hidroelétrica, procedeu-se ao lançamento do concurso a central mini hidroelétrica de Asseiceira, com uma potência de 1.4 MW, e concluídos os estudos da Central de Várzea das Chaminés (1.7 MW), tendo ainda sido desenvolvido o estudo da central mini hidroelétrica da EE de Amadora. Foi ainda concluída a localização prévia de sites com potencial eólico junto à EE de Vila Franca de Xira.

Durante 2019 foram apresentadas 4 candidaturas a financiamento do POSEUR, duas delas para melhoria do desempenho energético do Edifício Sede e do parque das Nações, e outras duas referentes às mini-hidroelétricas de Asseiceira e Várzea das Chaminés.

Em termos de **monitorização da gestão de energia e emissões**, foi concluído o processo de levantamento de necessidades de dispositivos de medição nas infraestruturas, e preparadas as peças que permitirão a concretização do Centro de Gestão de Energia e Emissões da EPAL, incluindo a execução da infraestrutura física de medição de variáveis nas instalações, e ferramentas de BI suportadas nas plataformas corporativas da empresa como o Wattwater.

Numa primeira fase serão monitorizadas mais de 40 infraestruturas, relevantes pelo seu consumo de energia e capacidade de produção instalada, prevendo-se uma monitorização online de equipamentos, usos de energia, sistemas e recintos, que representam cerca de 80% do consumo total de energia e produção da empresa. Este projeto foi desenvolvido de modo a que a informação recolhida seja disponibilizada noutras plataformas internas existentes, potenciando ferramentas mobile e promovendo valor em áreas como faturação, controlo operacional, redução de perdas, manutenção, entre outras externalidades.

Foi ainda apresentada uma candidatura ao programa Microsoft AI for Earth (Artificial Intelligence for Earth), tendo como parceiro o IDEFE - Instituto Para o Desenvolvimento e Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais/ISEG - Lisbon School of Economics & Management, que tem como objetivo o desenvolvimento de algoritmos de previsão de necessidades de água, alinhando necessidade de consumo de energia na elevação de água com produção de energia renovável. A candidatura foi aprovada, pesrpetivando-se que o projeto será desenvolvido durante 2020.

O Programa de Inovação EPALin 2019, que já vai na sua 6.ª edição, permitiu fomentar em mais uma edição a apresentação de proposta de projetos por partes de trabalhadores da empresa, contribuindo para a valorização da criatividade dos recursos humanos da empresa.

Em 2019 privilegiou-se igualmente o relacionamento com os institutos e academias de ensino superior, pois entende que este é um dos vetores fundamentais para o desenvolvimento da cooperação entre o meio académico e o meio empresarial.

Durante o ano a EPAL participou em diversos projetos e iniciativas, destacando-se:

- Projeto **BINGO - Bringing Innovation to Ongoing Water Management - A better future under climate change.** O BINGO é um projeto europeu que tem como objetivo avaliar os impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água, promovendo estratégias de gestão de risco e medidas de adaptação, numa lógica de redução de vulnerabilidades e de acréscimo de resiliência. Do BINGO resultaram soluções para problemas específicos da gestão do ciclo da água, em particular para recursos hídricos vulneráveis e de importância estratégica. O projeto envolveu 20 parceiros europeus de 6 países (Portugal, Espanha, Países Baixos, Alemanha, Noruega e Chipre) e integra uma equipa de cerca de 80 especialistas provenientes de centros de investigação e inovação, autoridades da água, utilizadores da água, indústria e empresas. Os parceiros nacionais são, para além do LNEC, a CIMLT, a EPAL, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI).
- **Projeto Europeu LIFE IMPETUS:** “Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants”, teve como principais objetivos monitorizar e determinar a eficiência de remoção de compostos farmacêuticos em ETAR de águas residuais urbanas com sistemas de tratamento convencionais, bem como avaliar estratégias de operação e, ou a adoção de novas tecnologias que permitam potenciar a remoção deste tipo de compostos nas ETAR urbanas. Este projeto, coordenado pelo LNEC, teve como participantes a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, a Águas do Algarve, S.A., a Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL) e a Universidade do Algarve (UAlg). A Direção Laboratórios e de Controlo de Qualidade da Água da EPAL assegurou uma participação preponderante na operacionalização do projeto em diversas ETAR do país.
- O Projeto de investigação **TOXICFIRE – Impactos das escorrências pós-incêndio nos ecossistemas aquáticos e saúde pública** resultou de uma parceria entra a EPAL e a Universidade de Aveiro para avaliar o impacto das cinzas dos incêndios ocorridos em 2017, na zona da Barragem do Cabril.
- O **Projeto EnviHealth&Co** insere-se no Programa Doutoral da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), é inteiramente devotado à Saúde Ambiental e áreas afins. Entre 2017 e 2019, a EPAL recebeu estudantes de doutoramento para a execução do trabalho experimental da tese de doutoramento.
- O **SMART OPEN LISBOA – SOL Housing** é um programa de referência de inovação aberta, lançado pelo Município de Lisboa e para a cidade de Lisboa, muito focado em encontrar startups com soluções para os problemas/ desafios identificados pelos parceiros e experimentar essas soluções em pilotos em estreita colaboração com esses parceiros no espaço da cidade de Lisboa.

A 3.ª edição teve como tema o Housing, dedicado aos temas de habitação/real estate/ construção, tendo participado como parceiras empresas de diversos setores, desde água, energia, comunicações, imobiliário, banca, entre outros. Esta participação deu assim continuidade à aposta da EPAL em programas de inovação aberta, de investigação e de desenvolvimento. Este posicionamento como empresa inovadora tem apresentado resultados nos produtos e serviços que continuamente se tem lançado no mercado do setor da água, nomeadamente o billmeter, o waterbeep, o wone, ou mesmo efetuando “*add on*” a produtos já consolidados, como o Aquamatrix.

No ano de 2019 foram selecionadas pela equipa de Projeto da EPAL, quatro start-ups para desenvolverem projetos nas áreas técnicas de controlo remoto, de inteligência artificial (AI), de *data analytics* e *machine learning*, de eficiência energética em sistemas AVAC e de *software* específico para acompanhamento de execução de empreitadas. Alguns destes projetos ainda estão a decorrer e outros foram implementados com sucesso na organização, avançando-se para uma relação de parceria com a respetiva *start-up*.

A participação da EPAL no programa Smart Open Lisboa revelou-se assim como mais um instrumento catalisador para o seu desenvolvimento, alavancando-a ainda mais como líder na inovação no setor, com a apresentação de soluções inovadoras e disruptivas, integrando start ups neste percurso de inovação.

- Eventos Posteriores ao Fecho

Até à data da elaboração do presente relatório não se registaram quaisquer eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA..

- Cumprimento das Orientações Legais

1) Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

I Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE)

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores. As orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão para o mandato 2016-2018, previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram estabelecidos por Deliberação Unânime por Escrito, em 22 de setembro de 2017.

Atendendo a que o acionista ainda não procedeu à nomeação de um novo Conselho de Administração para o mandato subsequente, os atuais membros do Conselho de Administração mantiveram-se em funções durante o exercício de 2019, conforme decorre do disposto no n.º 4 do art.º 391 do CSC. Por esse motivo, a avaliação dos objetivos de gestão do Conselho de Administração será apenas efetuada pelo Acionista, de forma qualitativa, na Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2019.

2 Plano de Atividades e Orçamento

No que respeita ao cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2019, aprovado por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, a 26 de abril de 2019, encontram-se indicadas no quadro do final do capítulo as respetivas execuções.

Da análise dos resultados da execução do ano de 2019 verifica-se:

- a) Princípio Financeiros de Referência – a Empresa adotou e cumpriu os princípios de referência considerados no seu Plano de Atividades e Orçamento para 2019;
- b) Investimento - execução de 51,4% do plano de investimentos previsto no planeamento anual para o exercício de 2019. O plano de investimentos plurianual foi revisto em setembro de 2019, tendo sido incorporadas medidas para mitigar eventuais desvios na execução face aos valores planeados;

c) Endividamento – cumprimento integral do previsto para o atingimento do endividamento bruto no final do exercício, não apresentando qualquer desvio;

d) Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios (GO/VN) - cumprimento integral face ao valor previsto no PAO 2019. Nos termos do n.º 1 do art.º 158º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), o valor dos gastos operacionais não poderá ser ajustado, pelo que o valor do PAO 2019 foi revisto em conformidade com essa orientação, nomeadamente os gastos com pessoal (não dedução dos gastos com indemnizações e os decorrentes do acordo coletivo de trabalho);

e) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO 2019, apresentando uma redução de 2,3%; o valor do orçamento respeitante aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento foi ajustado em conformidade com o despacho de aprovação do PAO 2019, que limitou o valor da rubrica ao gasto efetivo de 2018; refira-se ainda que sem impacto no indicador, o apuramento do valor real de 2019 dos gastos associados à frota automóvel não considerou a adoção da IFRS 16 (registo dos gastos das rendas de viaturas operacionais contabilizadas em FSE passaram a ser registadas nas rubricas de amortizações do exercício e gastos financeiros);

f) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO 2019, apresentando uma redução de 33,4%;

g) N.º de viaturas – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO 2019, dispondo a empresa de 267 viaturas, que corresponde ao número de viaturas previstas no PAO;

h) Gastos com Pessoal – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO 2019. Conforme decorre das disposições legais (alínea a) do n.º 3 do art.º 158º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho - DLEO 2019), foram expurgados os encargos decorrentes das indemnizações por rescisão e dos instrumentos de contratação coletiva de trabalho.

i) Quadro de pessoal – No final de 2019 a empresa tinha 656 trabalhadores, que corresponde a igual número de trabalhadores existentes no final de 2018.

2) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* (AdP SGPS). Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos da empresa se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (atividade em baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (atividade em alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “*rating*” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade da empresa são, primeiramente, utilizado para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada de tesouraria, e em relação ao restante, são aplicados junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes financeiros da EPAL é reduzido, se atendermos que é a entidade responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como garantias) dos últimos 5 anos, constatando-se uma redução face ao valor verificado em 2018.

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	1.428.913	1.707.383	2.084.160	2.284.324	2.649.300
Taxa média de financiamento (%)	1,30%	1,36%	1,46%	1,42%	1,48%

Para este resultado concorreu a redução do capital médio em dívida em cerca de 12,6%, bem como o facto de os encargos financeiros terem diminuído em cerca de 16,3%.

3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do art.º 58.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2019, apurados nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019))

No ano de 2019 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução de 15,9 milhões de euros (-14%), correspondente a amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores, não tendo recorrido no ano em apreço a qualquer novo investimento.

Passivo remunerado	2019	2018	Variação 2019/2018	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	101 666 508	117 575 343	-15 908 835	-14%
- do qual concedido pela DGTF	0	0	0	-
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	-
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	-
Novos investimentos	0			

A empresa cumpre integralmente o disposto no n.º 1 do art.º 58.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, apresentando uma redução de 5,9% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

- FR - Financiamento Remunerado
- Capital - Capital Social ou Capital Estatutário realizado

4) Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

Verificou-se em 2019 uma diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores em cerca de 4 dias, consubstanciando-se numa variação face a 2018 de -11,1%.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2019	2018	Variação 2019/2018	
	Valor		Valor	%
Prazo (dias)	32	36	-4	-11,1%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes:

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	293 559	29 268	44 073	40 245	123 195
Aquisição de Investimentos	256 142	5 274	20 774	36 025	149 108
Total	549 701	34 542	64 847	76 270	272 303

5) Recomendações do acionista

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2019 aquando da aprovação das contas do exercício de 2018. Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6) Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;
- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;
- Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho;
- Ofício Circular n.º 3653, de 26 de setembro de 2019.

As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018 – Ofício Circular n.º 1116, de 12 de março de 2019.

No Relatório do Governo Societário do exercício de 2019 encontra-se complementada toda a informação relacionada com a determinação das remunerações.

a) Órgãos Sociais

Foram aplicadas na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA todas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2019.

(1) Mesa da Assembleia Geral

Em 2019, não tendo havido nova nomeação deste órgão social, os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos em 30 de junho de 2015, para o mandato 2015-2017, e abaixo identificados, mantiveram-se em funções.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	650	0
2015-2017	Vice-Presidente	AdP SGPS SA	525	0
2015-2017	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	450	0
		Total		0

No ano de 2019 os membros da Mesa da Assembleia Geral da EPAL não receberam qualquer remuneração.

(2) Conselho de Administração

O Conselho de Administração foi eleito para o mandato 2016-2018, por Deliberação Unânime por escrito de 22 de junho de 2016. Em 2019, não tendo havido nova nomeação deste órgão social, os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos e abaixo identificados, mantiveram-se em funções.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ /Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	José Manuel Leitão Sardinha	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	3
2016-2018	Vogal	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	2
2016-2018	Vogal	Ana Sofia Pereira da Silveira	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	-	EPAL	1
2016-2018	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	EPAL	EPAL	1
2016-2018	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	SIMAS de Oeiras e Amadora	EPAL	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no no 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Leitão Sardinha	AdP SGPS, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdP, Serviços Ambientais, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor convidado	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Barnabé Francisco Primo Pisco	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público

O estatuto remuneratório da Empresa estabelece o seguinte:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Ana Sofia Pereira da Silveira	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.578,20	1.831,28

As remunerações anuais dos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor BrutoFinal (5) = (3)-(4)
José Manuel Leitão Sardinha	107 587,70	n.a.	107 587,70	5 379,40	102 208,30
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	86 070,16	n.a.	86 070,16	4 303,80	81 766,36
Ana Sofia Pereira da Silveira	86 070,16	n.a.	86 070,16	4 303,80	81 766,36
Barnabé Francisco Primo Pisco	76 172,25	n.a.	76 172,25	3 808,70	72 363,55
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	86 070,16	n.a.	86 070,16	4 303,80	81 766,36
			441 970,43	22 099,50	419 870,93

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Os benefícios sociais anuais dos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)									
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros			
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Comunicações	Viaturas	Gastos com Desloc.	Valor
José Manuel Leitão Sardinha	7,14	1 768,99	Seg. Social	25 476,98	1 182,06	1 634,42	354,53	3 040,16	0,00	33 457,14
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14	1 858,32	CGA / ADSE	18 289,80	1 646,56	1 307,54	330,80	3 708,21	0,00	27 141,23
Ana Sofia Pereira da Silveira	7,14	1 535,16	Seg. Social	20 406,23	464,49	1 307,54	332,94	1 685,95	1 580,30	27 312,61
Barnabé Francisco Primo Pisco	7,14	1 712,03	Seg. Social	18 090,92	464,49	0,00	320,27	5 130,36	0,00	25 718,07
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14	1 297,14	Seg. Social	20 436,31	1 646,56	1 307,54	628,19	3 139,60	57,25	28 512,59
		8 171,64		102 700,24	5 404,16	5 557,04	1 966,73	16 704,28	1 637,55	142 141,64

Os encargos com viaturas dos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor ref. da viatura	Modalidade (I)	Ano Início	Ano Termo	Valor Ren. Mensal	Gasto Anual c/ Rendas	Prest. Cont. Remanesc.
José Manuel Leitão Sardinha	sim	sim	49 144	AOV	2018	2022	817	9 799	30
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	sim	sim	36 498	AOV	2018	2022	481	5 776	29
Ana Sofia Pereira da Silveira	sim	sim	36 498	AOV	2018	2022	481	5 776	29
Barnabé Francisco Primo Pisco	sim	sim	36 498	AOV	2018	2022	481	5 776	29
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	sim	sim	36 498	AOV	2018	2022	481	5 776	29

Os gastos anuais associados a deslocações em serviços foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
José Manuel Leitão Sardinha	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Ana Sofia Pereira da Silveira	0,00	92,45	437,85	subsídio de risco	1 050,00	1 580,30
Barnabé Francisco Primo Pisco	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	57,25	0,00	0,00	-	0,00	57,25

(3) Fiscalização

Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral de acionistas de 5 de abril de 2019, cessou funções o Conselho Fiscal nomeado em 16 de março de 2018, tendo sido nomeado novo Conselho Fiscal para órgão de fiscalização da sociedade, mantendo contudo a mesma composição.

Até à Assembleia Geral de 5 de abril de 2019, a fiscalização da sociedade era assegurada por um Conselho Fiscal, com a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Mandatos
			Forma (I)	Data		
2018-2020	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Assembleia Geral	16 de março de 2018	1.602,37	1
2018-2020	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Assembleia Geral	16 de março de 2018	1.201,78	1
2018-2020	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	Assembleia Geral	16 de março de 2018	1.201,78	1
2018-2020	Vogal Suplente	Luís Miguel Barros Martins Damas	Assembleia Geral	16 de março de 2018	-	2

(I) Indicar AG/DUE/Despacho

Em Assembleia Geral de acionistas de 5 de abril de 2019, foi nomeado como órgão de fiscalização da sociedade um novo Conselho Fiscal com a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Mandatos
			Forma (I)	Data		
2019-2021	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.602,37	2
2019-2021	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.201,78	2
2019-2021	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.201,78	2
2019-2021	Vogal Suplente	Luís Miguel Barros Martins Damas	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	-	3

As remunerações totais anuais dos membros do Conselho Fiscal foram as seguintes:

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	22.433,18	1 121,4	21.311,78
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	16.824,92	841,4	15.983,52
Eduardo José Santos Clemente	16.824,92	841,4	15.983,52
			53.278,82

Revisor Oficial de Contas

Em Assembleia Geral de acionistas de 5 de abril de 2019, cessou funções o Revisor Oficial de Contas nomeado em 20 de dezembro de 2018, tendo sido nomeado novo Revisor Oficial de Contas para órgão de fiscalização da sociedade.

Até à Assembleia Geral de 5 de abril de 2019, a fiscalização da sociedade era assegurada por um Revisor Oficial de Contas, com a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2018-2020	SROC	Ernst & Young Audit & Associados – SROC S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	178	20161480	Deliberação Unânime por escrito	20 dezembro de 2018	Sim	10	3.º ano de exercício
2018-2020	ROC	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20160766	Deliberação Unânime por escrito	20 dezembro de 2018	Sim	10	3.º ano de exercício
2018-2020	ROC Suplente	Pedro Miguel Borges Marques	1801	20161640	Deliberação Unânime por escrito	20 dezembro de 2018	Sim	2	2.º ano de exercício

(1) Indicar AG/DUE/Despacho

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas foi a seguinte:

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prest. de Serv. - 2019 (€)			Valor Anual de Serv. Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ernst & Young	8.943	0	8.943	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de 5 de abril de 2019. Assim, o Revisor Oficial de Contas para o exercício de 2019 é:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda., representada por João Rui Fernandes Ramos	183	20161485	AG	5 de abril de 2019	Sim	1	1.º ano de exercício
2019-2021	ROC	João Rui Fernandes Ramos	1333	20160943	AG	5 de abril de 2019	Sim	1	1.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	5 de abril de 2019	Sim	1	1.º ano de exercício

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas foi a seguinte:

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prest. de Serv. - 2019 (€)			Valor Anual de Serv. Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Pricewaterhouse Coopers	13.182	0	13.182	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

b) Auditor Externo

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA não dispôs durante o ano de 2019 de Auditor Externo, não se aplicando este ponto.

7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, que se encontram sintetizadas no quadro seguinte:

	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80	354,53	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80	330,80	-
Ana Sofia Pereira da Silveira	80	332,94	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	80	320,27	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80	628,19	-
		1.966,73	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	572,28	2.013,27	1.026,89	3.040,16	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	457,82	2.239,24	1.468,97	3.708,21	-
Ana Sofia Pereira da Silveira	457,82	981,61	704,34	1.685,95	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	457,82	3.548,82	1.581,54	5.130,36	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	457,82	2.294,85	844,75	3.139,60	-
				16.704,28	

8) Despesas não documentadas ou confidenciais (aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP)

A empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ao artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

9) Relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres (n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

Foi realizado durante o ano de 2019 um relatório relativo à temática da avaliação das diferenças salariais entre homens e mulheres, o qual será publicitado em 2020.

10) Relatório anual sobre a Prevenção da Corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual foi publicitado no sítio de Internet da EPAL (cujo link para o sítio da internet se encontra no quadro final do presente capítulo) e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), por correio eletrónico, bem como disponibilizado na plataforma SIRIEF.

11) Contratação pública

a) Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2018

O Grupo AdP dispõe de uma unidade da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao código dos contratos públicos pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

b) Procedimentos instituídos para a contratação de bens e serviços

A empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, e mantido em 2018, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, pelo que não houve quaisquer contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas.

12) Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014, na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente: Papel e economato, Vigilância e segurança, Combustíveis rodoviários, Veículos automóveis e motocicletas, Licenciamento de *software* e serviços conexos e Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13) Medidas de redução de gastos operacionais (previstas no artigo 158.º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)

A EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador no quadro no início deste capítulo respeitante ao cumprimento das orientações legais.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os anteriores períodos homólogos e comparáveis:

PRC	2019 Exec.	2019 PAO	2018 Exec.	2017 Exec.	2019/2018	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	102 810 606	96 300 796	93 985 371	98 002 280	8 825 235	9,4%
(1) CMVMC	1 760 556	1 798 164	1 770 564	1 775 798	-10 008	-0,6%
(2) FSE	33 670 376	30 704 239	32 290 499	30 940 312	1 379 877	4,3%
(3) Gastos com o pessoal	25 361 415	25 826 203	25 618 500	24 467 552	-257 085	-1,0%
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	60 792 346	58 328 606	59 679 562	57 183 662	1 112 784	1,9%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	166 950 987	160 168 006	158 220 748	159 254 404	8 730 239	5,5%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	36,41%	36,42%	37,72%	35,91%	-1,3 p.p.	-
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-621 709	-1 210 890	-1 023 903	-784 619	402 194	-39,3%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	0	0	0	0	0	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	-1 426 331	-1 289 149	-1 201 546	-628 389	-224 784	18,7%
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	23 313 375	23 326 164	23 393 050	23 054 544	-79 675	-0,3%
(i) Gastos com deslocações (FSE)	76 936	127 969	127 969	6 265	-51 034	-39,9%
(ii) Gastos com ajudas de custo e alojamento (gastos pessoal)	42 793	83 521	83 521	12 376	-40 728	-48,8%
(iii) Gastos com as viaturas ^{c)}	1 784 924	1 738 263	1 960 307	2 029 388	-175 383	-8,9%
Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel Total = (i) + (ii) + (iii)	1 904 652	1 949 753	2 171 797	2 048 029	-267 145	-12%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	289 706	435 000	308 188	489 271	-18 482	-6,0%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	668	668	668	659	0	0,0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	20	20	19	19	1	5,3%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	636	636	637	628	-1	-0,2%
N.º Trabalhadores/N.º CD	32	32	34	33	-2	-5,1%
N.º de viaturas	267	267	267	267	0	0,0%

No que respeita às variações registadas entre os exercícios de 2019 e 2018, salienta-se:

- **(0) EBITDA** | aumento de 9,4%, em resultado do aumento do volume de negócios e da contenção de gastos verificada;
- **(6) Gastos Operacionais / Volume de Negócios** | Redução de 1,3 p.p. face a 2018, ressaltando os seguintes aspetos:
 - sem impacto no cumprimento do indicador, o apuramento do valor real de 2019 dos FSE não considerou a adoção da IFRS 16 (registo dos gastos das rendas de viaturas operacionais contabilizadas em FSE passaram a ser registadas nas rubricas de amortizações do exercício e gastos financeiros);
 - nos termos do n.º 1 do art.º 158º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), o valor dos gastos operacionais não poderá ser ajustado, pelo que o valor de 2018 foi revisto em conformidade com essa orientação, nomeadamente os gastos com pessoal (não dedução dos gastos com indemnizações e os decorrentes do acordo coletivo de trabalho);

- **(Gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e encargos com a frota automóvel)** | redução global de 12% face ao valor registado em 2018;
- **(Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria)** | redução global de 6%, face ao valor registado em 2018;
- **(Recursos Humanos)** | manutenção do número total de trabalhadores na Empresa, registando-se igualmente a manutenção do rácio de trabalhadores sobre os cargos dirigentes;
- **(Número de viaturas)** | manutenção do número de viaturas face ao verificado em 2018.

14) Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do RJSPE e artigo 141.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação. A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como transferiu a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP. À data de 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP eram de 28.108.824 euros.

Ressalva-se contudo que alguns montantes indicados no quadro seguinte, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período que, pelo facto do IGCP não dispor de balcões de atendimento ao público, tiveram que ser depositados na banca comercial e, transferidos no dia útil seguinte, para a conta da EPAL junto do IGCP.

Princípio de unidade de tesouraria do Estado 2019

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
CGD (1)	1 359 863	1 549 934	1 719 713	1 17 687
BPI	62 202	28 213	80 196	25 171
BBVA	29 925	14 465	12 762	419 823
Santander	103 986	101 532	127 642	50 107
BCP	26 098	21 659	23 203	18 049
Novo Banco	93 837	40 959	16 041	54 856
Banco Popular		0	0	0
Bankinter	7 223	7 113	3 019	6 264
Total	1 683 133	1 763 874	1 982 575	691 957
Juros auferidos**	0,00	0,00	0,00	0,00

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2017) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

(1) Conta onde foram efetuados depósitos de clientes municipais no último dia do mês e que não estavam disponíveis para transferência para o IGCP, o que veio a acontecer no dia útil seguinte.

15) Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivos resultados

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

Medidas	Medida implementada (Sim/Não)	Objetivos
Aprovação de uma minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação pública	Sim	- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação
Declarações individualizadas de inexistência de conflitos de interesse	Sim	- Modelo de declaração anexo à minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação - Aumento de transparência dos procedimentos de contratação pública - Cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção ou Infrações Conexas - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Designação de "gestor do procedimento"	Sim	- Definição de um responsável pelo acompanhamento da tramitação dos procedimentos de contratação, desde a data da decisão de contratar até à assinatura do contrato, com funções determinadas - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Designação de "gestor do contrato"	Sim	- Definição de um responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos, com funções determinadas que abrangem a verificação do cumprimento dos termos contratuais, a validação de faturas e a elaboração do relatório de execução - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Implementação das orientações internas em matéria de número de entidades a convidar em função dos tipos de procedimento	Sim	- Definição do número de entidades a convidar nos procedimentos de contratação das empresas do grupo AdP, incluindo os promovidos ao abrigo dos setores especiais
Definição de novas orientações internas em matéria de avaliação do cumprimento do regime previsto no artigo 113.º, n.º 2, do CCP	Sim	- Fixação do 5.º dígito do CPV como referência para aferição de contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas no ano económico em curso e nos dois anos anteriores - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
Emissão de orientações internas relativas à utilização de critérios materiais em procedimentos de ajuste direto	Sim	- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação
Existência de assessoria jurídica especializada em contratação em cada empresa do grupo AdP	Sim	- Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação - Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado - Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação

Medidas	Medida implementada (Sim/Não)	Objetivos
Monitorização de procedimentos de contratação	Sim	- Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsável pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos - Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS - Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
Criação de unidade de compras responsável pela promoção de procedimentos de contratação pública, em todas as empresas do grupo AdP	Sim	- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte - Definição de unidade orgânica responsável pela informação prestada para efeitos de aferição do cumprimento do regime do artigo 113.º, n.º 2, do CCP
Aprovação do Plano Anual de Compras em todas as empresas do grupo AdP	Sim	- Identificação de necessidades em matéria de empreitadas e aquisições/locações de bens e serviços em cada ciclo anual - Melhorar o planeamento da realização de procedimentos de contratação e identificar necessidades transversais que possam ser contratadas globalmente para redução de encargos - Promover a divulgação de anúncios de pré-informação nos termos do CCP - Articulação com o orçamento das empresas - Carregamento do Plano Anual de Compras no ERP para monitorização de execução
Realização de ações de formação de âmbito geral e especializado	Sim	- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos - Garantia de observância de requisitos legais e relativos a procedimentos de contratação pública - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP
Revisão das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública	Sim	- Adaptação das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública inerentes à realização de investimentos (empreitadas, aquisições de serviços de fiscalização e projeto, etc.)
Arquivo de procedimentos de contratação pública	Sim	- Instituição de arquivo digital por procedimento de contratação pública, da responsabilidade do gestor do procedimento - Diminuição do suporte físico dos procedimentos de contratação pública - Agilização de disponibilização de informação em sede de consulta interna, auditorias e ações inspetivas

16) Quadro com informação a constar no site do SEE

Conforme orientações da DGTF a empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte

Cumprimento das Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão					Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Metas a atingir constantes no PAO 2019					Comparação entre os valores de 2019 e as previsões constantes do PAO 2019
Princípios Financeiros de Referência	x				- Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Investimento	x			51,4%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Endividamento	x			100%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	x			-0,01 p.p.	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	x			-2,3%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	x			-33,4%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
N.º viaturas	x			0	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos com Pessoal	x			-0,1%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x		Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gestão do Risco Financeiro	x			1,36%	Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-5,9%	Varição do endividamento face a 2018
Evolução do PMP a fornecedores	x			-4	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)	x			997 662	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			x		- Não foram emitidas recomendações
Remunerações:					
• Não atribuição de prémios de gestão	x			-	-
• CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2019	x			22 100 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2019
• Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2019	x			2 804 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2019
• Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2019			x	-	-
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP					
• Não utilização de cartões de crédito	x				- Os membros do CA não dispõem de cartões de crédito
• Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				- A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal
• Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				- Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				- Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP					
• Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				- A empresa não realizou qualquer despesa não documentada ou confidencial
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
• Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	x				- Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46º do RJSPE					
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x				- http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas
Contratação Pública					
• Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x				- Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x		- Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"

Cumprimento das Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
• Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	-	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Auditorias do Tribunal de Contas					
• No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;	x			-	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais	x			-	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Parque Automóvel					
• N° de viaturas	x			0	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas					
	x			-1,3 p.p.	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					
• Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			98%	% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31/12/2019
• Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			691 957 EUR	Saldo a 31/12/2019
• Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			-	Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"

[página em branco]

PERSPETIVAS FUTURAS

Os horizontes da EPAL para o futuro perspetivam-se em torno dos valores da eficiência, da produtividade, da inovação e desenvolvimento, e da qualidade. Pretende-se que estes valores sejam assumidos como motivação das atividades do dia-a-dia para vencer os desafios que se colocam à empresa, entre os quais se destacam a modernização e manutenção eficaz dos seus sistemas de produção, transporte e distribuição, num quadro de racionalização do investimento.

Nunca podemos esquecer que a EPAL gere um produto indispensável para a vida, um produto que é finito e serve milhões de pessoas que só com ela contam para ter água em suas casas. Também não podemos, nem queremos esquecer que o mundo mudou muito em 150 anos, o Planeta mudou, as pessoas e as suas exigências também mudaram. A EPAL não pode ser vista apenas como a empresa que tem como missão levar água, não pode fazer um caminho a direito, durante mais de um século, sem implementar mudança, sem ousar e arriscar outras variantes.

A sua missão de levar água tem cada vez mais de estar ao nível de se fazer acompanhada de tantas outras missões. As suas responsabilidades são hoje em dia tão mais acrescidas. As alterações climáticas, os perigos e atentados ambientais constantes ao Planeta que nos acolhe, a necessidade de fazer com que a nossa vida seja de qualidade e a noção de que cada passo que damos vai ter um impacto gigantesco no mundo que deixamos às gerações vindouras, têm feito com que, nos últimos anos, a EPAL olhe para dentro de si mesma, se analise rigorosamente e repense muitas das suas estratégias. É por isso, que a tal missão de levar água se faz agora acompanhar de tantas outras missões, de muito crescimento, de mudança e de visão futura e, sobretudo, com a consciência de que são estes passos que tanto a EPAL, como qualquer outra empresa, ou mesmo qualquer indivíduo, devem imputar às suas vidas se existe o objetivo comum de continuarmos por cá.

É por todos estes motivos que vejo que o futuro do setor da água passa por cinco pontos principais:

1. A autossustentabilidade energética;
2. A Economia Circular;
3. A constante promoção da inovação de produtos e serviços;
4. Uma maior interação entre a comunidade e as entidades gestoras;
5. Um maior investimento na qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras das entidades gestoras.

É exatamente por acreditar que são estes os cinco principais pilares que farão a diferença no setor, que a EPAL já começou o seu caminho.

Os investimentos mobilizadores no setor da água e os desafios e oportunidades da transição energética no Setor, a importância do conhecimento na mitigação e adaptação às alterações climáticas, o papel da inovação e desenvolvimento e da capacitação de quadros, são apostas decisivas da EPAL para o ano de 2020. Apraz registar que a EPAL subscreveu o Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática Lisboa 2030, com uma agenda ambiciosa para a próxima década, sob o mote “ESCOLHE EVOLUIR: 2030 medidas para 2030”. Esta iniciativa tem como objetivo comprometer a empresa, nas diversas áreas da Mobilidade, Sensibilização Ambiental, Energia, entre outros, no caminho para uma cada vez maior sustentabilidade ambiental na cidade de Lisboa. A assinatura deste compromisso reforça o objetivo da EPAL no que concerne à redução dos impactes ambientais decorrentes da sua atividade.

A valorização dos recursos humanos será prosseguida com a atribuição das competências necessárias e o desenvolvimento de uma cultura organizacional alinhada com os objetivos estratégicos da EPAL.

O aumento da eficiência, nomeadamente resultante da identificação e otimização das economias de gama e das sinergias, da adoção das melhores práticas e da racionalização das condições de operação das infraestruturas continuará a ser uma das áreas em que a empresa se focará.

A EPAL vai continuar a sua aposta na inovação e desenvolvimento procurando responder a oportunidades de internacionalização das suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu *know how*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração encerra o ano de 2019 de uma empresa que cumpre os seus objetivos há mais de 150 anos, honrando os seus compromissos para com o seu acionista, para com a Tutela, para com a Entidade Reguladora e, também, para com os seus clientes.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento especial a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a EPAL continue a ser a empresa nacional de referência no setor em que opera, afirmando-se hoje com uma das principais referências internacionais.

Aos membros da Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade, interesse e dedicação com que desempenharam as suas funções.

Um profundo agradecimento às trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, pela dedicação e profissionalismo e, também pela reconhecida competência. Aos órgãos representativos dos trabalhadores agradeço a permanente atenção e contributo, dentro das suas competências.

Aos membros do Conselho de Administração, agradeço a permanente colaboração e apoio evidenciados nas suas atividades próprias e no acompanhamento da gestão da empresa.

À Tutela Governamental, pela acessibilidade dos contatos, interesse e empenho postos no acompanhamento das atividades da empresa e pelo clima de confiança mantido.

Ao acionista Águas de Portugal, que manteve o acompanhamento permanente e empenhado das atividades e evolução da empresa.

À ERSAR, enquanto Entidade Reguladora do setor; à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como os diversos organismos e serviços da Administração Pública, são igualmente credores de reconhecimento pelo interesse, disponibilidade e permanente apoio à EPAL e às suas atividades.

Um agradecimento às instituições bancárias e seguradoras, e aos fornecedores e prestadores de serviços à EPAL, pela qualidade das suas respostas às necessidades da empresa.

À Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento da excelência da colaboração, permanente cooperação e entendimento.

Finalmente, agradeço aos nossos Clientes, os contributos e a permanente inspiração para prestarmos um serviço que, sendo de reconhecida excelência, não afasta a nossa ambição de o melhorarmos ainda mais, pois os nossos clientes assim o merecem.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2019, no montante de 52.483.453,58 euros (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

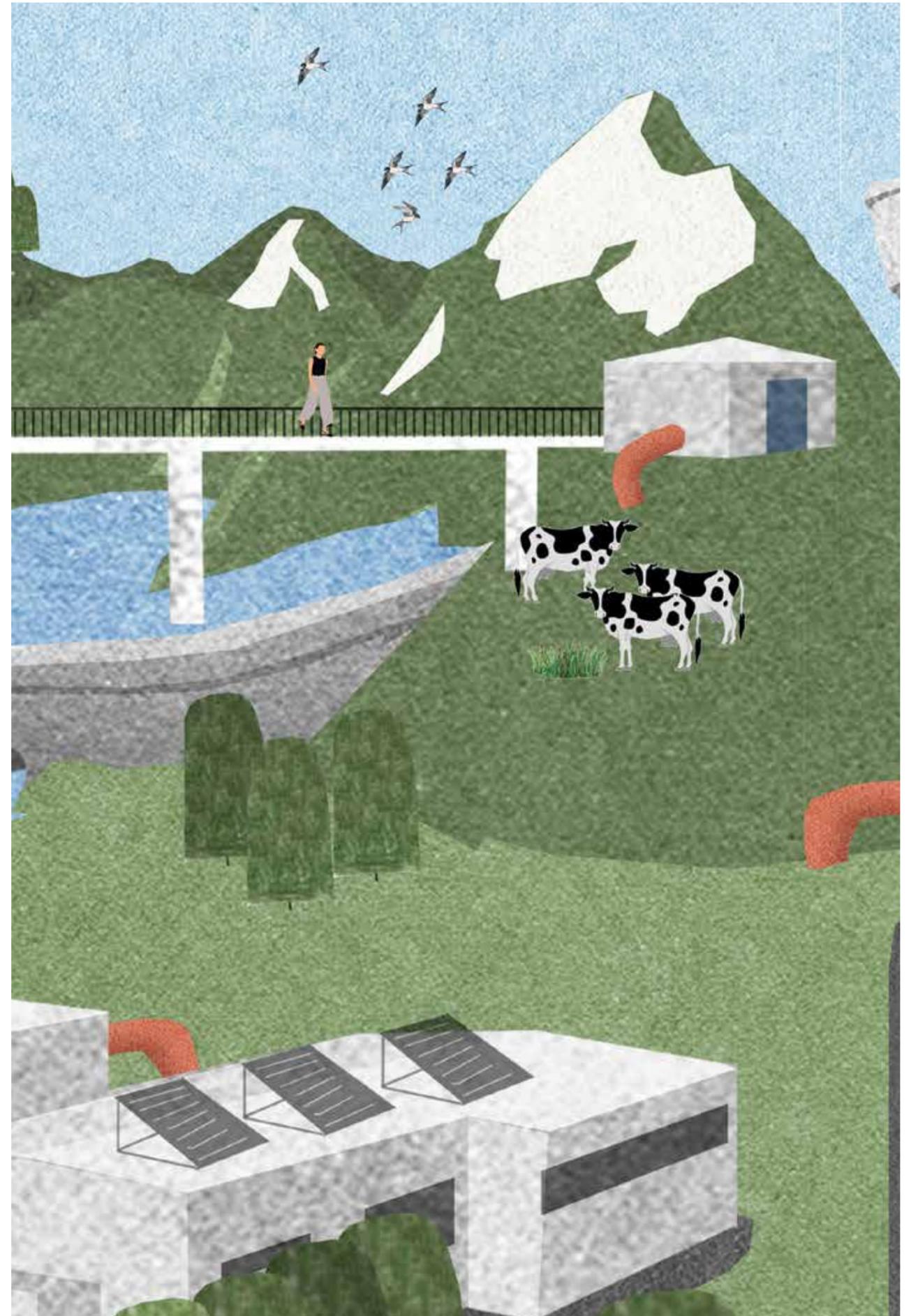
- 41.986.762,86 euros (quarenta e um milhões, novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 10.496.690,72 euros (dez milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa euros e setenta e dois cêntimos) para Resultados Transitados.

ANEXO AO RELATÓRIO ANUAL DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2019, os membros do órgão de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações da sociedade, e não realizaram transações dos mesmos.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP -Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000,00	100%	150.000.000,00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2019



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(os valores são apresentados em euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis	6	5 546 667	5 760 000
Ativos fixos tangíveis	7	669 161 338	682 766 433
Ativos sob direito de uso	8	1 712 456	-
Propriedades de investimento	9	13 320 907	13 399 960
Outros ativos financeiros	10	118 439	102 514
Impostos diferidos ativos	11	2 961 661	2 354 624
Clientes e outros ativos não correntes	12	10 454 684	10 652 125
Total dos ativos não correntes		703 276 151	715 035 656
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	13	2 589 369	133 596
Clientes	14	15 078 831	14 969 864
Imposto sobre o rendimento	15	42 555	725 053
Outros ativos correntes	16	103 518 430	112 226 224
Caixa e depósitos bancários	17	28 620 597	10 656 495
Total do ativo corrente		149 849 782	138 711 232
Total do ativo		853 125 933	853 746 888
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	18	150 000 000	150 000 000
Reservas e outros ajustamentos	19	52 167 314	52 167 314
Resultados transitados	20	380 282 024	370 041 697
Resultado líquido do exercício		52 483 454	49 108 342
Total do capital próprio		634 932 791	621 317 353
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões	21	445 967	163 051
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	22	115 000	275 000
Empréstimos	23	89 138 319	101 666 506
Passivos da locação	8	1 020 265	-
Impostos diferidos passivos	11	34 827 932	35 354 257
Subsídios ao investimento	24	31 704 427	33 216 521
Total do passivo não corrente		157 251 909	170 675 334
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos	23	12 528 187	15 908 836
Passivos da locação	8	720 448	-
Fornecedores	25	5 400 633	6 981 764
Outras passivos correntes	26	31 202 355	28 425 369
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	4 433 142	4 492 325
Estado e outros entes públicos	15	6 656 468	5 945 907
Total do passivo corrente		60 941 233	61 754 201
Total do passivo		218 193 142	232 429 535
Total do capital próprio e do passivo		853 125 933	853 746 888

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Rédito de contratos com clientes	28	166 950 987	158 220 748
Gasto das vendas/ variação de inventários	29	(1 760 556)	(1 770 564)
Fornecimentos e serviços externos	30	(32 852 320)	(32 290 499)
Gastos com pessoal	31	(25 361 415)	(25 618 500)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	32	(26 896 848)	(25 539 052)
Provisões e reversões do exercício	33	(291 556)	327 037
Perdas por imparidade e reversões do exercício	34	(952 600)	(965 181)
Subsídios ao investimento	24	1 512 094	1 453 065
Outros gastos e perdas operacionais	35	(8 974 231)	(7 996 054)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	36	4 540 202	4 078 384
Resultados operacionais		75 913 758	69 899 384
Gastos financeiros	37	(1 500 605)	(1 709 324)
Rendimentos financeiros	38	739 995	766 256
Resultados financeiros		(760 610)	(943 068)
Resultado antes de impostos		75 153 148	68 956 316
Imposto do exercício	39	(23 977 398)	(21 014 509)
Imposto diferido	39	1 307 703	1 166 535
Resultado líquido do exercício		52 483 454	49 108 342
Resultado por ação (básico e diluído)	18.2	1,75	1,64

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2019	2018
Resultado líquido do exercício		52 483 454	49 108 342
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	20	418 658	(681 406)
Total do rendimento integral do exercício		52 902 112	48 426 936

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2018		150 000 000	30 000 000	22 171 377	360 708 788	(4 064)	50 071 575	612 947 677
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	20	-	-	-	(681 406)	-	-	(681 406)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	50 071 575	-	(50 071 575)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	410 098 957	(4 064)	-	612 266 271
Resultado líquido do exercício de 2018							49 108 342	49 108 342
Operações com detentores de capital no exercício:								
Distribuições de dividendos	20	-	-	-	(40 057 260)	-	-	(40 057 260)
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	(40 057 260)	-	49 108 342	(40 057 260)
Posição no fim do exercício de 2018		150 000 000	30 000 000	22 171 377	370 041 697	(4 064)	49 108 342	621 317 353
Posição no início do exercício de 2019		150 000 000	30 000 000	22 171 377	370 041 697	(4 064)	49 108 342	621 317 353
Posição no início do exercício de 2019		150 000 000	30 000 000	22 171 377	370 041 697	(4 064)	49 108 342	621 317 353
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	20	-	-	-	418 658	-	-	418 658
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	49 108 342	-	(49 108 342)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	419 568 697	(4 064)	-	621 736 011
Resultado líquido do exercício de 2019							52 483 454	52 483 454
Operações com detentores de capital no exercício:								
Distribuições de dividendos	20	-	-	-	(39 286 673)	-	-	(39 286 673)
		-	-	-	(39 286 673)	-	-	(39 286 673)
Posição no fim do exercício de 2019		150 000 000	30 000 000	22 171 377	380 282 024	(4 064)	52 483 454	634 932 791

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		198 498 589	190 482 175
Pagamentos a fornecedores		(43 253 718)	(44 368 607)
Pagamentos ao pessoal		(36 055 053)	(31 219 156)
Caixa gerada pelas operações		119 189 818	114 894 412
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(23 235 102)	(21 229 932)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(17 649 329)	(24 041 491)
Fluxos das atividades operacionais [1]		78 305 387	69 622 989
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(10 898 047)	(11 205 250)
Activos intangíveis		(3 566)	(7 008)
Investimentos financeiros		(75 000 000)	(82 000 000)
Outros ativos	16	(85 901 613)	(93 212 258)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		481 463	481 463
Outros ativos		82 000 000	60 000 000
Subsídios ao investimento	16	99 943	5 355 722
Juros e rendimentos similares		400 364	364 788
Fluxos das atividades de investimento [2]		(2 919 843)	(27 010 285)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 908 835)	(15 832 361)
Capital dos passivos de locação	8	(746 407)	-
Juros e gastos similares		(1 479 527)	(1 778 691)
Dividendos	20	(39 286 673)	(40 057 260)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(57 421 442)	(57 668 312)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		17 964 102	(15 055 608)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	17	10 656 495	25 712 103
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	17	28 620 597	10 656 495

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Informação geral

1.1. Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”), com sede na Avenida da Liberdade n.º 24, em Lisboa, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2019, a empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.2. Atividade económica

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

Adicionalmente, a Empresa, enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão a liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 e consequente alteração ao Decreto-Lei n.º 230/91, as tarifas da EPAL deixam de ser fixadas por Convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a EPAL, passando para a esfera da ERSAR. Para o período 2016-2020 as tarifas foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

1.3. Estratégia

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da EPAL, S.A.

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP). Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações da tutela setorial ao Grupo AdP devem ser igualmente replicadas, com as devidas adaptações, às empresas que o integram, como é o caso da EPAL.

No que respeita às orientações estratégicas gerais, o Conselho de Administração deverá assegurar que a EPAL, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Relativamente às orientações estratégicas específicas, o Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a EPAL, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

1. Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - 1.1 Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.2 Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1 Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais.
 - 2.2 Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - 2.3 Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
3. Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:

- 3.1 Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - 3.2 Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - 3.3 Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - 3.4 Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
 5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - 5.1 Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - 5.2 Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - 5.3 Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - 5.4 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - 5.5 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - 5.6 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
 6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais.
 7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais e internacionais.

1.4. Missão e orientações futuras

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Pretende continuar a ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água – e o ambiente.

1.5 Organização

O modelo de estruturação empresarial e organizativo adotado pela EPAL encontra-se definido através da gestão das suas atividades e a comunicação entre seus setores, visando atingir seus objetivos estratégicos.

A Empresa encontra-se estruturada pelo seu Conselho de Administração, o qual tem diretamente afetas áreas subordinadas operacionais e áreas de suporte, privilegiando sempre que necessário a especialização de funções, contribuindo assim para deter um maior conhecimento para o funcionamento da organização como um todo.

1.6. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 4 de março de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Políticas Contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2019.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1. Bases de apresentação

2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nas respetivas demonstrações de posição financeira de acordo com um modelo único.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilização pelo locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que se aplica aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A EPAL adotou a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação foi contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não foram reexpressos. A EPAL aplicou a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a EPAL não aplicou a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A EPAL decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor: A Empresa tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que considera terem pouco valor.

O impacto da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 foi o seguinte:

	nota	
Aumento do ativo – Ativo sob direito de uso	8	2.487.120 €
Aumento do passivo - Passivos da locação	8	2.487.120 €

Na determinação do impacto com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos.

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano (efetiva em 1/1/2019)

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requer que custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma forma, o interesse líquido é mensurado multiplicado o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
 - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
 - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano.

Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período. Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, cortes ou a liquidações de planos que ocorram na data ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em 1 de janeiro de 2019 ou em data posterior.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017 (efetivas em 1/1/2019)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.

- Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.

- Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

- IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta

- Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.

- Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital

- Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.

- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

- IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização

- A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.

- As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.

- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

Da aplicação destas alterações nas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;

- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

Da aplicação desta nova norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo AdP.

2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2020 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE

Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade (“threshold”)

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 - Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

Reforma das taxas de juro de referência – Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto ‘IBOR reform’ do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito ‘altamente provável’; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

Ainda não endossadas pela UE

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da EPAL após 1 de janeiro de 2020.

2.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados na mensuração inicial do bem.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (deemed cost), que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como os efeitos das reavaliações livres dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada, com referência à data de transição para as IFRS (1 de janeiro de 2009).

Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela EPAL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os gastos de investigação e os gastos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

2.4. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento da Empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo depreciado.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na nota 2.2).

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu valor recuperável, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva. Se em períodos de relato subsequentes se verificar um aumento do valor recuperável face ao valor líquido contabilístico, as perdas por imparidade serão revertidas até ao limite de valor dos bens, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade.

2.5. Locações

2.5.1 Política contabilística após 1 de janeiro de 2019

As locações nas quais a EPAL é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira.

Na data de início da locação, a Empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso).

A EPAL reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Empresa apenas tem locações enquanto locatário.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e

- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a EPAL contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Empresa (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não-locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a EPAL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 2

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a EPAL mensura o passivo da locação por:

- Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- Remensuração para refletir revisão de pressupostos na locação (ex: prazo, rendas):
 - Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela EPAL enquanto locatário

A EPAL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a EPAL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

2.5.2 Política contabilística até 31 de dezembro de 2018

As locações de ativos, relativamente aos quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo.

Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação, exceto nas locações em que o Grupo tem a expectativa de adquirir o bem locado.

Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

2.6. Instrumentos financeiros

2.6.1 Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - Ativos financeiros detidos para negociação;
 - Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a EPAL não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como rendimento ou gasto quando o instrumento for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Empresa recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e

subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A EPAL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registe ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a EPAL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a EPAL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A EPAL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos

financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a EPAL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

2.6.3 Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao

ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

2.7. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.9. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Empresa são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações e amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.10. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.11. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo, quando declarados.

2.12. Subsídios do governo

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.14. Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

Contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Planos de benefício definido (BD)

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na Empresa e remuneração.

As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas semestralmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas em outros rendimentos integrais no período em que são apurados.

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data da demonstração da posição financeira, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

As remensurações determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período a Empresa reconhece como um custo na demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido do passivo líquido, (iii) o efeito das reformas antecipadas, e (iv) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma prevista do sistema de benefícios acordado.

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social, e ao pagamento de situações de pré-reforma. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído e as responsabilidades com pré-reformas são suportadas diretamente pela EPAL, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo constituído autónomo. Em 22 de março de 2008, a Empresa alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

2.15. Imposto sobre o rendimento

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A Empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.16. Rédito de contratos com clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a EPAL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho (“performance obligation”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Atividade regulada - Serviços em “alta” de abastecimento de água: O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada – Serviços em “baixa” de abastecimento de água: A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos (m³), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente. A Quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.17. Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.18. Rendimentos e Gastos

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo (especialização de exercícios), pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

2.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1. Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades

operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2. Risco de mercado

3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável aqueles empréstimos no exercício de 2019 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2019:

	2019	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	0	503.285	n.a.

3.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Empresa em energia e combustíveis, representam aproximadamente 41% do total de fornecimentos e serviços externos da Empresa (13,6 milhões de euros, num total de 32,9 milhões de euros).

O Grupo AdP, através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

3.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	2019		
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos:	12.528.187	41.656.546	47.481.773
Fornecedores e outros passivos	36.602.988	-	-

Os empréstimos bancários dizem respeito única e exclusivamente a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

	notas	2019	2018
Total de financiamento obtido	23	101.666.506	117.575.342
Passivos da locação	8	1.740.713	-
Disponibilidades	17	(28.620.597)	(10.656.495)
Apoios de tesouraria ao acionista	16	(75.000.000)	(82.000.000)
Dívida Líquida		(213.379)	24.918.846
Capitais Próprios		634.932.791	621.317.353
Subsídios ao investimento	24	31.704.427	33.216.521
Capital e Subsídios		666.637.218	654.533.873
Dívida Líquida/Capital Total		(0,00)	0,04

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2019, a estratégia da EPAL passou por reduzir o seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma redução da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades) e um aumento do Capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto da IGCP.

3.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade.

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

3.4.2 Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2019, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos Financeiros Bancários	2019	2018
Depósitos à Ordem (nota 17)	3.592.597	10.628.495
Depósitos a Prazo (nota 17)	25.000.000	0
Outros Ativos Financeiros (nota 10)	118.439	102.514
	28.711.037	10.731.009

Rating	2019	2018
A2 (Moody's)	-	61.643
A3 (Moody's)	333.123	191.045
Ba1 (Moody's)	-	157.056
Ba3 (Moody's)	-	76.531
Baa1 (Moody's)	35.863	-
Baa2 (Moody's)	-	106.023
Baa3 (Moody's)	28.310.243	10.098.792
Caa1 (Moody's)	31.807	-
Caa2 (Moody's)	-	39.919
	28.711.037	10.731.009

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro

Face a 2018, a EPAL considera que não houve aumento significativo do risco de crédito.

3.5 Risco de exploração

3.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a conseqüente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

3.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

4.3 Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da EPAL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

4.4 Benefício pós-emprego

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na nota 22.

4.5 Estimativa de impostos e impostos diferidos

A EPAL entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS9

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2019

		Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total da Dem. da Posição Financeira a 31.12.2019
Cientes e outros ativos (correntes e não correntes)	notas 12, 14 e 16	35.065.688		35.065.688
Investimentos financeiros	nota 10	118.439		118.439
Caixa e seus equivalentes	nota 17	28.620.597		28.620.597
Total do ativo		63.804.725	-	63.804.725
Empréstimos	nota 23		101.666.506	101.666.506
Fornecedores e outros passivos correntes	notas 25 e 26		30.635.284	30.635.284
Total do passivo		-	132.301.790	132.301.790

A rubrica de outros ativos não correntes não inclui os valores respeitantes a acréscimos e diferimentos, nem considera o valor do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA.

A rubrica de fornecedores e outros passivos correntes não inclui os valores relativos a acréscimos e diferimentos.

6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apresentavam a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os seguintes valores:

	2019	2018
Propriedade Industrial e outros direitos		
Valor bruto	6.401.391	6.401.391
Amortizações acumuladas	(854.725)	(641.391)
	5.546.667	5.760.000

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros. Com a agregação da ex-Águas do Oeste na Águas do Vale do Tejo, a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045. As depreciações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

A Empresa não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

6.1 Movimentos do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

	31.12.2018	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./ alienações e abates	31.12.2019
Valor bruto						
Propriedade Industrial e outros direitos	6 401 391	-	-	-	-	6 401 391
	6 401 391	-	-	-	-	6 401 391
Amortizações acumuladas						
Propriedade Industrial e outros direitos	(641 391)	(213 333)	-	-	-	(854 725)
	(641 391)	(213 333)	-	-	-	(854 725)
Valor líquido	5 760 000	(213 333)	-	-	-	5 546 667

A movimentação em 2019 resume-se ao reconhecimento da depreciação anual.

7. Ativos fixos tangíveis

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis por natureza, era a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 de:

	2019	2018
Terrenos e Recursos Naturais	117.639.879	117.616.035
Edifícios e Outras construções	94.175.417	95.818.663
Equipamento Básico	441.533.441	456.040.592
Equipamento de Transporte	100.317	78.555
Equipamento Administrativo	3.853.712	2.805.390
Outros ativos fixos tangíveis	2.457.565	2.582.404
Ativos fixos tangíveis em curso	9.401.007	7.824.794
	669.161.338	682.766.433

Os ativos tangíveis ascendiam a 669,2 milhões de euros no final de 2019, menos 13,6 milhões de euros que em 2018.

7.1 Movimentos do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

Valor bruto	31.12.2018	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2019
Terrenos e Recursos Naturais	117 616 035	-	23 844	-	-	117 639 879
Edifícios e Outras construções	213 987 655	22 328	2 723 122	-	(48 314)	216 684 791
Equipamento Básico	1 065 293 982	1 095 631	4 197 304	-	(133 339)	1 070 453 578
Equipamento de Transporte	1 216 487	74 476	-	-	(14 773)	1 276 190
Equipamento Administrativo	25 225 740	706 337	1 400 489	-	(10)	27 332 556
Outros ativos fixos tangíveis	25 302 664	292 791	112 169	-	-	25 707 624
Ativos fixos tangíveis em curso	7 824 794	10 033 140	(8 456 927)	-	-	9 401 007
	1 456 467 356	12 224 703	-	-	(196 436)	1 468 495 623

Amortizações acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2019
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(118 168 991)	(4 388 696)	-	-	48 314	(122 509 373)
Equipamento Básico	(609 253 390)	(19 800 085)	-	-	133 339	(628 920 136)
Equipamento de Transporte	(1 137 932)	(52 714)	-	-	14 773	(1 175 873)
Equipamento Administrativo	(22 420 350)	(1 058 504)	-	-	10	(23 478 844)
Outros ativos fixos tangíveis	(22 720 260)	(529 799)	-	-	-	(23 250 059)
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
	(773 700 924)	(25 829 797)	-	-	196 436	(799 334 285)
Valor líquido	682 766 433	(13 605 095)	-	-	-	669 161 338

A rubrica "Equipamento básico" inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica "Equipamento básico" incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 3.012.869 euros (3.280.387 euros em 2018).

As aquisições ocorridas no exercício de 2019 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 12.224.703 euros e respeitam essencialmente a:

- Obras de reabilitação do Adutor Vila Franca Xira-Ralis;
- ETA Vale da Pedra - Parque armazenamento lamas desidratadas;
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição;
- Requalificação do Edifício Social do Recinto dos Olivais.

A rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso" no exercício de 2019, registou um acréscimo de 1,6 milhões de euros, com um incremento de 10,0 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 8,5 milhões de euros, que corresponde essencialmente à conclusão de:

- Reabilitação e Ampliação da Rede de Distribuição;
- ETA Vale da Pedra - Parque armazenamento lamas desidratadas;
- Requalificação do Edifício Social do Recinto dos Olivais

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 9.401.007 euros, respeita essencialmente à intervenção de reabilitação do Adutor Vila Franca Telheiras (Troços 2 e 3 - Bairro da Mata e São João dos Montes) que totalizava 4.357.545 euros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multiriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na nota 2.3. As depreciações do exercício de 2019, no montante de 25.829.797 euros (25.246.665 euros em 2018), foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" (nota 32).

Em 2019 foram capitalizados gastos com pessoal (1,2 milhões de euros) e fornecimentos externos (0,4 milhões de euros) no valor global de 1,6 milhões de euros (notas 30 e 31).

8. Locações

8.1 Ativos sob direito de uso

Ativos sob direito de uso	01/01/2019			31/12/2019			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Amortizações do exercício (nota 32)	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso em 31/12/2018 que estavam classificados como locações operacionais (IAS17)							
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento de transporte	2 487 120	0	2 487 120	(774 665)	2 487 120	(774 665)	1 712 456
Total	2 487 120	0	2 487 120	(774 665)	2 487 120	(774 665)	1 712 456

8.2 Passivos da locação

Capital em dívida		31/12/2019
Não corrente		1 020 265
Corrente		720 448
		1 740 713
Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso		31/12/2019
Edifícios e outras construções		0
Equipamento de transporte		1 740 713
		1 740 713
Futuros pagamentos mínimos		31/12/2019
Até 1 ano		771 429
De 1 a 5 anos		1 050 200
Mais de 5 anos		0
		1 821 630
Juros		31/12/2019
Até 1 ano		50 981
De 1 a 5 anos		29 936
Mais de 5 anos		0
		80 917
Valor presente dos pagamentos mínimos		31/12/2019
Até 1 ano		720 448
De 1 a 5 anos		1 020 265
Mais de 5 anos		0
		1 740 713

8.3 Pagamentos da locação

Total de pagamentos da locação		31/12/2019
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16		746 407
Contabilizadas como despesa em resultados		50 602
		797 009

9. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e imóveis detidos pela Empresa que não estão afetos à sua atividade operacional.

Os valores a 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019	2018
Valor bruto		
Terrenos e Rec. Naturais	12.883.738	12.883.738
Edifícios e Outras Construções	2.537.817	2.537.817
Depreciações acumuladas	(2.100.647)	(2.021.594)
	13.320.907	13.399.960

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor, tal como referido na nota 2.4..

A 31 de dezembro de 2019 o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que relativamente à mais relevante, e que representa cerca de 96% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras está mais que garantido, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a avaliação efetuada por entidade independente em 2019 apresenta um valor de 21,2 milhões de euros. Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor líquido contabilístico.

É entendimento da Administração da Empresa que o justo valor determinado em 2019 é adequado e reflete as atuais condições de mercado, não existindo diferenças significativas face às quantias escrituradas.

9.1 Movimentos do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

Valor bruto	31.12.2018	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2019
Edifícios e Outras Construções	2 537 817	-	-	-	-	2 537 817
Terrenos e Rec. Naturais	12 883 738	-	-	-	-	12 883 738
	15 421 554	-	-	-	-	15 421 554
Depreciações acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2019
Edifícios e Outras Construções	(2 021 594)	(79 053)	-	-	-	(2 100 647)
Terrenos e Rec. Naturais	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	13 399 960	(79 053)	-	-	-	13 320 907

10. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Não correntes:		
Títulos e outras aplicações financeiras	118.439	102.514
	118.439	102.514

Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras”, que ascendia a 118.439 euros, corresponde sobretudo a valores cativos à ordem dos tribunais (102.514 euros).

11. Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 era de:

	2019	2018
Imposto diferido ativo	2.961.661	2.354.624
	2.961.661	2.354.624
Imposto diferido passivo	34.827.932	35.354.257
	34.827.932	35.354.257
	(31.866.271)	(32.999.633)

O detalhe por rubrica a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2019	2018	2019	2018
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1 626 254	1 528 969		
Provisões	50 390	-		
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	455 673	455 673		
Efeito de desconto da dívida da ALVT (Ex-AdO)	325 882	369 982		
Locações - IFRS16	503 462	-		
Reavaliações legais			4 728 799	5 104 015
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis			14 317 863	15 090 807
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos			13 780 240	13 904 822
Mais valias reinvestidas			39 841	41 275
Responsabilidades por benefícios de reforma			1 449 420	1 213 338
Locações - IFRS16			511 769	-
	2 961 661	2 354 624	34 827 932	35 354 257

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Proposta de Orçamento do Estado para 2020 e que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 29,4%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi como se segue:

	2019		2018	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	2 354 624	35 354 257	2 396 257	36 842 018
Locações - IFRS16	731 213	731 213		
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	97 285		137 187	
Provisões	50 390		(132 300)	
Efeito de desconto da dívida da AdVT (Ex-AdO)	(44 101)		(46 520)	
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais		(375 216)		(379 078)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis		(772 944)		(777 903)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos		(124 582)		(168 095)
Mais valias reinvestidas		(1 434)		(1 434)
Responsabilidades por benefícios de reforma		61 740		118 342
Locações - IFRS16	(227 751)	(219 444)		
	(124 177)	(1 431 880)	(41 633)	(1 208 167)
Efeito em resultados transitados:				
Responsabilidades por benefícios de reforma		174 342		(279 594)
		174 342		(279 594)
Saldo final	2 961 660	34 827 932	2 354 624	35 354 257

12. Clientes e outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Clientes e outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Outros devedores		
Valor ilíquido outros devedores	5.409.684	6.250.125
Perdas por imparidade acumuladas	6.514.228	7.516.416
Ativos com planos de benefício definido (nota 22)	(1.104.544)	(1.266.291)
	5.045.000	4.402.000
	10.454.684	10.652.125

Os ativos com planos de benefício definido, no valor de 5.045.000 euros (4.402.000 euros em 2018) referem-se ao excesso de cobertura do plano de pensões, conforme divulgado na nota 22.

O montante considerado em outros devedores não correntes respeita à dívida de alienação de imobilizado à Águas de Oeste efetuada em 2006 (atualmente Águas do Vale do Tejo), com um plano de pagamentos previsto contratualmente e que se prolonga até 2033. Encontra-se considerado em 2019 o valor da dívida bruta, que ascende a 6,5 milhões de euros, e o correspondente efeito do desconto financeiro da dívida, no montante de 1,1 milhões de euros.

Em 2019 foram considerados em outros rendimentos financeiros 150 mil euros relativos à atualização financeira da dívida da ex-AdO (atual Águas do Vale do Tejo) (nota 38).

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Mercadorias	2.447.217	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	142.152	133.596
	2.589.369	133.596

Até 31 de dezembro de 2018 os inventários relacionados com peças de manutenção estavam classificados na rubrica "Outros ativos correntes – Gastos a reconhecer – material de aplicação geral e outros" (nota 16) na rubrica de gastos a reconhecer, apresentando, em dezembro de 2018, um valor total de 2.114.510 euros.

Em 31 de dezembro de 2019 os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 2.447.217 euros.

Perdas por imparidade

Procedeu-se durante o ano de 2019 a uma inventariação externa dos bens e artigos existentes nos armazéns da Empresa, não tendo havido a necessidade de proceder a registos de perdas por imparidades, pelo que não existe qualquer saldo em perdas por imparidade acumuladas de inventários, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

14. Clientes – correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Clientes" da Empresa apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Clientes	25.072.366	24.010.800
	25.072.366	24.010.800
Perdas por imparidade de clientes	(9.993.535)	(9.040.935)
	(9.993.535)	(9.040.935)
	15.078.831	14.969.864

O saldo corrente de clientes (líquido de imparidades) era, em 31 de dezembro de 2019, de 15.078.831 euros.

A desagregação do saldo de clientes por tipo de cliente é a seguinte:

	2019	2018
Clientes Diretos	19.531.644	18.544.128
Clientes Municipais e Multimunicipais	5.540.722	5.466.671
	25.072.366	24.010.800

14.1 Perdas por imparidade de clientes

O movimento das imparidades do ano foi a seguinte:

	2019				
	Saldo inicial	Reclassificações	Aumentos (nota 34)	Reversões (nota 34)	Saldo final
Imparidades	(9.040.935)	-	(1.226.691)	274.091	(9.993.535)
	(9.040.935)	-	(1.226.691)	274.091	(9.993.535)

	2018				
	Saldo inicial	Reclassificações	Aumentos (nota 34)	Reversões (nota 34)	Saldo final
Imparidades	(8.075.754)	-	(1.228.938)	263.757	(9.040.935)
	(8.075.754)	-	(1.228.938)	263.757	(9.040.935)

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	421 957	-	376 766
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	516 019	74 863	-
Contribuições para a Segurança Social	-	669 358	-	635 463
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	-	1 159	-	460
Taxa de Recursos Hídricos	-	5 047 975	-	4 932 967
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	-	650 190	-
Outros Impostos	42 555	-	-	250
	42 555	6 656 468	725 053	5 945 907

O valor considerado em 2018 respeitante a IRC a recuperar foi considerado, durante o exercício de 2019, como insuficiência de estimativa de imposto (nota 39), por não ter sido possível dentro dos prazos fiscais aplicáveis obter a concordância da Autoridade Fiscal para a inerente recuperação do valor do imposto. Este montante respeitava a valores acrescidos em excesso em períodos anteriores, devido a alterações na vida útil de algumas categorias de ativos fixos tangíveis.

O valor da Taxa de Recursos Hídricos, respeitante aos montantes faturados aos clientes da EPAL, será, de acordo com o previsto na Lei, liquidado à Agência Portuguesa do Ambiente no início de 2020.

16. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Outros ativos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	17.046	18.509
Pessoal	48.733	53.536
Taxas CML	12.705.023	12.531.740
Apoio Tesouraria Acionista	75.000.000	82.000.000
Gastos a reconhecer	942.813	3.747.142
Acréscimos rendimentos (vendas)	10.976.632	10.221.934
Outras contas a receber	4.221.631	4.035.067
	104.527.071	113.874.218
Perdas por imparidade acumuladas	(393.447)	(381.703)
	103.518.430	112.226.224

Em 2019, os inventários relacionados com peças de manutenção passaram a ser classificados na rubrica “Inventários” (nota 13), estando anteriormente apresentados na rubrica de “Outros ativos correntes” em “gastos a reconhecer”, apresentando um valor total de 2.114.510 euros em 31 de dezembro de 2018. Assim, esta rubrica atualmente tem sobretudo registado encargos com seguros.

Em outras contas a receber encontram-se registados sobretudo valores respeitantes a rendimentos suplementares (Aquamatrix, Formação, etc.), bem como a parcela de curto prazo da dívida de alienação de imobilizado à antiga Águas de Oeste (atualmente Águas do Vale do Tejo).

17. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos - curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2019 e 2018 detalham-se conforme se segue:

	2019	2018
Numerário	28.000	28.000
Depósitos à ordem	3.592.597	10.628.495
Depósitos a prazo	25.000.000	-
	28.620.597	10.656.495
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes	28.620.597	10.656.495

O valor de 25 milhões de euros trata-se de um depósito a prazo constituído junto do IGCP.

18. Capital social

O capital da Empresa, no montante de 150.000.000 euros, é composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

18.1 Acionistas

O capital social é detido na totalidade pela AdP, SGPS, SA.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

18.2 Resultado líquido por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi determinado conforme segue:

	2019	2018
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	52.483.454	49.108.342
Resultado líquido do exercício		
Número de ações	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	1,75	1,64

19. Reservas e outros ajustamentos

A rubrica de reservas e outros ajustamentos, a 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava a seguinte desagregação:

	2019	2018
Reserva legal	30.000.000	30.000.000
Outras reservas	22.171.377	22.171.377
Outras variações no capital próprio	(4.064)	(4.064)
	52.167.314	52.167.314

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

20. Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados, a 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava o seguinte saldo:

	2019	2018
Resultados transitados	380.282.024	370.041.697

A movimentação ocorrida nesta rubrica nos exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	2019	2018
Saldo Inicial	370.041.697	360.708.788
Aplicação do resultado líquido	49.108.342	50.071.575
Dividendos pagos	(39.286.673)	(40.057.260)
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	418.658	(681.406)
Saldo Final	380.282.024	370.041.697

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 atribuídos ao acionista ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 5 de abril de 2019, a 39.286.673 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2019.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro

- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor indicado em remensurações Fundo de Pensões respeita ao valor líquido refletido diretamente em capital próprio, decorrente dos efeitos de reconhecimento imediato de ganhos e perdas por variações de pressupostos demográficos, financeiros e de perdas de rendimento (notas 11 e 22).

21. Provisões

	2019	2018
Provisões:		
Processos judiciais em curso	271.178	154.183
Acidentes de trabalho	3.394	8.868
Outras provisões - judiciais	171.396	-
	445.967	163.051

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é detalhada conforme se segue:

	2019				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	154 183	168 195	(48.035)	(3 165)	271.178
Acidentes de trabalho	8 868	-	-	(5 475)	3 394
Outras provisões - judiciais	-	171 396	-	-	171 396
	163 051	339 591	(48.035)	(8 640)	445.967

	2018				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	140 679	14 784	(1 281)	-	154 183
Acidentes de trabalho	18 456	-	-	(9 588)	8 868
Outras provisões - judiciais	450 000	-	(340 540)	(109 460)	-
	609 135	14 784	(341 822)	(119 047)	163 051

O aumento verificado em 2019 nas outras provisões deveu-se essencialmente a montantes para fazer face a eventual contencioso laboral que possa ser imputado à EPAL de acordo com a informação e melhor estimativa que nesta data se encontra disponível, nomeadamente a contingência de eventuais reposições salariais decorrentes de promoções.

22. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2019 e 2018, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2019	2018
Contribuições da Empresa	428.711	439.898
Contribuições dos colaboradores	20.927	22.574
	449.638	462.472

O gasto total reconhecido, com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 428.711 euros (439.898 euros em 2018 (Nota 31)).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2019 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2019	2018
Taxa de desconto	0,50%	1,40%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma	66 e 5 meses	66 e 4 meses

A "duration" do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 8 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2019	2018
Custo dos serviços correntes	31.000	61.000
Juro líquido	(58.837)	(64.440)
Total de gastos (nota 31)	(27.837)	(3.440)

Com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2019	2018
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	28.932.000	28.648.000
Justo valor dos ativos do fundo	33.977.000	33.050.000
Ativo com planos de benefícios definidos (nota 12)	5.045.000	4.402.000
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	115.000	275.000
Passivo com planos de benefícios definidos	115.000	275.000

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 115.000 euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (275.000 euros em 2018).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, são descritos conforme se segue (valores arredondados aos milhares de euros):

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 de janeiro 2019	28.923.000	(33.050.000)	(4.127.000)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	31.000		31.000
Juro líquido	388.000	(447.000)	(59.000)
Benefícios pagos	(2.516.000)	2.334.000	(182.000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	81.000		81.000
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	2.140.000		2.140.000
(ganhos)/ perdas de rendimento		(2.748.000)	(2.748.000)
(ganhos)/ perdas de benefícios		(66.000)	(66.000)
A 31 de dezembro 2019	29.047.000	(33.977.000)	(4.930.000)

As Remensurações do ano apresentam um valor ilíquido de 592,0 mil euros, que deduzindo o efeito de imposto diferido de 174,3 mil

euros (nota 11), resulta no valor líquido de 418,7 mil euros (conforme demonstração do rendimento integral).

No que respeita aos benefícios pagos, a EPAL apenas assegura o pagamento das prestações de pré-reforma (182 milhares de euros), sendo os complementos de pensão de reforma pagos diretamente pelo Fundo de Pensões (2.268 milhares de euros).

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo Valor	
	2019	2018
Instrumentos de capital próprio	12.412.454	10.603.050
Instrumentos de dívida	19.567.076	20.422.324
Outros	1.997.470	2.024.626
	33.977.000	33.050.000

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

Impacto na responsabilidade por benefício definido		
Pressuposto	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Taxa de desconto	+0,50%	Diminuição de 4,2%

Um incremento de 0,50% na taxa de desconto diminuiria as responsabilidades em 4,2%, tendo dessa forma um impacto de cerca de 1,2 milhões de euros.

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

Política de Investimentos do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que a alteração dos pressupostos atrás enunciados assim o justifique.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente às ações expressas em divisas que não o euro, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, excepto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de *high yield*, podendo o seu peso ir até aos 7.5% do valor patrimonial. As obrigações de dívida portuguesa (privada e pública) serão classificadas na classe de taxa fixa Euro e não estão sujeitas à notação mínima BBB, podendo representar no máximo 15% da componente obrigacionista;
- Sempre que ocorra o downgrade de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de *rating* definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "Government" das obrigações não deverá representar menos de 40% da classe obrigacionista. Por "Government" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e *high yield* (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 5%;
- Ativos expressos em moedas não-euro não poderão exceder o limite máximo de 25%;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos;

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

i) Num mercado regulamentado; ou

ii) Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (*Value at Risk*).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rentabilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da '*Time Weighted Rate of Return*'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o benchmark, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

23. Empréstimos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como segue:

	2019	2018
Empréstimos bancários - BEI		
Não corrente	89.138.319	101.666.506
Corrente	12.528.187	15.908.836
	101.666.506	117.575.342

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 55% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 45% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (nota 41).

A EPAL não dispõe de qualquer linha de crédito ou outras para além da mencionada.

23.1. Empréstimos por maturidade

	2019	2018
Não corrente		
Empréstimos bancários - BEI	89.138.319	101.666.506
Corrente	12.528.187	15.908.836
Empréstimos bancários - BEI		
	101.666.506	117.575.342

	2019	2018
Maturidade:		
até 1 ano	12.528.187	15.908.836
1 a 2 anos	10.286.265	12.528.187
2 a 3 anos	10.369.829	10.286.265
3 a 4 anos	10.455.900	10.369.829
4 a 5 anos	10.544.552	10.455.900
superior a 5 anos	47.481.773	58.026.325
	101.666.506	117.575.342

23.2. Empréstimos por tipo de taxa

	2019	2018
Taxa juro variável		
até 1 ano	6.043.540	8.112.332
1 a 2 anos	5.111.111	6.043.540
2 a 3 anos	5.111.111	5.111.111
superior a 3 anos	29.416.666	34.527.777
	45.682.428	53.794.760
Taxa juro fixa	6.484.647	7.796.504
até 1 ano	5.175.154	6.484.647
1 a 2 anos	5.258.718	5.175.154
2 a 3 anos	39.065.559	44.324.277
superior a 3 anos	55.984.078	63.780.581
	101.666.506	117.575.342

24. Subsídios ao investimento

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os “Subsídios ao investimento” apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2019	Rédito por reconhecer em 2018
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216 801	216 801	4 927	157 674	59 127	64 054
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5 684 192	5 684 192	106 961	4 186 743	1 497 448	1 604 409
COMPART. OURÉM	550 553	550 553	10 360	405 515	145 039	155 398
COMPART. T.NOVAS	435 315	435 315	8 191	320 635	114 680	122 871
COMPART. TOMAR	497 804	497 804	9 367	366 662	131 142	140 509
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3 027 720	3 027 720	56 973	2 230 095	797 625	854 599
COMPART. ENTRONCAMENTO	4 959	4 959	93	3 653	1 306	1 399
COMPART. V.N.BARQUINHA	72 726	72 726	1 444	49 627	23 099	24 542
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11 125 239	11 125 239	220 848	7 591 664	3 533 575	3 754 423
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7 635 576	7 635 576	63 630	6 744 759	890 818	954 448
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9 405 370	9 405 370	188 107	4 702 686	4 702 685	4 890 792
COMPART RESERV PATRIARCAL	74 820	74 820	384	63 692	11 127	11 511
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22 472 817	22 472 817	449 456	10 786 952	11 685 865	12 135 321
SANTA MARGARIDA	274 339	274 339	5 487	131 682	142 656	148 143
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4 472 789	4 472 789	107 191	2 650 541	1 822 248	1 929 439
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87 104	87 104	1 729	59 438	27 666	29 395
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139 941	139 941	3 354	82 928	57 013	60 367
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139 941	139 941	3 354	82 928	57 013	60 367
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66 118	66 118	1 585	39 181	26 937	28 521
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66 118	66 118	1 585	39 181	26 937	28 521
PROJECTO SPRINT	21 604	21 604	-	-	21 604	21 604
EDP	373 874	373 874	23 367	176 270	197 603	220 970
MINISTÉRIO DA SAUDE	375 061	375 061	7 584	53 718	321 343	328 926
FUNDO AMBIENTAL	427	427	-	-	427	427
POSEUR - VALE DA PEDRA	5 822 650	5 355 722	236 117	413 205	5 409 445	5 645 562
	73 043 858	72 576 930	1 512 094	41 339 431	31 704 427	33 216 521

No ano de 2019 os recebimentos de subsídios corresponderam apenas a saldo restante do POEUR referente ao subsídio ao investimento para a reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, ao abrigo do qual haviam sido recebidos 5,4 milhões de euros em 2018.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

	2019	2018
Subsídios ao investimento	1.512.094	1.453.065
	1.512.094	1.453.065

25. Fornecedores correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Fornecedores gerais	3.578.731	4.142.228
Fornecedores de investimentos	1.821.902	2.839.536
	5.400.633	6.981.764

26. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Acréscimo gastos pessoal	3.332.222	3.262.366
Credores por acréscimo de gastos	2.635.483	1.654.298
Taxas CML	20.387.274	19.904.147
Componente tarifária acrescida	3.927.226	3.237.634
Outros credores	920.151	366.924
	31.202.355	28.425.369

Em 2019 a rubrica de Outros passivos correntes é constituída essencialmente por:

- 20,4 milhões de euros referentes às taxas cobradas pela EPAL por conta da Câmara Municipal de Lisboa;
- O valor da componente tarifária acrescida que é devida à Águas do Vale do Tejo, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, onde se estipula que o valor efetivamente cobrado deverá ser entregue no mês seguinte ao final de cada trimestre, no montante de 3,9 milhões de euros.
- Na conta de credores por acréscimos de gastos destacam-se as rubricas de eletricidade e seguros.

27. Imposto sobre o rendimento a pagar

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto sobre o rendimento - passivo	4.433.142	4.492.325
	4.433.142	4.492.325

Em 2019 a EPAL procedeu à regularização junto da AdP SGPS, SA, do valor de 3,1 milhões de euros, respeitante ao acerto do IRC resultante da saída do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cujo perímetro a EPAL integrava. Esse valor resultou do facto de os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta terem sido alocados integralmente à EPAL, e por conseguinte deduzidos ao valor anual do imposto a pagar.

A 31 de dezembro de 2019 corresponde ao valor de IRC a pagar. Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

28. Rédito de contratos com clientes

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Venda de água e quota de serviço	165.250.279	156.664.794
Prestação de serviços	1.700.708	1.555.954
Rédito de contratos com clientes	166.950.987	158.220.748

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2019 a 165.250.279 euros, em resultado dos cerca de 200 milhões de m³ vendidos. No final de 2019 a Empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a mais de 359 mil clientes diretos.

As prestações de serviços ascenderam em 2019 a 1.700.708 euros.

29. Custo das vendas

A rubrica de "Custo das vendas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.760.556	1.770.564
	1.760.556	1.770.564

30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Eletricidade	13.095.218	12.982.909
Conservação e reparação	7.290.946	6.439.385
Trabalhos especializados	4.473.502	4.295.497
Comunicação	1.179.337	1.265.157
Vigilância e segurança	785.021	736.009
Publicidade e propaganda	747.031	750.773
Subcontratos	646.885	592.896
Limpeza, higiene e conforto	521.651	483.418
Combustíveis	502.147	509.118
Seguros	419.206	426.075
Rendas e alugueres	253.789	1.222.518
Outros forn. serv. externos	3.296.699	2.822.101
	33.211.432	32.525.857
FSE capitalizados (nota 7)	(359.112)	(235.358)
	32.852.320	32.290.499

Em termos de FSE destaca-se:

- A eletricidade com 13,1 milhões de euros, apresenta um valor idêntico ao verificado no ano anterior;
- A Conservação e Reparação no montante global de 7,3 milhões de euros, apresenta um aumento de 0,9 milhões de euros face a 2018, em resultado da política prosseguida pela Empresa no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos;
- A redução verificada em 2019 na rubrica de rendas e alugueres decorre da adoção do IFRS 16 (nota 8).

31. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	504.649	497.904
Remunerações do pessoal	26.039.084	25.614.678
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (nota 22)	428.711	439.898
Benefício definido e pré-reformas (nota 22)	(27.837)	(3.440)
Indemnizações	656.709	1.023.903
Encargos sobre remunerações	6.047.765	5.984.596
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	419.293	446.807
Gastos de ação social	1.788.716	1.944.915
Formação	199.117	238.464
Outros	145.424	80.253
Capitalização de gastos (nota 7)	(1.255.708)	(1.300.186)
Redébitos à AdLVT	(9.584.506)	(9.349.291)
	25.361.415	25.618.500

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados na Empresa os trabalhadores/as provenientes das empresas agregadas nessa empresa. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, expurgando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2019, 656 trabalhadores/as, número idêntico ao registado em 2018.

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais está divulgada no Relatório do Governo Societário.

31.1 Remunerações dos órgãos sociais

	2019	2018
Conselho de administração	424.807	439.280
Conselho Fiscal	57.716	42.076
Revisor Oficial de Contas	22.126	16.548

31.2 Número médio de colaboradores

	2019	2018
Orgãos sociais	12	12
Colaboradores	1.017	1.003

32. Depreciações

A composição da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Propriedades de investimento (nota 9)	79.053	79.053
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	25.829.797	25.246.665
Ativos fixos intangíveis (nota 6)	213.333	213.333
Ativos sob direito de uso (nota 8)	774.665	-
	26.896.848	25.539.052

Os gastos com depreciação e amortização totalizaram 26.896.848 euros em 2019, dos quais 25.829.797 euros relativos a ativos fixos tangíveis, 213.333 euros a ativos fixos intangíveis, 79.053 euros a propriedades de investimento e 774.665 a ativos sob direito de uso (IFRSI 6).

33. Provisões e reversões do exercício

A composição da rubrica de “Provisões e reversões do exercício” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Provisões - processos judiciais	168.195	14.784
Provisões - outras	171.396	-
	339.591	14.784
Reversão de provisões - processos judiciais	(48.035)	(1.281)
Reversão de provisões - outras	-	(340.540)
	(48.035)	(341.821)
	291.556	(327.037)

34. Perdas por imparidade e reversões do exercício

A composição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do exercício” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Perdas por imparidade - clientes	1.226.691	1.228.938
	1.226.691	1.228.938
Reversão de perdas por imparidade - clientes	(274.091)	(263.757)
	(274.091)	(263.757)
	952.600	965.181

O valor líquido das perdas por imparidade de clientes (perdas por imparidade constituída deduzidas de reversões) em 2019 foi de 952.600 euros (965.181 euros em 2018) (ver nota 14.1).

35. Outros gastos operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Impostos e taxas	3.829.962	3.592.980
Componente tarifária acrescida	3.666.155	3.091.778
Encargos com cobranças	774.048	737.740
Indemnizações por roturas	180.473	242.143
Donativos	204.922	202.120
Quotizações	37.726	55.701
Outros	280.945	73.592
	8.974.231	7.996.054

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo e às taxas devidas à ERSAR – taxa de Regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à AdVT. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a AdVT fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0615 euros/m³ (0,0519 euros/m³ em 2018), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 3.666.155 euros em 2019.

36. Outros rendimentos operacionais

A composição da rubrica de “Outros rendimentos operacionais” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Rendimentos suplementares	4.163.433	3.963.493
Rendimentos e ganhos em invest.não financeiros	78.827	76.501
Outros	297.942	38.391
	4.540.202	4.078.384

Na rubrica "Rendimentos Suplementares" que, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, ascende a 4.163.433 euros e 3.963.493 euros, respetivamente, estão incluídos os rendimentos referentes às outras atividades da Empresa, nomeadamente produtos e serviços tais como o Aquamatrix, Wone, Academia das Águas Livres, análises laboratoriais, atividade museológica, entre outros; e a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1.312.252 euros (1.262.979 euros em 2018).

37. Gastos financeiros

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1.207.558	1.454.011
Locações	71.648	-
Outros juros	43	1.695
Garantias de financiamento	221.355	253.618
	1.500.605	1.709.324

Os juros suportados com financiamentos bancários correspondem na íntegra a juros relativos a empréstimos contratados junto do BEI – 1,2 milhões de euros em 2019 e 1,5 milhões de euros em 2018. O gasto com garantias de financiamento decorre das garantias que a Empresa tem para os financiamentos BEI.

Os juros suportados com locações decorrem da aplicação do IFRS 16.

38. Rendimentos financeiros

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Juros obtidos:	507.519	481.974
Outros rendimentos similares	232.476	284.282
	739.995	766.256

Os juros obtidos referem-se essencialmente a juros relativos aos apoios de tesouraria à AdP SGPS em 2019 (ver nota 16) o montante ascedeu a 489 mil euros.

Nos outros rendimentos similares estão incluídos 150 mil euros relativos à atualização financeira da dívida de antiga AdO (agora Águas do Vale do Tejo) (nota 12 e nota 16).

39. Imposto do exercício

O imposto do exercício de 2019 ascendeu a 22,7 milhões de euros, dos quais 24,0 milhões de euros relativos a imposto corrente e menos 1,3 milhões de euros de imposto diferido.

	2019	2018
Imposto sobre o rendimento do exercício	23.395.840	21.314.959
Excesso/Insuficiência de estimativa para impostos	581.558	(300.450)
	Imposto do exercício	23.977.398
Impostos diferidos:	(1.307.703)	(1.166.535)
	Imposto diferido	(1.307.703)
	Total de imposto	22.669.694

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto em 2019 é como se segue:

	2019	2018
Resultado antes de impostos	75 153 148	68 956 316
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4 877	4 877
Multas e juros compensatórios	4 968	2 684
Outros	(78 253)	(85 111)
	(68 409)	(77 550)
Diferenças temporárias:		
Amortizações não aceites	2 629 063	2 655 343
Imparidade	1 074 734	982 074
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1 276 245	1 289 380
Provisões	(369 028)	(852 525)
Outros	(756 415)	(673 683)
	3 854 599	3 400 590
Lucro tributável	78 939 338	72 279 356
Imposto	16 577 261	15 178 665
Derrama	1 184 090	1 084 190
Derrama estadual	5 509 540	4 910 142
Tributações autónomas	124 948	141 962
Ajustamentos a exercícios anteriores	581 558	(300 450)
Total de imposto corrente e ajustamentos	23 977 398	21 014 509
Efeito de impostos diferidos no exercício	(1 307 703)	(1 166 535)
Total dos gastos do exercício	22 669 694	19 847 975
Taxa efetiva de imposto do exercício	30%	29%

40. Saldos e transações com partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2019:

2019	AdP - Águas de Portugal, S.GPS, S.A.	AdP Serviços, S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo S.A.	Águas do Norte, S.A.	AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Algarve, S.A.	Águas do Douro e Paiva, S.A.	AdP Internacional, S.A.	Simarsul, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.
------	--------------------------------------	--------------------	-------------------------------	----------------------------	----------------------	--	----------------------------	------------------------	------------------------------	-------------------------	----------------	-------------------------------	--------------------------------------

Ativo														
Accionistas - Emprestimos	75 000 000													
Cientes		4 527	44 982	1 046 161										
Acréscimos Rendimentos	43 672		18 480	3 154 237	8 748	14 633	2 843							
Outras contas a receber	129 033			7 344 998	74 806	18 482	3 126	6 027	738	44 955	14 637			
Total	75 172 705	4 527	63 462	11 545 398	83 555	33 115	5 969	6 027	738	44 955	14 637	0	0	

Passivo														
Fornecedores		51 033	33 939					2 195						
Acréscimos Gastos	66 545			1 234 211										
Outras contas a pagar		71 740		3 027 459							475			
Total	66 545	122 773	33 939	4 261 671	0	0	0	2 195	0	0	475	0	0	

Rendimentos														
Vendas e prestações serviços		2 309	87 814	16 354 651										
Outros rendimentos e ganhos	107 852	6 130	26 980	34 578	160 853	176 327	23 557	19 077	600	94 444	30 366	25 800	2 190	
Juros	617 545			94 031										
Total	725 398	8 439	114 794	16 483 261	160 853	176 327	23 557	19 077	600	94 444	30 366	25 800	2 190	

Gastos														
Fornecimento e serv. Externos	2 286 306	945 405		1 563 547										
Custos com pessoal		2 100	5 220	-9 639 198										
Outros Gastos		46 647		-37 923						17 800				
Total	2 286 306	994 152	5 220	-8 113 574	0	0	0	0	0	17 800	0	0	0	

Dividendos 39 286 673,37

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação. As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no relatório do Governo Societário.

41. Ativos e passivos contingentes

Processos judiciais em curso

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas

	2019	2018
Banco Europeu de Investimento (nota 23)	101.666.506	117.575.342
Tribunais (inclui expropriações)	5.175.900	5.175.900
Outros	501.472	253.157
Total	107.343.878	123.004.398

42. Honorários de auditoria e revisão legal

Os honorários de Revisão legal de contas da EPAL no exercício de 2019 foram os seguintes:

	ROC	Auditoria	Outros serviços
PricewaterhouseCoopers & Associados SROC	13.183	-	-
EY Audit & Associados SROC	8.943	-	-
Total	22.126	-	-

43. Eventos subsequentes

A Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 4 de março de 2020, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2019.
2. O Conselho Fiscal, nomeado em Assembleia Geral ordinária de 5 de abril de 2019, acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente mediante contactos e reuniões com os seus principais responsáveis, como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado, sempre que necessário, com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que entendeu necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu um Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2019, tendo o mesmo sido aprovado, em 29 de abril de 2019, pela Tutela.
No que se refere ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas, com exceção do investimento. Constata-se, por outro lado, que o volume de negócios foi também superior à previsão do PAO.

5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, referentes aos três primeiros trimestres de 2019, que foram remetidos às entidades competentes.
6. Em observância com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias, aplicáveis ao setor empresarial do Estado (SEE), designadamente, do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2019, as quais se encontram devidamente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
7. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi elaborado em 2009. Não tendo sido feita a atualização do mesmo desde então, o Conselho Fiscal recomenda que seja iniciada a revisão deste à luz da legislação em vigor.
8. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., nos termos do n.º 6 do artigo 63.º e artigo 130.º do Código do IRC, deve manter organizada a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência. O Conselho Fiscal recomenda que seja concluído o dossier dos preços de transferência relativo aos exercícios de 2017 e 2018.
9. Não foi ainda publicado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças as “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019”.
10. Nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.

11. No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às orientações remuneratórias vigentes em 2019.
12. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM, tendo este Conselho Fiscal, emitido Parecer favorável ao mesmo.
13. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, a qual, integra as matérias relevantes de auditoria e os outros requisitos legais, que aqui se dão como reproduzidos, e obteve deste, os esclarecimentos que entendeu necessários inerentes ao exercício das suas funções.
14. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório Adicional, emitido pelo Revisor Oficial de Contas ao Órgão de Fiscalização, em cumprimento do estabelecido nos n.ºs 1 a 3 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA).
15. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às demonstrações financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenvolveu a atividade. No entanto, e sem afetar o resultado das operações, chamamos à atenção para as seguintes situações:
 - a) Relativamente às propriedades, que foram classificadas como propriedades de investimento, a sociedade divulgou o justo valor de uma delas, sendo que a última avaliação feita por um perito independente respeita a dezembro de 2019. Adicionalmente, existem propriedades de investimento classificadas

desadequadamente como ativos fixos tangíveis, embora não sejam materialmente relevantes. Consequentemente não foram feitas as divulgações de acordo com a IAS 40.

- b) Não foram definidos pelo acionista os objetivos de gestão para o ano de 2019, conforme determina o Estatuto do Gestor Público, em virtude de o mandato do Conselho de Administração ter terminado em 2018, e não ter sido nomeado novo Conselho de Administração nem atribuídos novos objetivos.

16. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é da opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais de 2019; e
b) A proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 11 de março de 2020

O Conselho Fiscal



Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
(Presidente)



Eduardo José Santos Clemente
(Vogal)



Patrícia Isabel Sousa Caldinha
(Vogal)

[página em branco]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 853.125.933 euros e um total de capital próprio de 634.932.791 euros, incluindo um resultado líquido de 52.483.454 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1009-318 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 626 752, Capital Social Euros 314 000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que fazem parte da PricewaterhouseCoopers International Limited, esta uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria****Atividade em baixa – estimativas associadas a vendas de água**

Divulgações relacionadas com as vendas de água apresentadas nas notas 2.16, 16 e 28

O reconhecimento do rédito relativo à atividade em baixa de venda de água ocorre no momento da entrega da água e incorpora três vertentes distintas:

- vendas de água efetuadas com base em consumos efetivos;
- vendas de água efetuadas com base em consumos estimados com base no histórico de cada cliente;
- estimativa de água fornecida e não faturada.

O apuramento dos consumos estimados para efeitos de faturação de vendas de água em baixa é realizado essencialmente através do Aquamatrix com recurso a um algoritmo produzido de acordo com os critérios definidos pelas entidades gestoras, que se baseia no consumo médio diário de cada cliente, ponderado de acordo com os perfis históricos de consumo.

A Entidade procede posteriormente ao teste do referido algoritmo, com recurso à contagem de uma amostra de consumos. É igualmente realizada uma análise de "rollback" dos consumos reais à posteriori.

A valorização das quantidades estimadas é realizada com base na tarifa definida.

A elevada complexidade da metodologia utilizada pela Entidade para estimar os consumos de água dos seus clientes e o grau de julgamento envolvido, nomeadamente no que respeita a volumes de consumo e tarifa associada, justificam que tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a identificação e teste ao desenho e à eficiência operacional dos controlos chave relacionados com o reconhecimento do rédito associado à atividade da baixa de venda de água, nomeadamente do sistema Aquamatrix e, em particular, dos relacionados com as vendas estimadas no final de cada período.

Foi obtido o algoritmo com os cálculos relativos aos volumes estimados tendo sido verificado, numa base amostral para cada tipo de cliente e tarifa, que os critérios definidos pela Entidade se encontravam a ser cumpridos e que os ajustamentos realizados eram razoáveis.

Foi igualmente obtido o balanço hídrico e avaliada a razoabilidade face ao histórico das diferenças apuradas entre a entrada de água na rede e a água faturada e estimada.

Adicionalmente, executámos procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao exercício anterior e face às expectativas e à atividade contratada/orçamentada.

De forma a complementar os procedimentos acima descritos, foi ainda desenvolvida uma análise de razoabilidade da estimativa de água consumida e não faturada em 31 de dezembro de 2019 com base nos históricos de faturação registados em exercícios anteriores.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras

auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido publicada juntamente com o Relatório do Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 5 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 10 de março de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

10 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.